



## Frugalidade e Eficiência: O Ritmo para Resultados Constantes



DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
Contas: os Números  
são a Nossa Palavra

**DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso Nota 4.1
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	1.650.873.072	1.608.085.478
Ativos intangíveis	9	367.924.247	373.509.488
Propriedades de investimento		-	879.263
Goodwill	10	634.363.213	655.484.348
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	11	1.414.450.837	1.362.270.890
Outros investimentos	7 e 12	19.423.775	20.784.450
Ativos por impostos diferidos	19	71.883.593	61.360.744
Outros ativos não correntes	7 e 13	23.611.943	19.226.166
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>4.182.530.680</b>	<b>4.101.600.827</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	14	713.253.625	696.297.968
Clientes	7 e 15	130.075.290	116.003.860
Outras dívidas de terceiros	7 e 16	62.600.744	83.961.449
Estado e outros entes públicos	17	86.571.966	70.525.818
Outros ativos correntes	18	64.068.395	76.911.316
Investimentos	7 e 12	179.881	4.369.022
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 20	364.589.115	340.920.458
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>1.421.339.016</b>	<b>1.388.989.891</b>
Ativos não correntes detidos para venda	21	782.540	19.522.549
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.604.652.236</b>	<b>5.510.113.267</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000
Ações próprias	22	(108.567.192)	(114.738.086)
Reservas legais		247.276.603	244.211.592
Reservas e resultados transitados		(337.235.187)	(450.881.147)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		165.753.915	215.073.949
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe</b>		<b>1.967.228.139</b>	<b>1.893.666.308</b>
Interesses sem controlo	23	167.809.994	169.040.186
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.135.038.133</b>	<b>2.062.706.494</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	7 e 24	573.440.551	507.884.174
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	643.667.042	695.803.279
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	881.956	1.463.520
Outros empréstimos	7 e 24	2.244.793	4.676.660
Outros passivos não correntes	7 e 27	13.449.318	21.557.388
Passivos por impostos diferidos	19	132.200.898	113.450.277
Provisões	32	18.955.625	25.848.118
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>1.384.840.183</b>	<b>1.370.683.416</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	7 e 24	207.748.007	350.365.080
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	57.970.806	7.998.517
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	832.895	1.079.629
Outros empréstimos	7 e 24	2.526.745	1.769.184
Fornecedores	7 e 29	1.192.499.941	1.136.655.247
Outras dívidas a terceiros	7 e 30	221.229.879	200.640.232
Estado e outros entes públicos	17	98.367.443	91.929.635
Outros passivos correntes	31	297.987.821	271.000.382
Provisões	32	5.610.383	3.558.708
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>2.084.773.920</b>	<b>2.064.996.614</b>
Passivos não correntes detidos para venda	21	-	11.726.743
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.469.614.103</b>	<b>3.447.406.773</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>5.604.652.236</b>	<b>5.510.113.267</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso Nota 4.2
Vendas	6 e 36	5.515.425.881	5.159.067.410
Prestações de serviços	6 e 36	194.726.055	170.424.206
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	37	(1.659.574)	8.305.793
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	12 e 38	-	(15.681.846)
Outros rendimentos e ganhos financeiros	38	7.120.098	15.750.739
Outros rendimentos	39	793.249.885	772.122.665
Custo das vendas	14	(4.587.311.688)	(4.261.074.939)
Variação da produção	14	351.870	1.273.422
Fornecimentos e serviços externos	40	(737.623.531)	(703.796.124)
Gastos com o pessoal	41	(764.191.618)	(714.328.963)
Amortizações e depreciações	6, 8 e 9	(197.659.331)	(179.646.000)
Provisões e perdas por imparidade	32	(10.486.042)	(15.157.827)
Gastos e perdas financeiros	38	(43.137.650)	(51.120.856)
Outros gastos	42	(82.932.769)	(73.208.207)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	11.3	86.350.626	138.631.367
<b>Resultado antes de impostos das operações continuadas</b>		<b>172.222.212</b>	<b>251.560.840</b>
Imposto sobre o rendimento	43	(16.123.970)	(26.696.768)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas</b>		<b>156.098.242</b>	<b>224.864.072</b>
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	5.1	18.110.829	(2.869.775)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>174.209.071</b>	<b>221.994.297</b>
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		148.588.229	216.509.123
Operações descontinuadas		17.165.686	(1.435.174)
		<b>165.753.915</b>	<b>215.073.949</b>
Atribuível a Interesses sem controlo			
Operações continuadas		7.510.013	8.354.949
Operações descontinuadas		945.143	(1.434.601)
	23	<b>8.455.156</b>	<b>6.920.348</b>
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	45	0,078458	0,114712
Diluído	45	0,077422	0,110917
Das operações descontinuadas			
Básico	45	0,009064	(0,000760)
Diluído	45	0,004550	(0,000710)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Montantes expressos em Euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016
Resultado líquido consolidado do exercício		174.209.071	221.994.297
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		(1.915.943)	5.127.738
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	11.3	(20.231.758)	9.313.997
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(2.272.901)	2.174.375
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		498.915	(440.149)
Outros		(304.001)	(144.364)
		(24.225.688)	16.031.597
Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas	5.1	4.214.202	-
		4.214.202	-
Items de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
		-	-
		(20.011.486)	16.031.597
<b>Total rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>154.197.585</b>	<b>238.025.894</b>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		143.563.901	231.135.043
Interesses sem controlo		10.633.684	6.890.851

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados					Total	Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controle (Nota 23)	Total do Capital Próprio
					Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Prémio de Opção das Obrigações Convertíveis Nota 24	Outras Reservas e Resultados Transitados					
					Atribuível aos acionistas da empresa-mãe									
Saldo em 1 de janeiro de 2016		2.000.000.000	(123.493.932)	244.211.592	1.135.801	-	272.950	22.313.000	(661.255.246)	(637.533.495)	175.306.228	1.658.490.393	136.303.721	1.794.794.114
Total do rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	2.710.088	-	1.675.455	-	11.675.551	16.061.094	215.073.949	231.135.043	6.890.851	238.025.894
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2015														
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	175.306.228	175.306.228	(175.306.228)	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.730.711)	(2.730.711)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação		-	101.864	-	-	-	-	-	(1.660.734)	(1.660.734)	-	(1.558.870)	(4.021)	(1.562.891)
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap		-	8.653.982	-	-	-	-	-	(374.625)	(374.625)	-	8.279.357	-	8.279.357
Variação de percentagem em filiais		-	-	-	-	-	-	-	(2.608.287)	(2.608.287)	-	(2.608.287)	2.647.778	39.491
Aquisição de filiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.329.248	27.329.248
Outros		-	-	-	-	-	-	-	(71.328)	(71.328)	-	(71.328)	335.000	263.672
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Publicado		2.000.000.000	(114.738.086)	244.211.592	3.845.889	-	1.948.405	22.313.000	(478.988.441)	(450.881.147)	215.073.949	1.893.666.308	170.771.866	2.064.438.174
Efeito da reexpressão	4.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.731.680)	(1.731.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reexpresso		2.000.000.000	(114.738.086)	244.211.592	3.845.889	-	1.948.405	22.313.000	(478.988.441)	(450.881.147)	215.073.949	1.893.666.308	169.040.186	2.062.706.494
Saldo em 1 de janeiro de 2017 - Reexpresso		2.000.000.000	(114.738.086)	244.211.592	3.845.889	-	1.948.405	22.313.000	(478.988.441)	(450.881.147)	215.073.949	1.893.666.308	169.040.186	2.062.706.494
Total do rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	157.543	-	(1.773.986)	-	(20.573.571)	(22.190.014)	165.753.915	143.563.901	10.633.684	154.197.585
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2016														
Transferência para reserva legal e resultados transitados		-	-	3.065.011	-	-	-	-	212.008.938	212.008.938	(215.073.949)	-	-	-
Dividendos distribuídos	22	-	-	-	-	-	-	-	(75.824.357)	(75.824.357)	-	(75.824.357)	(4.074.876)	(79.899.233)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	28	-	-	-	-	-	-	-	171.280	171.280	-	171.280	15.152	186.432
Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap	22	-	6.170.894	-	-	-	-	-	(632.348)	(632.348)	-	5.538.546	-	5.538.546
Variação de percentagem em filiais	23	-	-	-	-	-	-	-	112.461	112.461	-	112.461	(94.537)	17.924
Aquisição de filiais	5.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772.948	3.772.948
Entradas de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.207.700	1.207.700
Alteração do método de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.090.263)	(13.090.263)
Constituição de filiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.000.000.000	(108.567.192)	247.276.603	4.003.432	-	174.419	22.313.000	(363.726.038)	(337.235.187)	165.753.915	1.967.228.139	167.809.994	2.135.038.133

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso Nota 4.2
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		5.731.208.842	5.375.547.549
Pagamentos a fornecedores		(4.570.905.080)	(4.436.017.090)
Pagamentos ao pessoal		(763.240.214)	(730.180.943)
Fluxos gerados pelas operações		397.063.548	209.349.516
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(21.655.220)	(9.076.201)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(7.188.614)	9.460.752
Fluxos das atividades operacionais (1)		368.219.714	209.734.067
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	21.546.532	3.916.954
Ativos fixos tangíveis	8	39.862.783	229.402.787
Ativos intangíveis		479.278	473.927
Juros e rendimentos similares		1.093.492	1.872.916
Empréstimos concedidos		1.500	1.665
Dividendos	11.3	54.033.853	45.075.666
Alienações de investimentos ao justo valor	11.3	-	82.840.847
Outros	22	37.027.805	26.167.985
		154.045.243	389.752.747
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	(21.009.745)	(106.433.473)
Ativos fixos tangíveis		(232.180.121)	(240.096.139)
Ativos intangíveis		(46.896.856)	(36.609.285)
Empréstimos concedidos		(242.465)	-
Outros	22	(16.203.904)	(37.294.767)
		(316.533.091)	(420.433.664)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(162.487.848)	(30.680.917)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		6.969.262.977	8.353.738.435
Investimentos financeiros	46	1.213.187	344.114
Entradas de capital		1.347.500	296.000
Outros		2.287	808.896
		6.971.825.951	8.355.187.445
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(7.018.150.115)	(8.435.775.090)
Investimentos financeiros	46	(1.504.253)	(584.004)
Juros e gastos similares		(27.379.973)	(41.255.281)
Dividendos e reservas distribuídas		(79.736.296)	(2.687.953)
Aquisições de ações próprias		-	-
Outros		(536.928)	(1.471.231)
		(7.127.307.565)	(8.481.773.559)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(155.481.614)	(126.586.114)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		50.250.252	52.467.036
Efeito das diferenças de câmbio		582.155	(582.728)
Efeito das atividades descontinuadas	5.1	(11.088.316)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	323.190.227	270.140.463
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	361.770.008	323.190.227

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

# SONAE, SGPS, SA

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

---

## 1 Nota Introdutória

---

A SONAE, SGPS, SA (“Sonae Holding”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 51 e 52 como Grupo Sonae (“Sonae”). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 6.

---

## 2 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.



## Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2017:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 7 (alteração) – Demonstração de fluxos de caixa (vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento)	01 jan 2017
IAS 12 (alteração) – Imposto sobre o rendimento (vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas)	01 jan 2017

As alterações do IAS 7 exigem a divulgação de informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas atividades de financiamento da entidade, independentemente destas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como i) alterações nos fluxos de caixa de financiamento; ii) alterações que resultem de obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações; iii) efeito de alterações de taxas de câmbio, ou iv) variações de justo valor. A divulgação desta informação está incluída na nota 33.

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2017, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas para além das divulgações mencionadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura)	01 jan 2018
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes (vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes)	01 jan 2018
IFRS 16 – Locações (princípios de reconhecimento e mensuração)	01 jan 2019
IFRS 15 (alteração) – Rédito de contratos com clientes (vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos)	01 jan 2018
IFRS 4 (alteração) – Contratos de Seguro (proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9)	01 jan 2018

IFRS 2 (alteração) – Pagamento com base em ações (vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas como registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada)

01 jan 2018

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)

01 jan 2017 e 01  
jan 2018

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas com exceção do IFRS 15 e IFRS 16.

Os impactos estimados da aplicação da IFRS 15 e IFRS 16 nas demonstrações financeiras consolidadas poderão ser analisados como segue:

### **a) IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O Grupo analisou o potencial impacto da adoção da IFRS 15 no reconhecimento do rédito em termos de mensuração e momento do reconhecimento. Da análise efetuada foram identificadas as seguintes diferenças entre as atuais políticas contabilísticas de situações aplicáveis ao Grupo e as políticas resultantes da aplicação da IFRS 15:

- (i) Contabilização dos contratos de Software as a Service (SaaS) - A IFRS 15 exige que caso um serviço não seja distinto, a entidade deve combinar tal serviço com outros serviços até que identifique um pacote de serviços que seja distinto. Tal resultará na contabilização de todos os serviços num contrato como uma única obrigação de desempenho. Em alguns dos contratos de SaaS, os serviços de implementação do Software não constituem uma obrigação de desempenho distinta, mas sim uma obrigação de desempenho combinada com o serviço de SaaS. Nestes casos, as atividades de implementação e configuração inicial consistem sobretudo em tarefas administrativas necessárias à realização do serviço principal SaaS, mas que não proporcionam um benefício incremental ao cliente de forma isolada. Assim, nestes contratos, o Grupo deve identificar apenas uma obrigação de desempenho (implementação e SaaS) e reconhecer o rédito dessa única obrigação de desempenho numa base mensal over-the-time pelo período do contrato. Atualmente o Grupo reconhece o rédito associado à implementação ao longo do período da mesma, pelo que a introdução da IFRS 15 irá provocar um diferimento do reconhecimento do rédito ao longo do período do contrato de SaaS.
- (ii) Contabilização de certos custos incorridos no cumprimento de um contrato (fulfilling costs) - Os custos relacionados com a fase de implementação são considerados “fulfillment costs”. Os custos associados ao cumprimento de um contrato devem ser capitalizados de acordo com a IFRS 15 se i) estiverem relacionados com um contrato já existente ou um contrato futuro específico; ii) se criarem recursos que irão ser usados para satisfazer uma obrigação de desempenho no futuro; iii) se é expectável que os custos sejam recuperados; iv) não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma. Estes custos serão capitalizados e reconhecidos em resultados de acordo com o período estimado de permanência do cliente ou ao longo do período do contrato. Atualmente estes custos são registados em resultados quando incorridos.
- (iii) Contabilização dos contratos de Auditorias de IT - De acordo com a IFRS 15 o reconhecimento do rédito das auditorias deve ser efetuado “over-the-time no momento em que os benefícios da obrigação de desempenho são transferidos para o cliente, ou seja, de acordo com as milestones de entrega de relatórios ao cliente. Atualmente o rédito é reconhecido tendo em consideração a percentagem de acabamento de cada auditoria,

pelo que a introdução da IFRS 15 irá provocar um diferimento do reconhecimento do rédito para o momento da entrega do relatório.

- (iv) Contabilização da venda de jornais e produtos associados através da distribuidora - De acordo com as definições da IFRS 15, o rédito destes contratos deve ser reconhecido pelo valor total de capa. Verificam-se as condições previstas na IFRS 15, para que o Grupo desempenhe o papel de Principal nestes contratos. Desta forma, o rédito deve ser reconhecido pelo valor total das vendas de jornais e produtos associados (valor de capa) e o desconto atribuído à distribuidora deve ser reconhecido como custo de distribuição. Atualmente o rédito reconhecido é o valor de capa líquido do desconto atribuído à distribuidora.
- (v) Apresentação de ativos contratuais e passivos contratuais no balanço - A IFRS 15 exige a apresentação separada de ativos contratuais e passivos contratuais no balanço. Isso resultará em algumas reclassificações a partir de 1 de janeiro de 2018 em relação aos contratos de prestação de serviços.

Desta análise conclui-se que a adoção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo terá um impacto líquido estimado nos capitais próprios consolidados a 1 de janeiro de 2018 imaterial.

Na adoção da IFRS 15 o Grupo decidiu adotar o regime transitório de aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018 com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos: aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018 e não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

## **b) IFRS 16 – Locações**

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

A 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha responsabilidades relativas a locações operacionais na ordem dos 1,2 mil milhões de euros, valor não descontado para o momento presente. O IAS 17 não exigia o reconhecimento do direito de uso como ativo nem dos pagamentos futuros como passivo, mas apenas algumas divulgações identificadas na nota 35.

À data da publicação destas demonstrações financeiras consolidadas a Sonae está a proceder à inventariação dos contratos de locação existentes, estando em curso a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16.

Adicionalmente, encontra-se a rever os sistemas de informação existentes por forma a aferir em que medida será necessário proceder à sua adaptação face aos requisitos desta norma. Nesta fase, não é possível estimar a magnitude dos impactos inerentes à sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	
IFRS 17 – (Contratos de Seguro)	01 jan 2021
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos (vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.	01 jan 2018
IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento (procura esclarecer a contabilização de questões fiscais que ainda não foram aceites pelo fisco)	01 jan 2019
IAS 40 (alteração) – Propriedades de investimento (clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo)	01 jan 2018
IFRS 9 (alteração) – Características de pré-pagamento com compensação negativa	01 jan 2019
IAS 28 (alteração) – Juros de longo prazo em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01 jan 2019
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01 jan 2019
IAS 19 (alteração) – Alterações, reduções ou liquidações dos planos de benefícios do emprego	01 jan 2019

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

## 2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:

### a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 51.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses sem controlo.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação.

## **b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas**

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 52.

### **c) Goodwill**

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” (Nota 10) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas” (Nota 11). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

#### d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses sem controlo, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,83382	0,88717	0,94868	0,90407
Franco Suíço	0,85455	0,90056	0,93119	0,91745
Libra Inglesa	1,12710	1,14142	1,16798	1,22385
Real Brasileiro	0,25171	0,27834	0,29150	0,26105
Dólar Australiano	0,65164	0,67985	0,68512	0,67257
Peso Mexicano	0,04226	0,04696	0,04593	0,04846
Lira Turca	0,21995	0,24336	0,26975	0,29955
Metical Moçambicano	0,01418	0,01399	0,01327	0,01489
Kwanza Angolano	0,00496	0,00530	0,00567	0,00545
Zloty Polaco	0,23941	0,23494	0,22674	0,22924

### 2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

## 2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sonae Sierra e suas participadas as quais são relevadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11).

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos



resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

## 2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de "Trabalhos para a Própria Empresa" (Nota 39).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

## 2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

### **a) Locações em que a Sonae age como locatário**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos classificados como locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Eventuais incentivos à locação, recebidos, são registados como passivo e reconhecidos linearmente ao longo do período do contrato. De igual forma valores a compensar com rendas futuras são reconhecidos como ativo e revertidos ao longo do período de locação.

### **b) Locações em que a Sonae age como locador**

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

### **c) Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”**

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados anteriormente sobre contratos de locação. No caso de venda de ativos seguidos da celebração de contratos de locação operacional, é reconhecido o proveito associado ao justo valor do ativo alienado deduzido do valor contabilístico do ativo locado. Nas situações em que os ativos são vendidos por um montante superior ao seu justo valor ou quando o Grupo recebe um preço superior como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

## **2.7 Ativos e passivos não correntes detidos para venda**

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

## **2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

## 2.9 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.10 Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

## 2.11 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade.

## 2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## 2.13 Instrumentos financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constitui prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de "Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

## **b) Empréstimos concedidos e contas a receber**

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

## **c) Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber". Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos

recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

#### **d) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **e) Empréstimos obtidos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

#### **f) Empréstimos convertíveis em ações**

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações da Empresa é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como Capital Próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em Capital Próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

## **g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## **h) Confirming**

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

## **i) Instrumentos derivados**

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As

alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

## **j) Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.



## **k) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

## **l) Responsabilidades por pagamentos baseados em ações**

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

### **2.14 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

### **2.15 Imposto sobre o rendimento e outros impostos**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias

tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

## 2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 27 e 31).

Os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

### **2.17 Proveitos Suplementares**

Os proveitos suplementares referem-se fundamentalmente a receitas comerciais que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores e outros parceiros que têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade em loja, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de parceiros. As receitas comerciais deverão estar formalizadas contratualmente, com a identificação das datas para a prestação do serviço ou para a campanha promocional e acordo de valor com o parceiro, sendo os referidos valores são registados como outros proveitos operacionais tendo em consideração as datas de execução das campanhas em concreto, exceto quando relacionados diretamente com vendas de produtos específicos, situação em que são registados como dedução à rubrica de custos das vendas. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em futuros pagamentos de faturas ou através da cobrança direta a parceiros. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito ao fornecedor respetivo, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

### **2.18 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.i)).

### **2.19 Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

## 2.20 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

## 2.21 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 32) é registado o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Ativo – Nota 13) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

## 2.22 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

## 2.23 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.i), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.13.a).

Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”:

De acordo com a IFRS 2 – ‘Pagamentos com base em ações’, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Reservas para planos de incentivo de médio prazo”, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

## 2.24 Prémio de opção embutida em obrigações convertíveis

A reserva constituída corresponde à valorização inicial da parcela dos instrumentos compostos que cumpre com a definição de instrumento de capital próprio (Nota 2.13.f)). Esta reserva não é distribuível sendo transferida para resultados transitados ou para outras reservas na data de maturidade ou sendo reconhecida como prémio no caso de existir a emissão de ações da própria Sociedade para fazer face às obrigações convertidas em ações.

---

# 3 Gestão de Risco Financeiro

---

## 3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é

conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

## **3.2 Risco de Crédito**

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

### **3.2.1 Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros**

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

### **3.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio**

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e conseqüentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

#### **- Sonae Retalho**

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

#### **- Sonae IM**

No negócio das Tecnologias a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

#### **- Sonae Sierra – Empreendimento conjunto**

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

#### **- NOS – Empreendimento conjunto**

A NOS está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimentos de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; e iii) realizar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

#### **- Sonae Holding**

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de

instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros ativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

### 3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2017, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 1.489 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 1.571 milhões de euros) excluindo os contributos das parcerias Sonae Sierra, NOS e MDS que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2017 a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 4,2 anos (2016: 4,4 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos Sonae Sierra, NOS e MDS que consolidam pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado



pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2017, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2018 é de 269 milhões de euros (361 milhões de euros com vencimento para 2017) e em 31 de dezembro de 2017 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 242 milhões de euros (109 milhões de euros em 2016) com compromisso inferior ou igual a um ano e 293 milhões de euros (439 milhões de euros em 2016) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2017 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 365 milhões de euros (341 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

### **3.4 Risco de taxa de juro**

#### **3.4.1) Políticas**

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de

solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### - Sonae Retalho

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

#### - Sonae Sierra – Empreendimento conjunto

As receitas e “cash-flows” da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

#### - NOS – Empreendimento conjunto

Os empréstimos obtidos pela NOS, com exceção das obrigações, têm taxas de juro variáveis, o que expõe o Grupo ao risco dos fluxos de caixa das taxas de juro. A NOS adota uma política de cobertura de risco, através da contratação de “swaps” de taxa de juro para cobertura dos pagamentos futuros de juros de empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos.

#### - Sonae IM

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter

efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

- Sonae FS

A MDS encontra-se exposta ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos contratos de financiamento existentes, os quais estão indexados a taxas de juro de mercado. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores:

(i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário;

(ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais), por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”).

- Sonae Holding e outros

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

### **3.4.2.) Análises de Sensibilidade**

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de

juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2017 seria inferior em cerca de 8,4 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2016 seria inferior em cerca de 8,8 milhões euros).

### 3.5 Risco de taxa de câmbio

#### 3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

##### - Sonae Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Sonae Sierra – Empreendimento conjunto

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- NOS – Empreendimento conjunto

O risco de taxa de câmbio está, essencialmente, relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a fornecedores de equipamento terminal e produtores de conteúdos audiovisuais para os negócios da TV por subscrição e audiovisuais, respetivamente. As transações comerciais entre a NOS e estes fornecedores encontram-se denominadas, maioritariamente, em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, a NOS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente forwards cambiais de curto-prazo de forma a cobrir o risco associado a estes saldos.

- Sonae IM

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Malásia, no Chile, no Panamá, em Singapura, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

- Sonae FS

Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transações mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

### 3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Euro	-	-	797.254	1.402.138
Real Brasileiro	-	-	545.014	1.038.401
Libra Inglesa	1.075.847	1.024.603	133.152	660.464
Dólar Americano	13.389.239	11.781.708	27.974.391	24.789.881
Outras moedas	734.478	923.257	835.774	81.146

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

### 3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 11.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae Holding devido as responsabilidades relativas a política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 28.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente, ações da Sonae Holding. Conforme explicado na Nota 22, o Total Return Swap não permitiu o desconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae Holding poderá ter um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a 31 de dezembro de 2017, cotação das ações da Sonae Holding tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae não teria recebimentos/pagamentos adicionais (em 31 de dezembro de 2016 a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais de 877 mil euros).

### 3.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2017 um gearing médio (contabilístico) de 0,6x (0,7x em 2016). O gearing médio em valores de mercado em 2017 foi de 0,6x (0,8x em 2016).

## 4 Reexpressão das Demonstrações Financeiras

### 4.1 Imputação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos da Salsa

A IVN – Serviços Partilhados, SA é detentora da marca Salsa, que é uma marca Portuguesa de jeanswear de renome internacional, reconhecida pela sua capacidade empreendedora e pelo desenvolvimento de produtos inovadores. Sendo uma empresa verdadeiramente internacional, os seus produtos podem ser encontrados em cerca de 2.000 pontos de venda em 32 países.

No seguimento desta aquisição foi feita uma avaliação preliminar, durante o segundo semestre de 2016, do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- (i) carteira de clientes wholesale e franchising no valor de 35,5 milhões de euros valorizadas com base na metodologia dos cash-flows descontados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e considerando uma taxa média de retenção de 9,4% para os clientes de wholesale. As referidas carteiras serão amortizadas linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes (10 anos);
- (ii) marca Salsa (51 milhões de euros) valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e uma taxa de royalties de 4%, e para a qual não foi identificada vida definida;
- (iii) ativos imobiliários na Salsa (15,8 milhões de euros) valorizados com base numa valorização externa dos referidos ativos, concluída em 31 de maio de 2017, a referida avaliação resultou numa diminuição do justo valor calculado em 31 de dezembro de 2016 no montante de 4.384.000 euros; e
- (iv) passivos contingentes na Salsa relativos a obrigações presentes no montante de 6 milhões de euros, sendo que sobre estes foram igualmente reconhecidos o correspondente ativo indemnizatório conforme suportado contratualmente.

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos Intangíveis.

As valorizações acima efetuadas correspondem ao Nível 3 de Justo Valor, de acordo com o IFRS 13.

Dado que esta aquisição ocorreu no final de 30 de junho de 2016, só durante o 1º semestre de 2017 foi possível concluir o exercício de atribuição de justo valor e cálculo do Goodwill. O impacto da conclusão da valorização externa dos ativos imobiliários na demonstração da posição financeira de 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Valores em milhares de euros	31 dez 2016		
	Antes da Reexpressão	Ajustamentos para o justo valor Salsa	Após Reexpressão
<b>Ativos</b>			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.986.858	(4.384)	1.982.474
Goodwill	653.753	1.732	655.484
Investimentos	1.383.055	-	1.383.055
Ativos por impostos diferidos	61.361	-	61.361
Outros ativos não correntes	19.226	-	19.226
<b>Ativo não corrente</b>	<b>4.104.253</b>	<b>(2.652)</b>	<b>4.101.601</b>
Inventários	696.298	-	696.298
Clientes	116.004	-	116.004
Outros ativos correntes, incluindo ativos detidos para venda	250.921	-	250.921
Investimentos	4.369	-	4.369
Caixa e equivalentes de caixa	340.920	-	340.920
<b>Ativos correntes</b>	<b>1.408.512</b>	<b>-</b>	<b>1.408.512</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.512.766</b>	<b>(2.652)</b>	<b>5.510.113</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos obtidos	1.209.828	-	1.209.828
Outros passivos não correntes	21.557	-	21.557
Passivos por impostos diferidos	114.371	(921)	113.450
Provisões	25.848	-	25.848
<b>Passivos não correntes</b>	<b>1.371.604</b>	<b>(921)</b>	<b>1.370.683</b>
Empréstimos obtidos	361.212	-	361.212
Fornecedores e outros passivos correntes, incluindo passivos detidos para venda	1.715.511	-	1.715.511
<b>Passivos correntes</b>	<b>2.076.723</b>	<b>-</b>	<b>2.076.723</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.448.327</b>	<b>(921)</b>	<b>3.447.407</b>
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.893.666	-	1.893.666
Interesses sem controlo	170.772	(1.732)	169.040
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.064.438</b>	<b>(1.732)</b>	<b>2.062.706</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>5.512.766</b>	<b>(2.652)</b>	<b>5.510.113</b>

## 4.2 Impacto da MDS como atividade descontinuada

Em junho de 2017, a Sonae alienou 1.773 de ações da MDS, SGPS, SA, passando a percentagem de detenção para 50% e alterou o acordo parassocial perdendo o controlo da referida filial e passando a empreendimento conjunto. Face a este facto a demonstração de resultados do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi reexpressa, passando toda a atividade desta filial bem como das suas participadas para a rubrica de “Operações descontinuadas”, ver impacto na Nota 5.1.



O impacto na demonstração consolidada dos resultados, da reclassificação da atividade da MDS, SGPS, S.A. para operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Valores em milhares de euros	31 dez 2016		
	Antes da Reexpressão	Operações descontinuadas	Após Reexpressão
Vendas	5,159,067	-	5,159,067
Prestações de serviços	217,070	(46,646)	170,424
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	1,089	7,217	8,306
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	(15,682)	-	(15,682)
Outros rendimentos e ganhos financeiros	15,928	(177)	15,751
Outros rendimentos	772,918	(795)	772,123
Custo das vendas	(4,261,075)	-	(4,261,075)
Variação da produção	1,273	-	1,273
Fornecimentos e serviços externos	(720,362)	16,566	(703,796)
Gastos com o pessoal	(731,641)	17,312	(714,329)
Amortizações e depreciações	(183,107)	3,461	(179,646)
Provisões e perdas por imparidade	(17,301)	2,143	(15,158)
Gastos e perdas financeiras	(52,660)	1,539	(51,121)
Outros gastos	(75,051)	1,844	(73,207)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	138,842	(211)	138,631
<b>Resultado antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>249,308</b>	<b>2,253</b>	<b>251,561</b>
Imposto sobre o rendimento	(26,905)	208	(26,697)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas</b>	<b>222,403</b>	<b>2,461</b>	<b>224,864</b>
<b>Resultado depois de impostos das operações descontinuadas</b>	<b>(409)</b>	<b>(2,461)</b>	<b>(2,870)</b>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>221,994</b>	<b>-</b>	<b>221,994</b>
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas	215,279	1,230	216,509
Operações descontinuadas	(205)	(1,230)	(1,435)
	<b>215,074</b>	<b>-</b>	<b>215,074</b>
Atribuível a Interesses sem controlo:			
Operações continuadas	7,125	1,230	8,355
Operações descontinuadas	(205)	(1,230)	(1,435)
	<b>6,920</b>	<b>-</b>	<b>6,920</b>

## 5 Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

### 5.1 Alienação de ações e perda de controlo da MDS, SGPS, S.A.

Em junho de 2017, a Sonae e a IPLF Holding assinaram um acordo de alienação de ações da MDS, SGPS, SA, resultando na alteração do acordo parassocial e na perda de controlo da referida filial passando esta a empreendimento conjunto. Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 (Nota 4.2) e 2017 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das unidades operacionais descontinuadas.

As operações descontinuadas incluem as seguintes empresas:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		Direto	Total
<b>Sonae FS</b>			
Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA	Porto (Portugal)	70,00%	35,01%
Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	Santa Catarina (Brasil)	100,00%	50,01%
Herco, Consultoria de Risco, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,01%
HighDome PCC Limited	La Valeta (Malta)	100,00%	50,01%
Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	Porto (Portugal)	100,00%	50,01%
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	50,01%
Lazam/mds Correctora Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	50,01%
MDS África, SGPS, SA	Porto (Portugal)	50,00%	25,05%
MDS - Corretor de Seguros, SA	Porto (Portugal)	100,00%	50,01%
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Porto (Portugal)	50,01%	25,01%
MDS Malta Holding Limited	La Valeta (Malta)	100,00%	50,01%
MDS RE – Mediador de resseguros, SGPS, SA	Porto (Portugal)	100,00%	25,05%
MDS, SGPS, SA	Maia (Portugal)	50,01%	50,01%
Moneris Seguros - Mediação de Seguros, Lda	Oeiras (Portugal)	60,00%	30,01%
Brokerslink Management AG	Zug (Suíça)	20,00%	10,00%
Filhet Allard España Correduria de Seguros S.L.	Madrid (Espanha)	35,00%	17,50%
Flexben, Lda	Porto (Portugal)	45,00%	22,50%

Os efeitos desta transação nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	30 jun 2017 Data perda controlo	31 dez 2016
<b>Ativos líquidos</b>		
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (Notas 8 e 9)	14.553.810	17.388.374
Goodwill (Nota 10)	28.139.765	30.128.657
Investimentos (Notas 11 e 12)	9.044.138	8.995.262
Clientes e outros ativos	11.447.005	8.010.414
Caixa e equivalentes de caixa	11.088.316	9.709.102
Empréstimos obtidos	(22.577.049)	(24.239.583)
Fornecedores e outros passivos	(26.506.086)	(21.843.103)
<b>Total de ativos líquidos</b>	<b>25.189.899</b>	<b>28.149.123</b>
Reservas de conversão cambial	(4.214.202)	
Interesses sem controlo (Nota 23)	13.090.263	
Ganho na operação	16.220.165	
<b>Investimento financeiro retido ao justo valor (Nota 11.3)</b>	<b>32.534.003</b>	

Montantes expressos em euros	30 jun 2017	31 dez 2016
Prestações de serviços	23.316.083	46.645.887
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	3.637	210.743
Rendimentos e ganhos financeiros	46.513	177.045
Outros rendimentos	286.420	795.269
Fornecimentos e serviços externos	(8.635.591)	(16.566.586)
Gastos com o pessoal	(9.474.688)	(17.311.876)
Amortizações e depreciações	(1.942.514)	(3.460.719)
Provisões e perdas por imparidade	(377.687)	(2.142.766)
Gastos e perdas financeiras	(497.689)	(1.538.952)
Outros gastos	(964.320)	(1.844.064)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	26.626	(7.216.342)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>1.786.790</b>	<b>(2.252.361)</b>
Imposto sobre o rendimento	103.874	(208.023)
<b>Resultados depois de impostos</b>	<b>1.890.664</b>	<b>(2.460.384)</b>
Rendimentos ou perdas relativos à perda de controlo	16.220.165	-
<b>Resultado líquido do período das operações descontinuadas</b>	<b>18.110.829</b>	<b>(2.460.384)</b>

O detalhe das operações descontinuadas na demonstração dos fluxos de caixa pode ser analisado como segue:

Fluxos de Caixa do período das operações descontinuadas	30 jun 2017
Fluxos de atividades operacionais	6.906.899
Fluxos de atividades de investimento	(624.892)
Fluxos de atividades de financiamento	(1.316.263)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>4.965.744</b>

O justo valor do investimento retido teve por base uma valorização interna através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócios onde se projetam os respetivos cash-flows para períodos de 5 anos, com a utilização de um custo médio ponderado de capital de 12,24% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3%.

## 5.2 As principais aquisições de subsidiárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As aquisições de empresas incluídas na consolidação pelo método integral, podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede social	Porcentagem de capital detido	
		À data de aquisição	
		Direto	Total
<b>Sonae MC</b>			
BRIO-Prod. Agric.Biológica, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Go Well, S.A.	Lisboa (Portugal)	51,00%	51,00%

Em dezembro de 2016 a Sonae MC concluiu um acordo com os acionistas da GO WELL - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A. (Go Well), para a aquisição de uma participação de 51% no capital da Go Well, a referida transação concretizou-se em maio de 2017. A Go Well opera 24 restaurantes especializados em alimentação saudável em Portugal, tipicamente localizados em centros comerciais, e possui uma variedade de conceitos como grab&go, sushibar, feitos na hora e pequenos almoços. A Go Well opera exclusivamente através da marca "Go Natural" e registou, em 2015, um Volume de Negócios de 6,4 milhões de euros.

Em abril de 2017 uma participada do Grupo, concluiu um acordo com os acionistas da BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, S.A. (BRIO) para a aquisição de 100% do capital social da BRIO. Constituída em 2008, a BRIO é a primeira cadeia de supermercados biológicos lançada em Portugal, e explora seis supermercados especializados em alimentação biológica, todos com localizações de conveniência na zona metropolitana de Lisboa.

Na sequência do anterior acordo com vista à aquisição de uma participação de 51% no capital social da Go Well e da abertura do primeiro supermercado inteiramente dedicado à alimentação biológica e saudável, a aquisição da BRIO permitirá à Sonae MC acelerar a sua posição na avenida estratégica de crescimento de Health & Wellness, em particular no segmento de alimentação saudável, beneficiando da rede de lojas da BRIO, do elevado grau de especialização das equipas e de uma alargada rede de fornecedores.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Sonae MC	
	À data de aquisição	31 dez 2017
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	1.353.213	1.941.423
Inventários (Nota 14)	586.950	651.287
Ativos por impostos diferidos (Nota 19)	353.206	507.683
Outros ativos	1.297.583	1.137.493
Caixa e equivalentes de caixa	431.553	569.490
Empréstimos	(306.265)	(109.974)
Outros passivos	(3.388.587)	(2.866.677)
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>327.653</b>	<b>1.830.725</b>
Goodwill (Nota 10)	9.546.335	
Interesses sem controlo (Nota 23)	3.772.948	
<b>Custo de aquisição</b>	<b>6.101.040</b>	
Pagamentos efetuados	4.758.345	
Escrow Account	392.695	
Valores em dívida	950.000	
	<b>5.708.345</b>	
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição</b>		
Pagamentos efetuados	(5.151.040)	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	431.553	
	<b>(4.719.487)</b>	

Valores em euros	Unidades de Retalho	
	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas e prestações de serviços	7.946.162	12.649.155
Outros rendimentos	131.051	437.674
Custo das vendas	(3.842.855)	(6.577.456)
Fornecimentos e serviços externos	(1.861.996)	(2.935.933)
Outros gastos e perdas	(3.027.695)	(4.349.449)
Resultado financeiro	(15.766)	(26.415)
Resultados relativos a empresas associadas	37	(6.655)
<b>Resultado antes impostos</b>	<b>(671.062)</b>	<b>(809.079)</b>
Imposto sobre o rendimento	186.191	186.858
<b>Resultado líquido</b>	<b>(484.871)</b>	<b>(622.221)</b>

À data de apresentação destas demonstrações financeiras ainda não foi possível finalizar a análise para atribuir, em termos contabilísticos, o justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. No entanto, a alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

## 6 Informação por segmentos

A Sonae tem no seu portfólio 5 segmentos principais: Sonae Retalho, Sonae Sierra, NOS, Sonae IM e a Sonae FS.

- A Sonae Retalho tem 5 divisões:
  - a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar, possui uma rede de 41 hipermercados Continente, 131 supermercados Continente Modelo, 96 lojas de conveniência Bom Dia, 25 restaurantes Go Natural, 295 lojas franqueadas Meu Super e 222 parafarmácias Well's;
  - a Worten que está incluída no top 3 de players ibéricos em eletrónica, contando com um portfólio de 242 lojas físicas na Ibéria;

- a Sonae Sports & Fashion tem uma rede de 392 lojas próprias de artigos de desporto e vestuário, combinada com uma rede de franchising composta por 143 lojas;

- a Sonae RP dedica-se à otimização da gestão do portfólio de imobiliário do retalho e é composta, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae;

- a Maxmat que opera no mercado da bricolage, construção, banho e jardim com uma rede de 31 lojas.

- A Sonae Sierra é a parceria dedicada à atividade de desenvolvimento e gestão de centros comerciais.
- A Nos é a parceria que o Grupo detém através da Zopt dedicada às telecomunicações.
- A Sonae IM possui uma estratégia de gestão ativa do portfólio, com o objetivo de construir e gerir um portfólio de empresas de base tecnológica ligadas ao retalho e às telecomunicações.
- A Sonae FS tem como objetivo potenciar os serviços financeiros no retalho.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separada, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A Sonae está presente em 90 países, incluindo operações, prestação de serviços a terceiros, escritórios de representação, franchising e parcerias.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados nas Notas 51 e 52. Face à redefinição dos segmentos reportáveis, procedeu-se à reexpressão dos valores de 2016, abaixo detalhados.

## 6.1 Informação financeira por segmentos de negócio

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

31 dez 2017	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(3)</sup>	Provisões e perdas por imparidade <sup>(3)</sup>	EBIT <sup>(3)</sup>	Resultados financeiros <sup>(2)</sup>	Imposto sobre o rendimento <sup>(2)</sup>
Sonae MC	3.884.235.290	99.298.234	2.229.104	101.815.713	-	-
Worten	1.002.827.600	26.593.764	2.268.812	(2.792.306)	-	-
Sonae Sports & Fashion	588.982.641	34.026.087	1.900.326	(20.283.769)	-	-
Sonae RP	92.138.557	24.343.863	445.945	65.450.006	-	-
Maxmat	78.118.529	1.738.124	-	4.699.211	-	-
<b>Sonae Retalho</b>	<b>5.646.302.617</b>	<b>186.000.072</b>	<b>6.844.187</b>	<b>148.888.855</b>	<b>(18.293.624)</b>	<b>36.055.934</b>
Sonae Sierra	-	-	-	32.310.056	-	-
NOS	-	-	-	27.234.000	-	-
Sonae IM	125.929.752	9.426.834	1.187.584	(4.980.350)	(776.114)	728.989
Sonae FS	24.327.569	523.143	25.337	1.045.895	(42.599)	15.636
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	(86.408.002)	1.709.282	1.084.217	(22.620.535)	(16.905.215)	(22.668.071)
<b>Total consolidado - Direto</b>	<b>5.710.151.936</b>	<b>197.659.331</b>	<b>9.141.325</b>	<b>181.877.921</b>	<b>(36.017.552)</b>	<b>14.132.488</b>

31 dez 2016 Reexpresso	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(3)</sup>	Provisões e perdas por imparidade <sup>(3)</sup>	EBIT <sup>(3)</sup>	Resultados financeiros <sup>(2)</sup>	Imposto sobre o rendimento <sup>(2)</sup>
Sonae MC	3.686.808.069	90.891.781	1.485.654	110.649.903	-	-
Worten	910.303.455	25.294.846	2.815.681	(9.210.175)	-	-
Sonae Sports & Fashion	527.299.167	25.130.419	1.573.881	(25.711.177)	-	-
Sonae RP	91.962.156	23.739.373	6.536.987	119.994.145	-	-
Maxmat	71.502.114	1.925.699	36.571	2.806.705	-	-
<b>Sonae Retalho</b>	<b>5.287.874.961</b>	<b>166.982.118</b>	<b>12.448.774</b>	<b>198.529.401</b>	<b>(23.210.775)</b>	<b>31.466.626</b>
Sonae Sierra	-	-	-	28.448.093	-	-
NOS	-	-	-	17.075.644	-	-
Sonae IM	116.708.126	8.681.722	886.054	(5.694.735)	(496.800)	(20.501.458)
Sonae FS	17.518.560	486.745	-	(474.342)	(20.477)	(924.633)
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	(92.610.031)	3.495.415	1.681.591	(26.377.410)	(21.005.008)	8.392.815
<b>Total consolidado - Direto</b>	<b>5.329.491.616</b>	<b>179.646.000</b>	<b>15.016.419</b>	<b>211.506.651</b>	<b>(44.733.060)</b>	<b>18.433.350</b>

	31 dez 2017			31 dez 2016 Reexpresso		
	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Financeira Líquida <sup>(2)</sup>	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Dívida Financeira Líquida <sup>(2)</sup>
Sonae MC	164.462.924	697.071.753	-	167.010.365	629.840.098	-
Worten	44.599.644	(90.641.251)	-	39.439.683	(53.491.326)	-
Sonae Sports & Fashion	40.198.483	355.988.594	-	112.943.591	370.772.496	-
Sonae RP	41.181.011	902.627.242	-	62.354.568	930.735.887	-
Maxmat	1.390.622	32.639.857	-	1.044.844	33.050.597	-
<b>Sonae Retalho</b>	<b>291.832.684</b>	<b>1.897.686.195</b>	<b>628.698.342</b>	<b>382.793.051</b>	<b>1.910.907.752</b>	<b>675.825.425</b>
Sonae IM	19.390.000	159.330.000	(465.854)	46.833.841	143.443.838	2.723.388
Sonae FS	1.641.218	20.126.477	-	612.298	49.774.572	-
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	3.301.948	1.170.360.921	484.077.881	6.373.484	1.173.583.409	536.000.880
<b>Total consolidado</b>	<b>316.165.850</b>	<b>3.247.503.593</b>	<b>1.112.310.369</b>	<b>436.612.674</b>	<b>3.277.709.571</b>	<b>1.214.549.693</b>

- 1) Inclui as contas individuais da Sonae;
- 2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;
- 3) Informação reconciliada na nota 48.

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados com segue:

Volume de negócios	31 dez 2017 Intragruppo	31 dez 2016 Intragruppo
Sonae MC	(1.932.603)	(1.999.094)
Worten	(2.819.151)	(4.526.457)
Sonae Sports & Fashion	(29.995.432)	(29.091.974)
Sonae RP	(83.876.500)	(81.586.962)
Maxmat	-	-
<b>Sonae Retalho</b>	<b>(118.623.686)</b>	<b>(117.204.487)</b>
Sonae IM	-	-
Sonae FS	-	-
Outros, eliminações e ajustamentos	(483.596)	(1.968.270)
<b>Total consolidado</b>	<b>(119.107.282)</b>	<b>(119.172.757)</b>

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(119.107.282)	(119.172.757)	-	-
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	32.699.280	26.562.726	(10.205.523)	(9.391.324)
Outros	-	-	(12.415.012)	(16.986.086)
<b>Outros, eliminações e ajustamentos</b>	<b>(86.408.002)</b>	<b>(92.610.031)</b>	<b>(22.620.535)</b>	<b>(26.377.410)</b>

	Investimento		Capital Investido	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos e Contributos das empresas não individualizados como segmentos	3.301.947	6.373.484	(24.887.601)	(41.491.633)
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	1.289.028.845	1.292.829.920
Outros investimentos	-	-	9.919.677	9.966.231
Cash settled equity swap <sup>(3)</sup>	-	-	(103.700.000)	(87.721.109)
	<b>3.301.947</b>	<b>6.373.484</b>	<b>1.170.360.921</b>	<b>1.173.583.409</b>

4) Instrumento financeiro explicitado da Nota 22.

Todas as medidas de performance estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 48.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2017		31 dez 2016 Reexpresso	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	3.988.903.667	5.124.752.911	3.976.787.236	4.800.410.405
Espanha	110.543.603	404.807.078	116.275.357	356.428.492
França	-	39.635.531	-	55.626.405
Inglaterra	-	3.217.685	-	3.757.817
Alemanha	-	4.695.042	-	4.586.905
Itália	-	13.592.032	-	12.498.905
Brasil	14.730.642	8.039.083	23.458.355	7.204.374
México	923.120	9.033.767	1.228.297	6.344.768
Resto do Mundo	68.212.188	102.378.807	3.374.131	82.633.545
	<b>4.183.313.220</b>	<b>5.710.151.936</b>	<b>4.121.123.376</b>	<b>5.329.491.616</b>

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Financeira Líquida = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes, excluindo outras aplicações de longo prazo;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatóvel, ou seja estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como “Outras” na Nota 51;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

## 6.2 Informação financeira da Sonae Sierra

Os valores de Ativos, Passivos, Rendimentos e ganhos e Gastos e perdas relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 11.2. No entanto, tendo em consideração a relevância das demonstrações financeiras da Sonae Sierra e dado que esta está a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial, apresentamos de seguida as situações mais relevantes (os valores divulgados não estão proporcionalizados pela percentagem de detenção e que ascende a 50%).

## a) Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Valores em milhares de euros	Propriedades de investimento				
	Em exploração	"Fit Out"	em desenvolvimento		Total
ao custo			Adiantamentos		
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016</b>	691.785	2.139	44.746	1.725	740.395
Adições	6.079	(125)	2.559	-	8.513
Imparidades e abates	-	-	(7.285)	-	(7.285)
Alienações	-	-	(427)	-	(427)
Recebimento de Fit-out	-	(834)	-	-	(834)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:					
- Ganhos	69.290	402	-	-	69.692
- Perdas	(4.349)	-	-	-	(4.349)
Diferenças de conversão cambial	-	-	28	-	28
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017</b>	<b>762.805</b>	<b>1.582</b>	<b>39.621</b>	<b>1.725</b>	<b>805.733</b>
Adições	3.784	188	1.802	-	5.774
Reversão de perdas por imparidade	-	-	20	-	20
Imparidades e abates	-	-	(1.676)	-	(1.676)
Recebimento de Fit-out	-	(266)	-	-	(266)
Transferências	-	-	(37)	-	(37)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:					
- Ganhos	68.561	40	-	-	68.601
- Perdas	(7.727)	(43)	-	-	(7.770)
Alienação de participadas	(88.487)	(13)	-	-	(88.500)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>738.936</b>	<b>1.488</b>	<b>39.730</b>	<b>1.725</b>	<b>781.879</b>

As adições de propriedades de investimento em desenvolvimento ao custo, nos montantes de 1.802 milhares de euros e 2.559 milhares de euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, referem-se a um projeto na Alemanha cuja data estimada de abertura é 2019.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante das propriedades de investimento em exploração e a informação sobre a hierarquia de justo valor pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros Nivel 3	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros Nivel 3
Península Ibérica	7,25% e 10,75%	5,50% e 9,00%	627.280	7,50% e 10,85%	5,75% e 9,10%	650.260
Resto da Europa	8,50% e 10,55%	6,75% e 8,75%	111.656	8,50% e 10,30%	6,75% e 8,50%	112.545
			<b>738.936</b>			<b>762.805</b>

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield e Jones Lang LaSalle).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sedado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rentabilidade de mercado ("Exit yield" ou "cap rate"). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rentabilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.



Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do “Red Book”, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em termos de hierarquia de mensuração de justo valor de acordo com o IFRS 13, as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;
- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor.

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

## **b) Alienação de empresas**

Em dezembro de 2017, a Sonae Sierra alienou 80% do capital detido na subsidiária 3shoppings - Holding, SGPS, S.A. (“3shoppings”), detentora de 100% do capital das subsidiárias Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A. (“Guimarãesshopping”) e Maiashopping- Centro Comercial, S.A. (“Maia hopping”), pelo montante de 42.674 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho de 8.821 milhares de euros. Após esta data estas entidades passaram a ser classificadas como associadas e mensuradas pelo método da equivalência patrimonial.

## **c) Goodwill**

O valor do Goodwill associado à Sonae Sierra é alocado a cada uma das empresas que detém propriedades de investimento. Os testes de imparidade são efetuados por comparação com o “Net Asset Value” à data da demonstração da posição financeira das participações que detêm as referidas propriedades.

O “Net Asset Value” resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado (Open Market Value) não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas.

## **6.3 Informação financeira da Zopt**

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT (empreendimento conjunto que controla a NOS) e da NOS a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, incorporados nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 11.2).

O valor da demonstração de resultados da ZOPT resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da ZOPT e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela ZOPT.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial podem ser resumidas como segue:

Valores em milhares de euros	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Ativos</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.137.209	1.158.181
Ativos intangíveis	1.141.104	1.158.779
Ativos por impostos diferidos	99.538	117.302
Outros ativos não correntes	44.306	18.740
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.422.157</b>	<b>2.453.002</b>
Clientes	417.270	348.926
Caixa e equivalentes a caixa	2.977	2.313
Outros ativos correntes	124.664	178.400
<b>Ativo corrente</b>	<b>544.911</b>	<b>529.639</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.967.068</b>	<b>2.982.641</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos obtidos	954.658	972.003
Provisões	142.029	146.287
Outros passivos não correntes	30.991	50.406
<b>Passivos não correntes</b>	<b>1.127.678</b>	<b>1.168.696</b>
Empréstimos obtidos	210.136	224.692
Fornecedores	267.525	238.828
Outros passivos correntes	275.360	297.327
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>753.021</b>	<b>760.847</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.880.699</b>	<b>1.929.543</b>
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.077.302	1.044.057
Interesses sem controlo	9.067	9.041
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.086.369</b>	<b>1.053.098</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.967.068</b>	<b>2.982.641</b>
<b>Valores em milhares de euros</b>	<b>31 dez 2017</b>	<b>31 dez 2016</b>
Receitas totais	1.561.783	1.514.969
<b>Gastos e perdas</b>		
Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos	(672.811)	(642.190)
Amortizações	(422.211)	(391.555)
Outros gastos	(323.999)	(338.452)
	<b>(1.419.021)</b>	<b>(1.372.197)</b>
Resultados financeiros	(1.061)	(30.549)
Imposto sobre o rendimento	(17.480)	(22.226)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>124.221</b>	<b>89.997</b>
Atribuível aos interesses sem controlo	128	(385)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	124.093	90.382

## 7 Classes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Ativos registrados ao justo valor por resultados	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>								
<b>Ativos não correntes</b>								
Outros investimentos	12	9.919.677	-	9.504.098	-	19.423.775	-	19.423.775
Outros ativos não correntes	13	22.927.207	-	-	-	22.927.207	684.736	23.611.943
		32.846.884	-	9.504.098	-	42.350.982	684.736	43.035.718
<b>Ativos correntes</b>								
Clientes	15	130.075.290	-	-	-	130.075.290	-	130.075.290
Outras dívidas de terceiros	16	62.600.744	-	-	-	62.600.744	-	62.600.744
Investimentos	12	-	-	-	179.881	179.881	-	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	20	364.589.115	-	-	-	364.589.115	-	364.589.115
		557.265.149	-	-	179.881	557.445.030	-	557.445.030
		590.112.033	-	9.504.098	179.881	599.796.012	684.736	600.480.748
<b>A 31 de dezembro de 2016 Reexpresso</b>								
<b>Ativos não correntes</b>								
Outros investimentos	12	9.996.932	-	10.787.518	-	20.784.450	-	20.784.450
Outros ativos não correntes	13	18.640.416	-	-	-	18.640.416	585.750	19.226.166
		28.637.348	-	10.787.518	-	39.424.866	585.750	40.010.616
<b>Ativos correntes</b>								
Clientes	15	116.003.860	-	-	-	116.003.860	-	116.003.860
Outras dívidas de terceiros	16	83.961.449	-	-	-	83.961.449	-	83.961.449
Investimentos	12	161.050	-	-	4.207.972	4.369.022	-	4.369.022
Caixa e equivalentes de caixa	20	340.920.458	-	-	-	340.920.458	-	340.920.458
		541.046.817	-	-	4.207.972	545.254.789	-	545.254.789
		569.684.165	-	10.787.518	4.207.972	584.679.655	585.750	585.265.405

Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	24	-	573.440.551	573.440.551	-	573.440.551
Empréstimos obrigacionistas	24	-	643.667.042	643.667.042	-	643.667.042
Credores por locação financeira	24 e 25	-	881.956	881.956	-	881.956
Outros empréstimos	24	-	2.244.793	2.244.793	-	2.244.793
Outros passivos não correntes	27	-	3.078.159	3.078.159	10.371.159	13.449.318
		-	1.223.312.501	1.223.312.501	10.371.159	1.233.683.660
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	24	-	207.748.007	207.748.007	-	207.748.007
Empréstimos obrigacionistas	24	-	57.970.806	57.970.806	-	57.970.806
Credores por locação financeira	24 e 25	-	832.895	832.895	-	832.895
Outros empréstimos	24	1.248.119	1.278.626	2.526.745	-	2.526.745
Fornecedores	29	-	1.192.499.941	1.192.499.941	-	1.192.499.941
Outras dívidas a terceiros	30	-	210.262.167	210.262.167	10.967.712	221.229.879
		1.248.119	1.670.592.442	1.671.840.561	10.967.712	1.682.808.273
		1.248.119	2.893.904.943	2.895.153.062	21.338.871	2.916.491.933
<b>A 31 de dezembro de 2016</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	24	-	507.884.174	507.884.174	-	507.884.174
Empréstimos obrigacionistas	24	-	695.803.279	695.803.279	-	695.803.279
Credores por locação financeira	24 e 25	-	1.463.520	1.463.520	-	1.463.520
Outros empréstimos	24	-	4.676.660	4.676.660	-	4.676.660
Outros passivos não correntes	27	-	2.542.407	2.542.407	19.014.981	21.557.388
		-	1.212.370.040	1.212.370.040	19.014.981	1.231.385.021
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	24	-	350.365.080	350.365.080	-	350.365.080
Empréstimos obrigacionistas	24	-	7.998.517	7.998.517	-	7.998.517
Credores por locação financeira	24 e 25	-	1.079.629	1.079.629	-	1.079.629
Outros empréstimos	24	358.117	1.411.067	1.769.184	-	1.769.184
Fornecedores	29	-	1.136.655.247	1.136.655.247	-	1.136.655.247
Outras dívidas a terceiros	30	-	192.155.785	192.155.785	8.484.447	200.640.232
		358.117	1.689.665.325	1.690.023.442	8.484.447	1.698.507.889
		358.117	2.902.035.365	2.902.393.482	27.499.428	2.929.892.910

## Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O Grupo aplica a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

	31 dez 2017			31 dez 2016 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros mensurados a justo valor</b>						
Investimentos	-	-	35.462	-	-	-
Derivados	-	179.881	-	-	4.207.972	-
	-	179.881	35.462	-	4.207.972	-
<b>Passivos financeiros mensurados a justo valor</b>						
Derivados	-	1.248.119	-	-	358.117	-
	-	1.248.119	-	-	358.117	-

## 8 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016</b>	1.340.030.432	1.331.776.248	22.986.284	129.629.456	42.967.101	24.254.855	2.891.644.376
Investimento	19.651.941	5.104.021	358.337	1.122.012	753.393	239.302.839	266.292.543
Aquisições de filiais	38.596.783	12.121.189	1.851.477	4.655.788	1.474.657	54.012	58.753.906
Desinvestimento	(32.046.800)	(59.029.925)	(1.297.318)	(6.217.287)	(1.387.274)	(1.419.331)	(101.397.935)
Alienações de filiais	(23.843.817)	(2.667.983)	-	(35.456)	-	-	(26.547.256)
Variações cambiais	154.035	109.918	43.287	476.279	(3.195)	21.068	801.392
Transferências	28.550.401	150.827.286	1.886.202	15.674.609	2.947.941	(231.228.950)	(31.342.511)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016 - Publicado</b>	<b>1.371.092.975</b>	<b>1.438.240.754</b>	<b>25.828.269</b>	<b>145.305.401</b>	<b>46.752.623</b>	<b>30.984.493</b>	<b>3.058.204.515</b>
Efeito do ajustamento a justo valor de ativos adquiridos (Efeito da reexpressão - Nota 4.1)	(4.384.000)	-	-	-	-	-	(4.384.000)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017 Reexpresso</b>	<b>1.366.708.975</b>	<b>1.438.240.754</b>	<b>25.828.269</b>	<b>145.305.401</b>	<b>46.752.623</b>	<b>30.984.493</b>	<b>3.053.820.515</b>
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(489.027)	(2.829.332)	(201.726)	(3.743.352)	(20.818)	(566.767)	(7.851.022)
Investimento	10.851.529	4.987.246	324.056	866.813	558.989	221.746.704	239.335.337
Aquisições de filiais (Nota 5.2)	1.443.694	2.624.130	115.936	272.563	61.598	-	4.517.921
Desinvestimento	(32.875.531)	(83.685.531)	(1.408.275)	(4.938.004)	(3.733.628)	(1.406.653)	(128.047.622)
Variações cambiais	(74.051)	(115.026)	(23.709)	(642.303)	(3.725)	(15.958)	(874.772)
Transferências	24.962.674	162.212.106	2.237.924	14.560.837	3.968.831	(210.792.120)	(2.849.748)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.370.528.263</b>	<b>1.521.434.347</b>	<b>26.872.475</b>	<b>151.681.955</b>	<b>47.583.870</b>	<b>39.949.699</b>	<b>3.158.050.609</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016</b>	367.362.670	828.106.124	18.522.984	97.789.565	36.748.245	-	1.348.529.588
Depreciações do exercício	21.341.732	106.583.600	1.425.676	11.805.832	2.902.388	-	144.059.228
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	6.572.324	2.177.208	4.177	94.270	5.869	110.824	8.964.672
Aquisições de filiais	16.217.062	7.761.499	1.240.310	4.146.189	948.855	-	30.313.915
Desinvestimento	(5.308.206)	(48.900.527)	(1.234.329)	(5.839.121)	(1.312.196)	-	(62.594.379)
Alienações de filiais	(7.883.758)	(2.667.983)	-	(35.456)	-	-	(10.587.197)
Variações cambiais	148.899	44.163	22.226	343.234	(1.804)	-	556.718
Transferências	(476.933)	(11.606.204)	(168.493)	(967.009)	(288.869)	-	(13.507.508)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017 Reexpresso</b>	<b>397.973.790</b>	<b>881.497.880</b>	<b>19.812.551</b>	<b>107.337.504</b>	<b>39.002.488</b>	<b>110.824</b>	<b>1.445.735.037</b>
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(226.791)	(1.777.593)	(147.210)	(3.045.376)	(19.594)	-	(5.216.564)
Depreciações do exercício	22.330.323	112.857.866	1.569.254	13.469.610	3.617.283	-	153.844.336
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.594	-	10.991	15.065	22.165	853.597
Aquisições de filiais (Nota 5.2)	1.173.261	1.542.374	62.161	245.035	208.205	-	3.231.036
Desinvestimento	(6.943.974)	(73.220.922)	(1.336.624)	(4.619.701)	(3.680.413)	-	(89.801.634)
Variações cambiais	(52.860)	(57.406)	(13.865)	(495.178)	(35.655)	-	(654.964)
Transferências	673.551	(429.014)	(223.265)	(582.071)	(252.508)	-	(813.307)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>415.435.082</b>	<b>920.710.779</b>	<b>19.723.002</b>	<b>112.320.814</b>	<b>38.854.871</b>	<b>132.989</b>	<b>1.507.177.537</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>A 31 de dezembro de 2016 Reexpresso</b>	<b>968.735.185</b>	<b>556.742.874</b>	<b>6.015.718</b>	<b>37.967.897</b>	<b>7.750.135</b>	<b>30.873.669</b>	<b>1.608.085.478</b>
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	<b>955.093.181</b>	<b>600.723.568</b>	<b>7.149.473</b>	<b>39.361.141</b>	<b>8.728.999</b>	<b>39.816.710</b>	<b>1.650.873.072</b>

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 221 milhões de euros (238 milhões de euros em 2016), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo.

O desinvestimento nos exercícios de 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>							
Desinvestimento	(5.078.563)	(82.783.750)	(1.408.275)	(4.938.004)	(3.733.628)	(1.406.653)	(99.348.873)
"Sale and Leaseback"	(27.796.968)	(901.781)	-	-	-	-	(28.698.749)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(32.875.531)</b>	<b>(83.685.531)</b>	<b>(1.408.275)</b>	<b>(4.938.004)</b>	<b>(3.733.628)</b>	<b>(1.406.653)</b>	<b>(128.047.622)</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Desinvestimento	(2.158.414)	(72.438.851)	(1.336.624)	(4.619.701)	(3.680.413)	-	(84.234.003)
"Sale and Leaseback"	(4.785.560)	(782.071)	-	-	-	-	(5.567.631)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(6.943.974)</b>	<b>(73.220.922)</b>	<b>(1.336.624)</b>	<b>(4.619.701)</b>	<b>(3.680.413)</b>	<b>-</b>	<b>(89.801.634)</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>Desinvestimento</b>	<b>(2.920.149)</b>	<b>(10.344.899)</b>	<b>(71.651)</b>	<b>(318.303)</b>	<b>(53.215)</b>	<b>(1.406.653)</b>	<b>(15.114.870)</b>
<b>Sale and Leaseback</b>	<b>(23.011.408)</b>	<b>(119.710)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23.131.118)</b>

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>							
Desinvestimento	(660.641)	(57.422.135)	(1.297.318)	(6.217.287)	(1.387.274)	(1.419.331)	(68.403.986)
"Sale and Leaseback"	(31.386.159)	(1.607.790)	-	-	-	-	(32.993.949)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(32.046.800)</b>	<b>(59.029.925)</b>	<b>(1.297.318)</b>	<b>(6.217.287)</b>	<b>(1.387.274)</b>	<b>(1.419.331)</b>	<b>(101.397.935)</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Desinvestimento	(566.623)	(47.725.521)	(1.234.329)	(5.839.121)	(1.312.196)	-	(56.677.790)
"Sale and Leaseback"	(4.741.583)	(1.175.006)	-	-	-	-	(5.916.589)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(5.308.206)</b>	<b>(48.900.527)</b>	<b>(1.234.329)</b>	<b>(5.839.121)</b>	<b>(1.312.196)</b>	<b>-</b>	<b>(62.594.379)</b>
<b>Valor líquido</b>							
Desinvestimento	(94.018)	(9.696.614)	(62.989)	(378.166)	(75.078)	(1.419.331)	(11.726.196)
"Sale and Leaseback"	(26.644.576)	(432.784)	-	-	-	-	(27.077.360)

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, foram registadas diversas operações de "Sale and Leaseback". Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 23 milhões de euros (158 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), correspondem a 5 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2016, correspondiam a 16 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal e 3 lojas da Worten em Espanha). Os ativos alienados em 2016, encontravam-se classificados no movimento acima em desinvestimento no período de 2016, 27 milhões de euros e os restantes estavam registados como ativos não correntes detidos para venda. Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 36,9 milhões de euros (230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 10,8 milhões de euros (63,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 39).

Os ativos tangíveis detidos pela Imoconti, filial alienada em 2016, foram arrendados após a alienação da filial, em condições semelhantes aos ativos incluídos nas operações de "Sale and Leaseback", estes ativos representavam 16 milhões de euros na data da alienação, tendo resultado um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,9 milhões de euros (Nota 37).

Os contratos de arrendamento dos ativos em questão foram considerados locações operacionais, tendo em consideração os indicadores tradicionalmente utilizados para determinar a natureza dos contratos de locação conforme definidos no IAS 17. Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Para os ativos em Espanha o prazo dos contratos foi de 12 anos, tendo sido considerado o período de 6 e 9 anos (opção de termino antecipado). Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos objeto de locação, sendo que as opções de compra existentes por parte do Grupo são exercíveis com base em preços de mercado, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento estão ainda incluídos cerca de 9,6 milhões de euros relativos ao processo de reestruturação dos novos conceitos de loja, da Worten (cerca de 3,9 milhões de euros) e da Sonae MC (cerca de 6 milhões de euros), tendo originado a utilização de perdas por imparidade no valor de 2,8 milhões de euros e 1,2 milhões de euros respetivamente.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de transferências inclui o valor líquido de 16,4 milhões de euros dos ativos transferidos para "Ativos não correntes detidos para venda" relativos à Sohimeat, pela perda de controlo desta sociedade em janeiro de 2017 (Nota 21).

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da Sonae RP (Nota 6) em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de amortizações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2016), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 foi registada uma imparidade no valor de 6,5 milhões de euros sobre um imóvel detido pelo Grupo em resultado da avaliação produzida pela Cushman & Wakefield e que tomou em consideração as últimas alterações do plano diretor municipal aplicável ao referido imóvel.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	33.490.064	25.828.922
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	1.473.742	1.610.531
Projetos de Lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	1.296.000	1.693.500
Outros	3.556.904	1.740.716
	<b>39.816.710</b>	<b>30.873.669</b>

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

Perdas por imparidade	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total ativos fixos tangíveis
Saldo inicial 1 de janeiro de 2016	99.853.204	33.179.777	34.330	408.450	88.602	133.564.363
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	6.572.324	2.177.208	4.177	94.270	116.693	8.964.672
Diminuições no exercício (Nota 32)	(15.988.825)	(7.289.344)	(601)	(131.102)	(18.942)	(23.428.814)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2017	90.436.703	28.067.641	37.906	371.618	186.353	119.100.221
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.593	-	10.991	37.231	853.597
Diminuições no exercício (Nota 32)	(387.817)	(5.197.222)	(16.324)	(60.231)	(82.456)	(5.744.050)
Aquisições de filiais	-	-	-	-	169.243	169.243
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>90.556.668</b>	<b>23.168.012</b>	<b>21.582</b>	<b>322.378</b>	<b>310.371</b>	<b>114.379.011</b>

## 9 Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
<b>Ativo bruto:</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016</b>	129.351.364	339.465.875	54.712.279	30.117.801	553.647.319
Investimento	186.707	3.177.999	189.448	50.672.876	54.227.030
Aquisições de filiais	51.321.434	4.142.482	38.747.581	92.784	94.304.281
Desinvestimento	(251.104)	(1.326.871)	(200.717)	(347.806)	(2.126.498)
Variações cambiais	166.298	855.199	4.715.923	(12.671)	5.724.749
Transferências	238.491	49.294.911	(390.362)	(52.461.994)	(3.318.954)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017</b>	<b>181.013.190</b>	<b>395.609.595</b>	<b>97.774.152</b>	<b>28.060.990</b>	<b>702.457.927</b>
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(1.991.644)	(8.370.813)	(25.794.980)	(103.663)	(36.261.100)
Investimento	35.356	1.297.805	140.803	53.557.319	55.031.283
Aquisições de filiais (Nota 5.2)	13.500	-	138.687	-	152.187
Desinvestimento	(153.310)	(5.866.252)	(621.963)	(942.118)	(7.583.643)
Variações cambiais	(924.982)	(1.439.831)	(3.257.180)	(42.150)	(5.664.143)
Transferências	72.243	46.276.425	1.368.766	(51.017.625)	(3.300.191)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>178.064.353</b>	<b>427.506.929</b>	<b>69.748.285</b>	<b>29.512.753</b>	<b>704.832.320</b>
<b>Amortizações e perdas por impar. acumuladas</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016</b>	38.817.721	219.470.194	26.218.055	-	284.505.970
Amortizações do exercício	1.998.273	33.329.270	3.705.787	-	39.033.330
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	-	1.141.737	-	-	1.141.737
Aquisições de filiais	29.514	2.391.489	1.399.536	-	3.820.539
Desinvestimento	(251.104)	(1.138.959)	(200.717)	-	(1.590.780)
Variações cambiais	169.355	635.564	2.716.631	-	3.521.550
Transferências	(47)	(1.236.268)	(247.592)	-	(1.483.907)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017</b>	<b>40.763.712</b>	<b>254.593.027</b>	<b>33.591.700</b>	<b>-</b>	<b>328.948.439</b>
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(1.098.292)	(7.722.345)	(16.389.372)	-	(25.210.009)
Amortizações do exercício	2.513.225	38.166.979	5.099.309	-	45.779.513
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	-	234.501	764.278	-	998.779
Aquisições de filiais (Nota 5.2)	6.222	-	79.637	-	85.859
Desinvestimento	(108.769)	(6.452.909)	(338.254)	-	(6.899.932)
Variações cambiais	(858.715)	(934.360)	(2.102.414)	-	(3.895.489)
Transferências	(243.995)	(3.014.432)	359.340	-	(2.899.087)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>40.973.388</b>	<b>274.870.461</b>	<b>21.064.224</b>	<b>-</b>	<b>336.908.073</b>
<b>Valor líquido</b>					
<b>A 31 de dezembro de 2016 Reexpresso</b>	<b>140.249.478</b>	<b>141.016.568</b>	<b>64.182.452</b>	<b>28.060.990</b>	<b>373.509.488</b>
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>	<b>137.090.965</b>	<b>152.636.468</b>	<b>48.684.061</b>	<b>29.512.753</b>	<b>367.924.247</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 53 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (50 milhões em 31 de dezembro de 2016). No referido valor estão incluídos cerca de 17 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 14,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 39).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 51 milhões de euros e marca Losan no valor de 11,6 milhões de euros, estas últimas valorizadas no processo de aquisição em 2016.

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continente efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2017 foi atualizada internamente a avaliação externa realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2017, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício. Relativamente à análise de imparidade das marcas Salsa e Losan estas foram realizadas através dos testes descritos na nota 10 quanto à recuperação dos ativos não correntes.



## 10 Goodwill

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Sonae Retalho - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Maxmat, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento Sonae RP;

- Sonae IM - O valor de Goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Tecnologia; e

- Sonae FS – O valor de Goodwill em 31 de dezembro de 2016 era relativo ao negócio de seguros incluindo valores gerados em data anterior à adoção dos IFRS e suportado pela valorização da carteira de clientes (Portugal) bem como o gerado com a operação de concentração posterior (Brasil). Em resultado da perda de controlo sobre a MDS, este valor foi anulado por via da desreconhecimento dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por insígnia e país:

31 dez 2017					
Insignia	Portugal	Espanha	Brasil	Outros países	Total
Sonae MC	495.168.601	-	-	-	495.168.601
Worten	65.283.532	-	-	-	65.283.532
Sonae Sports & Fashion	57.571.018	245.817	-	-	57.816.835
Sonae RP	2.142.168	-	-	-	2.142.168
Sonae IM	2.686.758	-	7.090	11.258.229	13.952.077
	<b>622.852.077</b>	<b>245.817</b>	<b>7.090</b>	<b>11.258.229</b>	<b>634.363.213</b>

31 dez 2016 Reexpresso					
Insignia	Portugal	Espanha	Brasil	Outros países	Total
Sonae MC	485.622.266	-	-	-	485.622.266
Worten	65.283.532	-	-	-	65.283.532
Sonae Sports & Fashion	57.475.521	95.497	-	-	57.571.018
Sonae RP	2.651.846	-	-	-	2.651.846
Sonae IM	2.686.758	-	7.090	11.533.124	14.226.972
Sonae FS	8.363.810	-	21.764.904	-	30.128.714
	<b>622.083.733</b>	<b>95.497</b>	<b>21.771.994</b>	<b>11.533.124</b>	<b>655.484.348</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Saldo inicial	671.687.610	620.657.733
Recálculo do goodwill por efeito da variação do justo valor dos ativos adquiridos (Nota 4.1)	-	1.731.680
<b>Saldo inicial reexpresso</b>	<b>671.687.610</b>	<b>622.389.413</b>
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(33.674.270)	-
Goodwill gerado no exercício (Nota 5.2)	9.546.335	45.272.228
Alienações de ativos	(509.678)	(795.226)
Variação cambial	(2.263.844)	4.721.195
Outras variações	245.817	100.000
<b>Saldo final Reexpresso</b>	<b>645.031.970</b>	<b>671.687.610</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	16.203.262	15.074.024
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(5.534.505)	-
Aumentos	-	1.677.383
Alienações de ativos	-	(540.273)
Variação cambial	-	(7.872)
<b>Saldo final</b>	<b>10.668.757</b>	<b>16.203.262</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>634.363.213</b>	<b>655.484.348</b>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sonae procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, não tendo reconhecido perdas de imparidade em 2017. Em 2016 foi reconhecido o valor de 1,7 milhões de euros de perdas por imparidade.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

## Sonae Retalho

Para este efeito os segmentos Sonae MC, Worten e Sonae Sports & Fashion, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae MC	9% a 10%	<=2%	-0,6%	9% a 10%	<=2%	-0,6%
Worten	9% a 11%	<=1%	2,6%	9% a 11%	<=1%	1,9%
Sonae Sports & Fashion	9% a 11%	<=1%	6,1%	9% a 11%	<=1%	6,9%
Maxmat	9% a 11%	<=1%	10,2%	9% a 11%	<=1%	5,4%

Ao nível da área de negócios Sports, a análise de imparidades do Goodwill bem como da recuperação dos ativos não correntes foi efetuada tendo em consideração a valorização decorrente da operação de perda de controlo que ocorreu em janeiro de 2018, desta análise não resultaram imparidades a registar.

## Sonae IM

Para este efeito o segmento Sonae IM nas Tecnologias utiliza os seguintes pressupostos:

Foram utilizados planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

Tecnologia	Base da quantia recuperável	Taxa de desconto	Taxas de crescimento na perpetuidade
Sistemas de Informação			
Telecomunicações	Valor de uso	6,75%-16,75%	1%
Retalho	Valor de uso	10,5%	3%
Cybersecurity	Valor de uso	7,5%-10,75%	3%
Outros	Valor de uso	9%-13,5%	1%-2%

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 - Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

## 11 Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

### 11.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue:

FIRMA	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Sonae MC</b>		
1) Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	2.361.045	-
<b>Sonae Sierra</b>		
Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	600.833.979	605.762.434
<b>NOS</b>		
ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	688.194.866	676.799.309
<b>Sonae IM</b>		
Inteligente Big Data, S.L.	-	-
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	-	-
Unipress - Centro Gráfico, Lda	608.237	588.925
<b>Sonae FS</b>		
2) MDS SGPS, S.A. (consolidado)	31.495.372	-
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>	<b>1.323.493.499</b>	<b>1.283.150.668</b>
<b>Sonae MC</b>		
APOR - Agência para a Modernização do Porto, SA	290.475	323.193
MOVVO, S.A.	-	2.793.649
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	1.050.793	1.338.322
S2 Mozambique, SA	1.592.748	1.406.710
Ulabox, SL	4.046.829	3.817.381
<b>Sonae IM</b>		
Armilar Venture Partners - Sociedade de Capital de Risco, SA (Armilar)	1	1
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armilar II)	44.333.718	35.416.004
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armilar III)	24.920.506	26.173.814
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP I+I)	9.431.245	6.885.820
3) Secucloud GMBH	4.819.257	-
3) Probe.ly - Soluções de Cibersegurança, Lda	471.766	-
<b>Sonae FS</b>		
2) Brokerslink Management AG	-	124.834
2) Filhet Allard España Correduria de Seguros S.L.	-	840.494
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>90.957.338</b>	<b>79.120.222</b>
<b>Total</b>	<b>1.414.450.837</b>	<b>1.362.270.890</b>

- 1) Em 2016 foi efetivado um acordo de parceria que se concretizou em janeiro de 2017, passando esta filial a ser registada pelo método de equivalência patrimonial dada a perda de controlo (Nota 21);
- 2) Atividades descontinuadas (Nota 5.1);
- 3) Associada adquirida no exercício.

Na sequência do anúncio efetuado a 5 de agosto de 2016, a subsidiária Sonae IM em conjunto com um grupo de investidores celebrou um contrato com o NOVO BANCO, S.A. e a subsidiária deste, ES TECH VENTURES, SGPS, S.A para a aquisição, ao Novo Banco, de unidades de participação em três fundos de capital de risco e da totalidade do capital social da Armilar detida pela sua subsidiária ES TECH VENTURES, SGPS, S.A.. Após aprovação do Banco de Portugal, a transação ficou concluída a 13 de dezembro de 2016.

A gestão dos fundos, de acordo com a legislação aplicável, está a cargo da sociedade gestora. Esta tem autonomia relativamente às políticas de gestão e investimento dos fundos, não competindo essa incumbência aos detentores de unidades de participação. A participação da subsidiária Sonae IM na sociedade gestora é de 35%, não exercendo aquela, controlo sobre esta, de acordo com o enquadramento legal e, em conformidade com o contexto e especificidade da transação, foi assumido como justo valor 1 euro. Assim, de acordo com o descrito, as participações adquiridas no âmbito desta operação foram classificadas como "Investimentos em associadas".

Em março de 2017 foi aprovado um aumento de unidades de participação no fundo Armilar III, tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de 622.996 euros, correspondente a 0,41%, em julho de 2017 foi aprovado novo aumento de unidades de participação no fundo Armilar III tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de

302.598 euros, correspondente a 0,20% e em novembro de 2017 foi aprovado outro aumento de unidades de participação no fundo Armilar III tendo a Sonae IM subscrito e realizado o montante de 484.103 euros, correspondente a 0,04%, passando a deter no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma participação de 42,64% no fundo Armilar III. Ainda em julho de 2017 ocorreu a alteração do número de unidades de participação no fundo Armilar II pela saída de um dos Acionistas passando assim a Sonae IM a deter no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma participação de 50,74% neste fundo.

No âmbito desta transação foi ainda adquirida dívida dos fundos Armilar II e Armilar III à Armilar, no montante de 1.503.670 euros e 1.274.357 euros respetivamente, a qual se encontra registada na rubrica “Outros ativos não correntes” (Nota 13).

Nas situações de investimentos em associadas que são detidas através de fundos de capital de risco, a IAS 28 contém opção de manter esses investimentos ao justo valor. A Sonae IM fez essa opção, na aplicação do método de equivalência patrimonial aos fundos Armilar I, Armilar II e AVP I+, pelo que manteve o justo valor reconhecido pelos fundos nas suas participadas. As empresas associadas e as empresas controladas conjuntamente são incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante o exercício de 2017 a Sonae IM adquiriu uma participação de 27,45% no capital da empresa Secucloud pelo montante de 4.000.000 euros. A Secucloud é uma empresa que fornece de serviços de “cloud-based IT security”.

## 11.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

### 11.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2017				
	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS, SGPS, SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	781.879.364	661.000	857.259	-	-
Ativos fixos tangíveis	1.885.203	1.181.572.000	2.376.935	20.771.255	548.080
Ativos intangíveis	1.456.440	567.506.327	9.605.565	309.299	6.451
Goodwill	4.273.688	1.746.817.673	29.202.474	-	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	1.222.965.224	216.619.000	9.098.383	-	518
Outros ativos não correntes	137.615.774	117.430.000	3.426.579	204.757	-
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.150.075.693</b>	<b>3.830.606.000</b>	<b>54.567.195</b>	<b>21.285.311</b>	<b>555.049</b>
Clientes	22.354.195	406.904.000	4.916.146	26.859.097	1.472.711
Caixa e equivalentes a caixa	68.144.912	5.493.000	10.448.200	367.901	215.122
Outros ativos correntes	81.508.716	135.067.000	3.981.786	9.110.188	248.821
<b>Ativo corrente</b>	<b>172.007.823</b>	<b>547.464.000</b>	<b>19.346.132</b>	<b>36.337.186</b>	<b>1.936.654</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.322.083.516</b>	<b>4.378.070.000</b>	<b>73.913.327</b>	<b>57.622.497</b>	<b>2.491.703</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	198.185.930	997.423.000	15.575.000	-	463.240
Provisões	593.621	174.546.000	3.553.138	-	11.121
Passivos por impostos diferidos	133.752.991	36.450.000	-	-	-
Outros passivos não correntes	10.175.020	32.617.000	5.804.829	-	-
<b>Passivos não correntes</b>	<b>342.707.562</b>	<b>1.241.036.000</b>	<b>24.932.967</b>	<b>-</b>	<b>474.361</b>
Empréstimos obtidos	171.613.095	210.175.000	6.419.272	-	26.262
Fornecedores	5.867.742	224.917.000	2.590.507	50.874.796	746.055
Outros passivos correntes	72.855.540	318.261.000	13.197.002	2.642.558	486.774
<b>Passivos correntes</b>	<b>250.336.377</b>	<b>753.353.000</b>	<b>22.206.781</b>	<b>53.517.354</b>	<b>1.259.091</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>593.043.939</b>	<b>1.994.389.000</b>	<b>47.139.748</b>	<b>53.517.354</b>	<b>1.733.452</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	1.150.533.916	1.218.544.000	24.734.144	4.105.143	758.251
Interesses sem controlo	578.505.661	1.165.137.000	2.039.435	-	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.729.039.577</b>	<b>2.383.681.000</b>	<b>26.773.579</b>	<b>4.105.143</b>	<b>758.251</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.322.083.516</b>	<b>4.378.070.000</b>	<b>73.913.327</b>	<b>57.622.497</b>	<b>2.491.703</b>

	31 Dez 2016		
Empreendimentos conjuntos	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	Outros
<b>Ativos</b>			
Propriedades de investimento	805.733.400	663.000	-
Ativos fixos tangíveis	2.009.354	1.205.070.385	821.056
Ativos intangíveis	2.000.546	601.491.621	-
Goodwill	4.273.688	1.749.001.673	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	1.169.527.759	194.168.879	-
Outros ativos não correntes	94.653.928	139.012.122	97
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.078.198.675</b>	<b>3.889.407.680</b>	<b>821.153</b>
Clientes	21.155.728	348.926.000	1.352.079
Caixa e equivalentes a caixa	149.628.277	7.094.383	61.807
Outros ativos correntes	66.133.531	178.414.846	235.728
<b>Ativo corrente</b>	<b>236.917.536</b>	<b>534.435.229</b>	<b>1.649.614</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.315.116.211</b>	<b>4.423.842.909</b>	<b>2.470.767</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos obtidos	367.154.873	1.035.508.000	25.000
Provisões	259.543	190.152.493	-
Passivos por impostos diferidos	125.100.631	45.549.133	-
Outros passivos não correntes	13.777.979	40.198.283	1.043.985
<b>Passivos não correntes</b>	<b>506.293.026</b>	<b>1.311.407.909</b>	<b>1.068.985</b>
Empréstimos obtidos	52.995.528	224.692.000	26.262
Fornecedores	9.678.526	238.850.632	237.941
Outros passivos correntes	78.253.599	298.337.368	207.202
<b>Passivos correntes</b>	<b>140.927.653</b>	<b>761.880.000</b>	<b>471.405</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>647.220.679</b>	<b>2.073.287.909</b>	<b>1.540.390</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	1.159.410.669	1.192.361.000	930.377
Interesses sem controlo	508.484.863	1.158.194.000	-
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.667.895.532</b>	<b>2.350.555.000</b>	<b>930.377</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.315.116.211</b>	<b>4.423.842.909</b>	<b>2.470.767</b>

	31 dez 2017				
Empreendimentos conjuntos	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Volume de negócios	173.355.890	1.548.935.000	48.759.980	270.805.753	3.807.990
Outros rendimentos operacionais	64.490.337	12.846.000	724.108	42.431.164	64.377
<b>Outros rendimentos operacionais</b>	<b>237.846.027</b>	<b>1.561.781.000</b>	<b>49.484.088</b>	<b>313.236.917</b>	<b>3.872.367</b>
Custo das vendas	-	-	-	(253.593.835)	-
Fornecimentos e serviços externos	(78.210.260)	(180.072.000)	(24.476.991)	(9.181.542)	(1.522.834)
Amortizações	(1.035.809)	(443.229.000)	(3.815.644)	(2.099.216)	(416.949)
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>(58.635.105)</b>	<b>(814.131.000)</b>	<b>(21.502.449)</b>	<b>(48.325.516)</b>	<b>(1.756.300)</b>
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>(137.881.174)</b>	<b>(1.437.432.000)</b>	<b>(49.795.084)</b>	<b>(313.200.109)</b>	<b>(3.696.083)</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	6.876.429	20.251.000	83.736	-	-
Gastos e perdas financeiros	(14.820.405)	(25.528.000)	(878.735)	(41)	(2.627)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(7.943.976)</b>	<b>(5.277.000)</b>	<b>(794.999)</b>	<b>(41)</b>	<b>(2.627)</b>
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas	132.052.492	-	12.112	-	(16)
Imposto sobre o rendimento	(26.095.351)	(10.929.000)	158.077	5.323	(29.685)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>197.978.018</b>	<b>108.143.000</b>	<b>(935.806)</b>	<b>42.090</b>	<b>143.956</b>
<b>Atribuível a :</b>					
Acionistas da empresa mãe	109.951.209	55.558.000	(876.353)	42.090	143.956
Interesses que não controlam	88.026.809	52.585.000	(59.453)	-	-
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>(44.073.377)</b>	<b>3.362.574</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>153.904.641</b>	<b>111.505.574</b>	<b>(935.806)</b>	<b>42.090</b>	<b>143.956</b>

	31 Dez 2016		
Empreendimentos conjuntos	Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	Outros
Volume de negócios	179.459.748	1.496.692.000	3.067.104
Outros rendimentos operacionais	69.024.819	18.277.123	20.783
<b>Outros rendimentos operacionais</b>	<b>248.484.567</b>	<b>1.514.969.123</b>	<b>3.087.887</b>
Fornecimentos e serviços externos	(93.955.080)	(184.363.856)	(815.737)
Amortizações	(1.042.401)	(414.383.923)	(677.602)
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>(57.303.855)</b>	<b>(795.816.221)</b>	<b>(1.518.803)</b>
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>(152.301.336)</b>	<b>(1.394.564.000)</b>	<b>(3.012.142)</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	6.255.947	-	-
Gastos e perdas financeiros	(17.178.012)	(36.343.614)	(3.373)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(10.922.065)</b>	<b>(36.343.614)</b>	<b>(3.373)</b>
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas	244.336.264	-	-
Imposto sobre o rendimento	(24.400.132)	(15.802.247)	(17.348)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>305.197.298</b>	<b>68.259.262</b>	<b>55.024</b>
<b>Atribuível a :</b>			
Acionistas da empresa mãe	181.196.494	34.168.262	55.024
Interesses que não controlam	124.000.802	34.091.000	-
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>305.197.296</b>	<b>68.259.262</b>	<b>55.024</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>65.063.353</b>	<b>(46.465.547)</b>	<b>-</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>370.260.649</b>	<b>21.793.715</b>	<b>55.024</b>

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 Dez 2017				
	Sonae Sierra SGPS (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA	Outros
Capitais Próprios	1.150.533.916	1.218.544.000	24.734.144	4.105.143	758.251
Percentagem de detenção	50%	50%	50%	50%	45%
Quota parte dos ativos líquidos	575.266.958	609.272.000	12.367.072	2.052.572	341.137
Anulação do GW reconhecido na quota parte dos ativos líquidos	(9.856.000)	(437.250.418)	(14.601.237)	-	-
Goodwill reconhecido na participação financeira	41.989.330	523.664.000	-	-	123.735
Justo valor da carteira de clientes	-	-	33.676.745	-	-
Outros efeitos	(6.566.309)	(7.490.716)	52.792	308.474	143.365
<b>Participação financeira</b>	<b>600.833.979</b>	<b>688.194.866</b>	<b>31.495.372</b>	<b>2.361.045</b>	<b>608.237</b>

Empreendimentos conjuntos	31 Dez 2016		
	Sonae Sierra SGPS (consolidado)	ZOPT, SGPS, SA (consolidado)	Outros
Capitais Próprios	1.159.410.669	1.192.361.000	930.377
Percentagem de detenção	50%	50%	45%
Quota parte dos ativos líquidos	579.705.335	596.180.500	418.577
Anulação do GW reconhecido na quota parte dos ativos líquidos	(10.115.522)	(437.250.418)	-
Goodwill reconhecido na participação financeira	42.862.305	523.664.000	123.736
Outros efeitos	(6.689.683)	(5.794.773)	46.612
<b>Participação financeira</b>	<b>605.762.434</b>	<b>676.799.309</b>	<b>588.925</b>

## 11.2.2 Associadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2017			
	Sonae Retalho			
	Sempre a Postos	Ulabox	S2 Mozambique	Outros
Ativo não corrente	725.966	1.654.169	5.677.724	678.593
Ativo corrente	10.326.802	1.253.456	2.383.755	2.356.130
Passivos não correntes	-	-	-	1.955.112
Passivo corrente	6.849.597	1.284.421	2.959.516	831.108
<b>Capital próprio</b>	<b>4.203.171</b>	<b>1.623.204</b>	<b>5.101.963</b>	<b>248.503</b>

Associadas	31 dez 2016			
	Sonae Retalho			
	Sempre a Postos	Ulabox	S2 Mozambique	Outros
Ativo não corrente	1.205.266	1.176.547	3.517.781	986.708
Ativo corrente	10.371.548	1.662.970	1.838.977	3.316.322
Passivos não correntes	-	-	-	2.240.946
Passivo corrente	6.223.527	531.941	667.722	977.842
<b>Capital próprio</b>	<b>5.353.287</b>	<b>2.307.576</b>	<b>4.689.036</b>	<b>1.084.242</b>

Associadas	31 dez 2017				
	Sonae IM				
	Armilar II	Armilar III	AVP I+I	Armilar	Outros
Ativo não corrente	91.385.627	66.583.123	32.012.958	19.431	1.696.324
Ativo corrente	1.356.789	3.111.491	46.268	4.889.088	4.321.426
Passivos não correntes	-	-	6.280.655	-	717.697
Passivo corrente	5.361.017	11.350.315	655.990	677.581	4.034.788
<b>Capital próprio</b>	<b>87.381.399</b>	<b>58.344.299</b>	<b>25.122.581</b>	<b>4.230.938</b>	<b>1.265.265</b>

Associadas	31 dez 2016				
	Sonae IM				
	Armilar II	Armilar III	AVP I+I	Armilar	Outros
Ativo não corrente	80.587.398	69.452.246	18.585.117	3.642	572.127
Ativo corrente	2.933.897	3.295.118	109.272	4.950.669	1.632.456
Passivos não correntes	8.965.340	7.111.940	-	-	-
Passivo corrente	4.015.124	3.305.034	352.213	1.007.838	1.179.340
<b>Capital próprio</b>	<b>70.540.831</b>	<b>62.330.390</b>	<b>18.342.176</b>	<b>3.946.473</b>	<b>1.025.243</b>

Associadas	31 dez 2017			
	Sonae Retalho			
	Sempre a Postos	Ulabox	S2 Mozambique	Outros
Volume de negócios	55.921.357	9.245.815	5.663.675	669.254
Outros rendimentos operacionais	3.200.459	477.435	272.509	15.294
Gastos operacionais	(56.167.963)	(13.542.972)	(8.839.842)	(2.381.661)
Resultados financeiros	6.153	-	(286.954)	(1.194)
Imposto sobre o rendimento	(790.832)	-	(48.398)	(100)
Resultado líquido do exercício	2.169.174	(3.819.722)	(3.239.010)	(1.698.407)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>2.169.174</b>	<b>(3.819.722)</b>	<b>(3.239.010)</b>	<b>(1.698.407)</b>

Associadas	31 dez 2017				
	Sonae IM				
	Armilar II	Armilar III	AVP I+I	Armilar	Outros
Volume de negócios	100.098	-	-	2.245.243	1.494.167
Outros rendimentos operacionais	18.521.689	12.045.030	14.276.984	12.799	580.232
Gastos operacionais	(662.479)	(18.696.970)	(8.449.425)	(1.831.578)	(6.053.646)
Resultados financeiros	(90.352)	298.868	66.017	-	(4)
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	(142.000)	-
Resultado líquido do exercício	17.868.956	(6.353.072)	5.893.576	284.464	(3.979.251)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>17.868.956</b>	<b>(6.353.072)</b>	<b>5.893.576</b>	<b>284.464</b>	<b>(3.979.251)</b>

Associadas	31 dez 2016					
	Sonae Retalho				Sonae IM	
	Sempre a Postos	Ulabox	S2 Mozambique	Outros	Fundos	Outros
Volume de negócios	53.935.164	7.483.591	2.085.457	433.737	-	1.563.422
Outros rendimentos operacionais	3.437.205	298.931	-	88.062	-	1.165
Gastos operacionais	(54.995.713)	(11.900.557)	(2.750.597)	(4.450.287)	-	(1.501.729)
Resultados financeiros	9.534	-	29.875	(16.443)	-	7.971
Imposto sobre o rendimento	(566.900)	-	-	(40)	-	(24.800)
Resultado líquido do exercício	1.819.290	(4.118.035)	(635.265)	(3.944.971)	-	46.029
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>1.819.290</b>	<b>(4.118.035)</b>	<b>(635.265)</b>	<b>(3.944.971)</b>	<b>-</b>	<b>46.029</b>



A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas Sonae Retailho	31 Dez 2017			
	Ulabox	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Outros
Capitais Próprios	1.623.204	4.203.171	5.101.963	248.503
Percentagem de detenção	40,41%	25,00%	30,00%	
Quota parte dos ativos líquidos	655.937	1.050.793	1.530.589	27.433
Goodwill reconhecido na participação financeira	1.549.408	-	-	137.494
Outros efeitos	1.841.484	-	62.159	125.548
<b>Participação financeira</b>	<b>4.046.829</b>	<b>1.050.793</b>	<b>1.592.748</b>	<b>290.475</b>

Associadas Sonae Retailho	31 Dez 2016			
	Ulabox	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Outros
Capitais Próprios	2.307.576	5.353.287	4.689.036	1.084.242
Percentagem de detenção	39,18%	25,00%	30,00%	
Quota parte dos ativos líquidos	904.108	1.338.322	1.406.710	237.143
Goodwill reconhecido na participação financeira	1.245.985	-	-	2.769.074
Outros efeitos	1.667.288	-	-	110.625
<b>Participação financeira</b>	<b>3.817.381</b>	<b>1.338.322</b>	<b>1.406.710</b>	<b>3.116.842</b>

Associadas Sonae IM	31 Dez 2017					
	Armilar	Armilar II	Armilar III	AVP I+I	Seccloud	Probely
Capitais Próprios	4.230.938	87.381.399	58.344.299	25.122.581	1.455.878	(190.613)
Percentagem de detenção	35,00%	50,74%	42,64%	37,54%	27,45%	25,88%
Quota parte dos ativos líquidos	1.480.828	44.337.322	24.878.009	9.431.017	399.639	(49.331)
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-	-	-	4.419.742	515.379
Outros efeitos	(1.480.827)	(3.604)	42.497	228	(124)	5.717
<b>Participação financeira</b>	<b>1</b>	<b>44.333.718</b>	<b>24.920.506</b>	<b>9.431.245</b>	<b>4.819.257</b>	<b>471.766</b>

Associadas Sonae IM e Sonae FS	31 Dez 2016				
	Sonae IM				Sonae FS
	Armilar	Armilar II	Armilar III	AVP I+I	Outros
Capitais Próprios	3.946.473	70.540.831	62.330.390	18.342.176	1.563.422
Percentagem de detenção	35,00%	50,21%	41,99%	37,54%	
Quota parte dos ativos líquidos	1.381.266	35.418.551	26.172.531	6.885.653	466.469
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-	-	-	-
Outros efeitos	(1.381.265)	(2.547)	1.283	167	498.859
<b>Participação financeira</b>	<b>1</b>	<b>35.416.004</b>	<b>26.173.814</b>	<b>6.885.820</b>	<b>965.328</b>

### 11.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>						
Saldo em 1 de Janeiro	716.500.628	566.650.040	1.283.150.668	638.605.623	571.752.489	1.210.358.112
Mudança de método de consolidação pela perda de controlo	35.237.454	-	35.237.454	-	-	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos <sup>(1)</sup>	81.688.116	-	81.688.116	109.015.083	(4.391.103)	104.623.980
Dividendos distribuídos	(53.929.242)	-	(53.929.242)	(30.686.194)	-	(30.686.194)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	(21.417.071)	-	(21.417.071)	(73.064)	-	(73.064)
Imparidade em empreendimentos conjuntos <sup>(1)</sup>	-	(872.975)	(872.975)	-	(711.346)	(711.346)
Outros efeitos em resultados <sup>(1)</sup>	(363.451)	-	(363.451)	(360.820)	-	(360.820)
	<b>757.716.434</b>	<b>565.777.065</b>	<b>1.323.493.499</b>	<b>716.500.628</b>	<b>566.650.040</b>	<b>1.283.150.668</b>
<b>Investimentos em associadas</b>						
Saldo em 1 de Janeiro	75.105.163	4.015.059	79.120.222	2.807.146	1.723.842	4.530.988
Aumento de capital no exercício	4.593.031	303.423	4.896.454	4.697.727	(340.363)	4.357.364
Aquisições durante o exercício	(417.871)	4.935.121	4.517.250	31.897.505	481.659	32.379.164
Mudança de método de consolidação pela perda de controlo	(532.545)	(481.659)	(1.014.204)	-	-	-
Transferência de "Outros investimentos não correntes" e mudança de método	-	-	-	1.102.140	2.149.921	3.252.061
Equivalência patrimonial						
Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas <sup>(1)</sup>	5.925.562	-	5.925.562	(1.796.826)	-	(1.796.826)
Registo do goodwill negativo por resultados	-	-	-	36.726.300	-	36.726.300
Dividendos distribuídos	(829.823)	-	(829.823)	(352.947)	-	(352.947)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo	1.185.313	-	1.185.313	24.118	-	24.118
Imparidade em associadas	(693.515)	(2.149.921)	(2.843.436)	-	-	-
	<b>84.335.315</b>	<b>6.622.023</b>	<b>90.957.338</b>	<b>75.105.163</b>	<b>4.015.059</b>	<b>79.120.222</b>
<b>Total</b>	<b>842.051.749</b>	<b>572.399.088</b>	<b>1.414.450.837</b>	<b>791.605.791</b>	<b>570.665.099</b>	<b>1.362.270.890</b>

(1) O efeito em resultados inclui em 31 de dezembro de 2017, 26.626 euros (210.741 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial, que, entretanto, foi transferido para a rubrica de "Atividades Descontinuadas" (nota 5.1).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de "Aquisições durante o exercício" em empresas associadas corresponde essencialmente ao investimento na empresa Secucloud no valor de 4.000.000 euros.

O efeito em capitais próprios e interesses sem controlo resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das empresas com moeda funcional diferente do euro. Em 2016 incluía ainda 50% da mais valia anulada por contrapartida de Reservas no valor de 9.362.943 euros relativa à venda dos 2,14% de participação direta detida na NOS e que foi alienada para a Zopt.

O valor de dividendos distribuídos relativos a Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é essencialmente referente à Sonae Sierra 37.391.100 euros (12.355.320 euros em dezembro de 2016) e ZOPT 16.512.005 euros (18.311.947 euros em dezembro de 2016).

Conforme previsto no acordo parassocial entre a Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV), em 14 de junho de 2016 a Sonaecom procedeu à venda da totalidade da participação direta na NOS (2,14%) para a ZOPT por 82.840.847 euros. Esta operação gerou em 2016, uma mais-valia de 18.725.887 euros (Nota 12) a qual foi anulada em 50% por contrapartida de Reservas e os restantes 50% registados na rubrica de Rendimentos e ganhos financeiros. Adicionalmente, a operação originou também impacto em equivalência patrimonial registada através de Reservas, pelo diferencial entre o valor pago e o valor contabilístico dos 2,14% de interesses que não controlam.

O valor da "Mudança de método de consolidação pela perda de controlo" é composto por:

- 32.534.003 euros referente à MDS SGPS, S.A. pelo acordo assinado entre a Sonae e a IPLF Holding (Notas 4.2 e 5.1). À data de apresentação destas demonstrações financeiras ainda não foi possível finalizar a análise de

justo valor dos ativos e passivos assumidos no empreendimento conjunto. A referida alocação irá ser realizada até perfazer um ano a contar da data de alteração tendo preliminarmente sido efetuada uma valorização de ativos intangíveis relacionados com carteira de clientes, conforme prática habitual de indústria, e que anula, quase na totalidade o valor de goodwill gerado na aquisição. A referida carteira de clientes encontra-se a ser amortizada em 12 anos; e

- b) 2.703.451 euros referente à Sohi Meat Solutions- Distribuição de Carnes, SA. Esta empresa resulta do acordo assinado em 3 de janeiro de 2017, data em que foi constituída uma Joint Venture entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir desse momento, a Sohimeat passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor de aquisições no exercício em empresas associadas inclui principalmente o custo das participações no capital da Armilar, Armilar II, Armilar III e AVP I+I, o qual inclui o goodwill negativo de 36.726.301 euros.

A aferição da existência ou não de imparidade nos investimentos em empreendimentos conjuntos é determinada:

- no que respeita ao setor das telecomunicações (ZOPT), a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 3,4%, e das suas associadas e a média de avaliação efetuada por analistas externos (*researches*), a taxa de desconto é de 7,4% e a taxa de crescimento na perpetuidade de 1,4%; e

- no que respeita à Sonae Sierra os testes de imparidade são efetuados por comparação com o “Net Asset Value”, este resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas. O valor do goodwill abatido correspondia ao valor afeto a propriedades de investimento que foram alienadas durante o exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam uma exposição significativa ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o grupo detém em associadas que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam, essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor líquido contabilístico das associadas angolanas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 ascende a, aproximadamente, 195 milhões de Euros.

Durante o último trimestre de 2017, Angola foi considerada uma economia hiperinflacionária, sendo que as demonstrações financeiras individuais das participadas em Angola foram reexpressas (para efeitos de consolidação) de acordo com a IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Com efeito a 1 de janeiro de 2017, a participação financeira (incluindo goodwill implícito de 171,1 milhões de euros) sobre as associadas angolanas foi ajustado pelo efeito da hiperinflação num total de 140,5 milhões de euros e reduzido em 138,5 milhões de euros, pelo registo de perda por imparidade sobre a participação. O montante líquido de aproximadamente 2 milhões de euros foi registado na rubrica de “Outras reservas”. O efeito da hiperinflação, durante este exercício, foi novamente ajustado pelo efeito da hiperinflação tendo sido registado um impacto líquido de aproximadamente 3,2 milhões de euros (inclui 38,6 milhões de euros de perdas por imparidade) na rubrica de “Perdas / (ganhos) em empresas participadas”.

O grupo efetuou testes de imparidade para aqueles ativos, os quais se encontram expressos nas moedas daqueles países, Kwanzas e Meticais, respetivamente, considerando os planos de negócios (valorização interna pelo método dos fluxos de caixa descontados, comparada com *researches*) aprovados pelo conselho de administração para um período de cinco de anos, os quais contemplam taxas de crescimento médias de receitas para aquele período de 14,5% (Angola) e 8,1% (Moçambique). Estas taxas de crescimento da receita traduzem: (i) a melhor estimativa para o crescimento do parque de clientes, reflexo de uma expectativa de angariação de novos clientes e de estimativas de taxas de churn, consideradas prudentes, e (ii) um crescimento anual de preços que corresponde, ao longo do período de 2017 a 2021 a uma média de 75% da taxa de inflação, uma vez que, considerando a natureza da atividade

desenvolvida pelas empresas, em especial, em Angola e em linha com os aumentos de preços verificados nos exercícios anteriores, não é expectável que as empresas tenham capacidade para refletir, nos seus preços, a totalidade da inflação verificada ao nível do país.

Os planos de negócios consideraram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 9,5% (Angola) e 5,5% (Moçambique) e uma taxa de desconto (“wacc”) na perpetuidade de 20,1% (Angola) e de 21% (Moçambique). A taxa de desconto ao longo do período de 2018 a 2022 variou entre um máximo de 43,8% e um mínimo de 20,1% (em 2022), para Angola, e um máximo de 35% e um mínimo de 21% (2022) em Moçambique, em linha com as previsões de inflação consideradas mais adequadas (fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)). Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, desconsiderando o efeito do ajustamento aos efeitos da hiperinflação no montante do investimento financeiro, sustentam o valor do ativo, pelo que não foi registada qualquer imparidade adicional face ao efeito decorrente da economia hiperinflacionária. Contudo, deve ser tido em consideração que as atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados, nomeadamente no mercado cambial e limitação de transferência de divisas, em particular em Angola, introduz um grau adicional de variabilidade aos pressupostos, o que poderá impactar, significativamente, as estimativas consideradas, nomeadamente, em termos da taxa de inflação e da capacidade de refletir, nos aumentos de preços, a referida taxa.

Nas análises de sensibilidade efetuadas foram utilizados intervalos de acima do usual, nos quais, variações de 2 p.p. na WACC e 0,5 p.p. na taxa de crescimento na perpetuidade, permitem concluir que em situações extremas, de elevada taxa de inflação e menor capacidade da empresa para refletir um maior aumento de preços (analisados cenários de repercussão no preço entre 50%. e 100% da taxa de inflação, sendo esta a variável mais crítica com impactos em variação 65% e 139% do valor contabilístico), a valorização efetuada não suportaria o valor dos ativos, variando entre 61% e 156% do valor contabilístico.

É convicção do Conselho de administração que os pressupostos utilizados nos planos de negócios são os mais prudentes e adequados, e que as situações de elevada taxa de inflação e menor capacidade da empresa para refletir um maior aumento de preços correspondem a situações extremas não expectáveis.

As participações financeiras do Armilar II, Armilar III e AVP I+I encontram-se valorizadas, ao justo valor, de acordo com níveis definidos na tabela abaixo:

(Montantes em milhares de euros)	31 dez 2017		
	Armilar II	Armilar III	AVP I+I
Hierarquia de justo valor			
Nível 2	-	25.762	29.830
Nível 3	90.745	37.370	1.813
	90.745	63.132	31.643

As técnicas de valorização de nível 2 estão essencialmente relacionadas com valorizações relativas à última transação ou ofertas de aquisição firmes, de percentagens significativas de participações ocorridas em mercados não ativos.

As técnicas de valorização de nível 3 são essencialmente suportadas por: i) planos de negócios das participadas, nos quais foram utilizadas taxas de desconto que variam entre 6,10% e 25,0%, taxas de crescimentos de receitas ao longo do período das projeções (CAGR) que variam entre 2,3% e 134,6% e onde o *terminal value* foi estimado por um *mix* de múltiplos aplicados essencialmente sobre o *Revenue* e sobre o EBITDA. Note-se que a valorização implícita nos investimentos detidos pelo Fundo resulta de um conjunto de sensibilidades aplicadas sobre parâmetros originais dos Planos de Negócio disponibilizados pela gestão das Participadas; ii) múltiplos de mercado em transações similares aplicados aos *Revenues*, *Free Cash-flow*, EBITDA, *Recurring Revenues* e outros dados financeiros da participada.

A Armilar III e o AVP I+I incluem uma participação enquadrada no nível 2 com valor contabilístico de aproximadamente 20 milhões de euros e 26 milhões de euros, respetivamente, que foi valorizada com base na última transação em mercado não ativo ocorrida em julho de 2017. De referir que estes valores estão perfeitamente enquadráveis naqueles que seriam obtidos caso a metodologia de valorização adotada fosse a utilização de múltiplos de mercado.

No nível 3 está incluída uma participada com valor contabilístico de aproximadamente 88 milhões de euros no AVP II que foi valorizada utilizando múltiplos de mercado, nomeadamente recorrendo-se à métrica mais relevante para este tipo de empresas, o ARR (Annual Recurring Revenue). Atendendo que este múltiplo cresceu aproximadamente 60% face a 2016, a valorização, por questões de prudência, teve por base um valor intermédio resultante da aplicação do múltiplo sobre os dados financeiros da entidade referentes a 2016 e 2017. Adicionalmente, foram considerados outros múltiplos de mercado que revêm em alta o montante valorizado a 31 de dezembro de 2017. Note-se que esta participada estava enquadrada no nível 2 de justo valor em 2016 visto que a sua valorização teve por base numa transação que ocorreu em janeiro do mesmo ano.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A análise de sensibilidade efetuada, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam quaisquer imparidades.

Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos encontram-se divulgados na Nota 47, bem como informação mais detalhada sobre as mesmas.

## 12 Outros investimentos

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Demonstração da posição financeira	
		31 dez 2017		31 dez 2016		31 dez 2017	31 dez 2016
		Direto	Total	Direto	Total		
<b>Sonae MC</b>							
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14.28%	14.28%	14.28%	14.28%	9,976	9,976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10.00%	10.00%	10.00%	10.00%	925,197	925,197
<b>Sonae IM</b>							
1) Arctic Wolf Networks, Inc	Delaware	4.68%	4.21%	-	-	3,830,113	-
1) Continuum Security SL	Saragoça	6.66%	5.99%	-	-	299,802	-
Lusa - Agên. de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1.38%	1.24%	1.38%	1.24%	35,462	75,069
1) Ometria, Ltd.	Londres	4.54%	4.08%	-	-	854,165	-
1) StyleSage, Inc.	Delaware	5.00%	4.50%	-	-	448,834	-
<b>Sonae FS</b>							
Ed Broking LLP	Londres	6.68%	3.34%	6.68%	3.34%	-	8,000,000
Outros investimentos						13,020,226	11,774,208
						<b>19,423,775</b>	<b>20,784,450</b>

1) Participação adquirida no período.

Durante o exercício de 2017 a Sonae IM adquiriu uma participação de 4,68% no capital da empresa Arctic Wolf pelo montante de 4.499.999 USD (3.830.113 euros). A Arctic Wolf é uma empresa tecnológica norte-americana especialista em cibersegurança.

A participação financeira na Ed Broking LLP foi reavaliada para o seu justo valor em 31 de dezembro de 2016 tomando por base múltiplos de EBITDA ajustados pelo valor da dívida líquida e múltiplos de vendas por região ajustados pelos custos da estrutura central após otimização. Esta valorização implicou uma redução da participação em 7,2 milhões de euros e um registo de uma imparidade no mesmo montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A venda da operação norte americana da empresa e os custos associados à reestruturação em curso afetaram de modo significativa a valorização da empresa tendo em conta os critérios de valorização utilizados. Esta valorização corresponde ao Nível 3 de Justo Valor, apesar dos múltiplos utilizados serem referenciais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 estão incluídos em “Outros investimentos”, entre outros 9.919.677 euros (9.966.231 euros em 31 de dezembro de 2016), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 34).

Em 31 de dezembro de 2017, com exceção da Escrow Account, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<b>Outros investimentos</b>				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	20.784.450	161.050	29.549.661	79.924.887
Aumentos durante o exercício	6.808.903	-	1.533.774	166.533
Diminuições durante o exercício	(15.931)	-	(1.061.109)	(64.187.435)
Aumento/(diminuição) do justo valor	(123.713)	(161.050)	(7.273.998)	(15.742.935)
Transferências	-	-	(1.963.878)	-
Atividades descontinuadas (Nota 5.1)	(8.029.934)	-	-	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro	19.423.775	-	20.784.450	161.050
<b>Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)</b>				
Justo valor em 1 de janeiro	-	4.207.972	-	2.506.087
Aquisições durante o exercício	-	-	-	2.393.451
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(4.028.091)	-	(691.566)
Justo valor em 31 de dezembro	-	179.881	-	4.207.972
	19.423.775	179.881	20.784.450	4.369.022

Relativamente a 31 de dezembro de 2016:

- o montante de aumento/diminuição de justo valor na rubrica “Outros Investimentos não correntes” está essencialmente associado ao registo a justo valor da participação da Ed Broking LLP de 7.272.998 euros;
- o montante de aumento/ (diminuição) de justo valor na rubrica “Outros investimentos correntes” está associado principalmente ao registo ao justo valor da participação da NOS até ao momento da alienação no montante de 15.681.846 euros negativos (Nota 38). O justo valor do referido investimento foi determinado com base na cotação das ações NOS e as respetivas variações foram registadas na demonstração consolidada dos resultados (Nota 11.3);
- as “Diminuições durante o exercício” em Outros investimentos correntes correspondem à venda da participação direta da Sonaecom na NOS (2,14%) para a ZOPT tal como descrito na nota 11.3. Para a determinação do justo valor das ações NOS na data da venda, foi utilizada a cotação de fecho do dia 14 de junho de 2016 (5,822) para as 11.012.532 ações em carteira no momento da venda.

Os outros investimentos financeiros não correntes estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. É entendimento da Sonae que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de “Outros investimentos não correntes” inclui 3.100.549 euros (2.818.219 euros a 31 de dezembro de 2016) de investimentos registados ao custo deduzido por perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Os outros investimentos não correntes estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas no valor de 476.256 euros (370.685 euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 32).

## 13 Outros ativos não correntes

O detalhe dos “Outros ativos não correntes” em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido
<b>Cientes e outros devedores</b>						
Depósitos judiciais	3.916.334	-	3.916.334	762.246	-	762.246
Cauções	5.120.591	-	5.120.591	5.043.273	-	5.043.273
Regime excecional de regulariz.dívidas ao fisco e à Segurança social	6.397.435	-	6.397.435	7.247.481	-	7.247.481
Depósitos de lojistas	787.615	-	787.615	-	-	-
Devedores por alienação de investimentos financeiros	1.000.000	-	1.000.000	40.000	-	40.000
Divida a receber relativa aos Fundos Armilar	2.778.017	-	2.778.017	2.778.017	-	2.778.017
Valor retido na aquisição do grupo Salsa	2.463.875	-	2.463.875	2.463.875	-	2.463.875
Outros	463.340	-	463.340	305.524	-	305.524
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 7)</b>	<b>22.927.207</b>	<b>-</b>	<b>22.927.207</b>	<b>18.640.416</b>	<b>-</b>	<b>18.640.416</b>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>412.943</b>	<b>-</b>	<b>412.943</b>	<b>412.943</b>	<b>-</b>	<b>412.943</b>
<b>Outros ativos não correntes</b>	<b>271.793</b>	<b>-</b>	<b>271.793</b>	<b>172.807</b>	<b>-</b>	<b>172.807</b>
	<b>23.611.943</b>	<b>-</b>	<b>23.611.943</b>	<b>19.226.166</b>	<b>-</b>	<b>19.226.166</b>

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados (Nota 32).

## 14 Inventários

O detalhe dos “Inventários” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.112.234	3.164.832
Mercadorias	731.937.990	713.712.744
Produtos acabados e intermédios	11.393.255	11.308.942
Produtos e trabalhos em curso	1.763.374	1.334.436
	<b>748.206.853</b>	<b>729.520.954</b>
Ajustamentos acumuladas em inventários	(34.953.228)	(33.222.986)
	<b>713.253.625</b>	<b>696.297.968</b>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendem a 4.587.311.688 euros e 4.261.074.939 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Inventários iniciais	716.877.576	665.283.359
Aquisições de filiais (Nota 5.2)	586.950	9.054.531
Compras	4.614.859.620	4.315.914.488
Regularizações de inventários	(11.686.719)	(13.487.146)
Inventários finais	735.050.224	716.877.576
	<b>4.585.587.203</b>	<b>4.259.887.656</b>
Ajustamentos em inventários	1.724.485	1.187.283
	<b>4.587.311.688</b>	<b>4.261.074.939</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendem a 351.870 euros e 1.273.422 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Inventários iniciais	12.643.378	578.100
Aquisições de filiais	-	11.714.221
Regularizações de inventários	(653.636)	(699.865)
Inventários finais	13.156.629	12.643.378
	<b>1.166.887</b>	<b>1.050.922</b>
Ajustamentos em inventários	(815.017)	222.500
	<b>351.870</b>	<b>1.273.422</b>

## 15 Clientes

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Sonae Retalho						
Sonae MC	38.613.915	(3.961.001)	34.652.914	33.022.912	(3.725.262)	29.297.650
Worten	10.470.241	(674.825)	9.795.416	6.410.376	(546.620)	5.863.756
Sonae Sports & Fashion	38.897.965	(3.583.372)	35.314.593	34.230.110	(3.204.853)	31.025.257
Sonae RP	523.593	(72.751)	450.842	182.547	(47.024)	135.523
Maxmat	33.566	(19.754)	13.812	31.665	(19.754)	11.911
Sonae IM	44.309.473	(2.539.839)	41.769.634	37.974.894	(1.879.612)	36.095.282
Sonae FS	2.208.338	-	2.208.338	6.056.636	(15.668)	6.040.968
Outros	7.501.438	(1.631.697)	5.869.741	8.367.000	(833.487)	7.533.513
	<b>142.558.529</b>	<b>(12.483.239)</b>	<b>130.075.290</b>	<b>126.276.140</b>	<b>(10.272.280)</b>	<b>116.003.860</b>

A exposição da Sonae ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas por imparidade se aproximam do seu justo valor.



A 31 de dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada. A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31 dez 2017	Clientes				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
Não vencido	25.444.066	22.980.603	2.208.338	4.356.278	54.989.285
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	12.344.814	5.553.063	-	560.739	18.458.616
30 - 90 dias	33.911.197	3.048.519	-	104.494	37.064.210
+ 90 dias	8.527.500	10.187.449	-	848.230	19.563.179
<b>Total</b>	<b>54.783.511</b>	<b>18.789.031</b>	<b>-</b>	<b>1.513.463</b>	<b>75.086.005</b>
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	388.065	10.699	-	-	398.764
90 - 180 dias	422.017	38.502	-	-	460.519
180 - 360 dias	614.201	152.297	-	297.143	1.063.641
+ 360 dias	6.887.420	2.338.341	-	1.334.554	10.560.315
<b>Total</b>	<b>8.311.703</b>	<b>2.539.839</b>	<b>-</b>	<b>1.631.697</b>	<b>12.483.239</b>
	<b>88.539.280</b>	<b>44.309.473</b>	<b>2.208.338</b>	<b>7.501.438</b>	<b>142.558.529</b>

31 dez 2016	Clientes				
	Sonae Retalho	Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
Não vencido	29.942.972	19.290.195	2.937.038	6.567.529	58.737.734
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	9.889.176	3.712.176	2.325.271	779.757	16.706.380
30 - 90 dias	23.597.666	3.758.707	137.924	86.801	27.581.098
+ 90 dias	2.911.637	9.334.204	640.735	92.072	12.978.648
<b>Total</b>	<b>36.398.479</b>	<b>16.805.087</b>	<b>3.103.930</b>	<b>958.630</b>	<b>57.266.126</b>
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	67.505	-	-	-	67.505
90 - 180 dias	186.198	-	-	-	186.198
180 - 360 dias	474.258	26.460	-	30.407	531.125
+ 360 dias	6.808.198	1.853.152	15.668	810.434	9.487.452
<b>Total</b>	<b>7.536.159</b>	<b>1.879.612</b>	<b>15.668</b>	<b>840.841</b>	<b>10.272.280</b>
	<b>73.877.610</b>	<b>37.974.894</b>	<b>6.056.636</b>	<b>8.367.000</b>	<b>126.276.140</b>

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

## 16 Outras dívidas de terceiros

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Outros devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	37.512.048	40.574.473
Alienação de investimentos financeiros	-	21.584.746
Valores a receber de seguradoras e tomadores de seguros	-	1.456.925
Alienação de ativos fixos tangíveis	2.142.406	2.310.866
Vales e cheques oferta	2.237.906	1.924.216
IVA de imóveis e de descontos de talões	6.371.632	3.723.869
Adiantamentos a fornecedores	697.627	1.122.073
Outros ativos correntes	20.902.355	18.863.035
	69.863.974	91.560.203
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(7.263.230)	(7.598.754)
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	62.600.744	83.961.449
Outros ativos correntes	-	-
	62.600.744	83.961.449

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor a receber relativo a alienação de investimentos financeiros inclui o valor relativo à alienação da subsidiária Imoconti no montante de 21.009.032 euros, recebido em 2017 (Nota 46).

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 dez 2017	31 dez 2016
Não vencido	25.518.982	43.058.779
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	4.341.902	12.702.256
30 - 90 dias	30.326.620	24.005.051
+ 90 dias	2.427.280	2.959.900
Total	37.095.802	39.667.207
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	84.383	127.013
90 - 180 dias	72.424	5.672
180 - 360 dias	352.424	855.916
+ 360 dias	6.739.959	7.845.616
Total	7.249.190	8.834.217
Total de Outros Devedores	69.863.974	91.560.203

A 31 de dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em “Outros devedores” aproximam-se do seu justo valor.

## 17 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	45.725.862	43.808.036
Imposto sobre o valor acrescentado	38.785.695	24.879.216
Outros Impostos	2.060.409	1.838.566
	<b>86.571.966</b>	<b>70.525.818</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	12.950.290	21.037.710
Imposto sobre o valor acrescentado	64.625.279	51.029.599
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.856.546	5.719.252
Contribuições para a Segurança Social	14.489.824	13.251.151
Outros Impostos	445.504	891.923
	<b>98.367.443</b>	<b>91.929.635</b>

## 18 Outros ativos correntes

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Faturação a emitir	8.807.168	11.429.811
Receitas comerciais	25.221.050	35.591.922
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	10.065.624	10.156.350
Custos diferidos - rendas	6.986.698	6.160.370
Indemnizações relativas a sinistros	122.335	1.509.212
Outros ativos correntes	12.865.520	12.063.651
	<b>64.068.395</b>	<b>76.911.316</b>

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, participadas por parceiros da Sonae (Nota 39).

## 19 Impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	4.933.142	4.653.193	33.865.461	38.832.129
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	1.527.715	1.811.359	69.044.445	63.407.367
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	10.243.448	8.263.418
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	23.215.181	25.168.714	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.517	25.524	-	44.232
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	11.702	86.933	41.952	626.051
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	17.457.039	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	916.509	1.046.525
Prejuízos fiscais reportáveis	37.631.860	25.442.311	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	302.963	329.611
Benefícios fiscais	986.686	1.037.115	-	-
Outros	3.548.790	3.135.595	329.081	900.944
	<b>71.883.593</b>	<b>61.360.744</b>	<b>132.200.898</b>	<b>113.450.277</b>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
<b>Saldo inicial</b>	61.360.744	64.094.618	113.450.277	78.832.522
<b>Efeito em resultados:</b>				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	408.534	(2.150.522)	(1.490.206)	(11.836.547)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(259.291)	(136.655)	5.910.379	3.987.260
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	1.980.030	8.263.418
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites	(778.238)	(1.385.818)	-	-
Transferência de perdas por imparidade não aceites fiscalmente	-	16.568.897	-	16.568.897
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(10.247)	25.317	(44.232)	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(116.394)	(109.814)
Constituição / reversão de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	13.243.850	(17.582.833)	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	17.457.039	-
Mais / menos-valias reinvestidas	-	-	(26.647)	(217.608)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(943.285)	(15.088)	(220.405)	(294.247)
Benefícios fiscais	(50.429)	(1.185.087)	-	-
Outros	(181.800)	2.166.154	(255.995)	(1.568.385)
	11.429.094	(3.695.635)	23.193.569	14.792.974
<b>Efeito em reservas:</b>				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(75.230)	(124.456)	(574.145)	324.909
Outros	(88.390)	(1.623.275)	(468.354)	197.316
	(163.620)	(1.747.731)	(1.042.499)	522.225
Aquisição de filiais (Nota 5.2)	353.206	2.958.597	-	21.532.750
Perda de controlo em filiais (Nota 5.1)	(1.095.831)	(82.313)	(3.400.449)	(663.304)
Alienação de filiais	-	-	-	(1.282.258)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	-	(166.792)	-	(284.632)
<b>Saldo final</b>	71.883.593	61.360.744	132.200.898	113.450.277

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspectiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

O Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae a amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008 pelo que durante 2017 o Grupo procedeu à dedução fiscal da amortização do goodwill gerado em exercícios anteriores para os exercícios de 2008, 2016 e 2017, tendo reconhecido 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos.

Tendo em consideração os processos fiscais pendentes no tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2009 a 2011, bem como pelo facto do Grupo ter sido impedido de reconhecer a amortização fiscal do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido o direito da entidade deduzir amortizações fiscais de goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

País	31 dez 2017			31 dez 2016			
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização	
<b>Com limite de data de utilização</b>							
Gerados em 2013	Portugal	1.220.382	256.280	2018	595.877	125.646	2018
Gerados em 2014	Portugal	1.673.556	351.447	2026	1.194.236	250.790	2026
Gerados em 2015	Portugal	69.902	14.680	2027	90.184	18.939	2027
Gerados em 2016	Portugal	21.550.140	4.525.529	2028	4.847.243	1.017.920	2028
Gerados em 2017	Portugal	21.264.154	4.465.472	2022	-	-	
		<b>45.778.134</b>	<b>9.613.408</b>		<b>6.727.540</b>	<b>1.413.295</b>	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima</b>							
	Espanha	3.464.916	866.229	2028 a 2029	3.696.316	924.079	2022 a 2029
	Estados Unidos da América	7.823.749	2.229.769	2030 a 2035	9.586.912	3.738.897	2030 a 2036
	México	2.178.019	653.406	2021 a 2027	3.123.721	937.116	2021 a 2026
		<b>13.466.684</b>	<b>3.749.404</b>		<b>16.406.949</b>	<b>5.600.092</b>	
<b>Sem limite de data de utilização</b>							
	Espanha	97.076.194	24.269.048		73.232.829	18.308.208	
	Malta	-	-		344.904	120.716	
		<b>97.076.194</b>	<b>24.269.048</b>		<b>73.577.733</b>	<b>18.428.924</b>	
		<b>156.321.012</b>	<b>37.631.860</b>		<b>96.712.222</b>	<b>25.442.311</b>	

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 10 com exceção das operações de Retalho em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2017 no segmento do Retalho um valor de 20,0 milhões de euros (14,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, SA, em Espanha, era em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como as restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e outras empresas em Espanha, incluídas no referido consolidado fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 8,4% (7,7% em 2016).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

O valor de ativos por impostos diferidos inclui ainda o montante de 4,6 milhões de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias dedutíveis os quais serão desreconhecidos em resultado da operação de perda de controlo da área de negócios Sport Zone descrito na Nota 49.

Em 31 de dezembro de 2017, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 433,7 milhões de euros (423,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

País	31 dez 2017			31 dez 2016			
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	
<b>Com limite de data de utilização</b>							
Gerados em 2013	Portugal	21.578	4.531	2018	2.888.221	606.526	2018
Gerados em 2014	Portugal	3.538.124	743.006	2026	5.957.222	1.251.016	2026
Gerados em 2015	Portugal	534.927	112.335	2027	2.841.579	596.732	2027
Gerados em 2016	Portugal	49.793	10.457	2028	1.377.324	289.238	2028
Gerados em 2017	Portugal	570.677	119.842	2022	-	-	2029
		4.715.099	990.171		13.064.346	2.743.512	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima</b>							
	Espanha	6.310.255	1.577.566	2020 a 2032	9.520.803	2.380.100	2020 a 2032
	Holanda	56.209.973	13.987.824	2017 a 2025	88.723.539	22.119.144	2017 a 2025
	Malta	-	-		2	1	
	México	2.294.563	688.368	2018 a 2027	1.750.525	542.120	2018 a 2027
	Estados Unidos da América	2.499.672	712.405	2037	-	-	2037
		67.314.463	16.966.163		99.994.869	25.041.365	
<b>Sem limite de data de utilização</b>							
	Austrália	788.220	224.643		616.642	184.993	
	Brasil	18.980.307	6.453.304		25.733.565	8.749.412	
	Colômbia	630.032	189.010		607.185	151.796	
	Espanha	336.368.571	84.092.143		275.949.966	68.987.491	
	Malta	12.752	4.463		-	-	
	Reino Unido	4.324.097	821.578		5.593.633	1.118.727	
	Irlanda	562.925	70.366		1.808.583	226.073	
		361.666.904	91.855.507		310.309.574	79.418.492	
		433.696.466	109.811.841		423.368.789	107.203.369	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, SA do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização de Goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, SA. A Sonae apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015.

Em 2015, a Audiência Nacional em Espanha foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à amortização fiscal do Goodwill, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 sendo sua intenção considerar igualmente tal amortização na declaração fiscal do exercício de 2017. Em consequência procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016 e 2017.

## 20 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Numerário	10.467.637	9.105.344
Depósitos bancários	283.561.778	207.343.682
Aplicações de tesouraria	70.559.700	124.471.432
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	364.589.115	340.920.458
Descobertos bancários (Nota 24)	(2.819.107)	(17.730.231)
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>361.770.008</b>	<b>323.190.227</b>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, venceram juros a uma taxa média de 0,29% (0,664% em 2016) estando distribuídas, aquela data, por 2 instituições financeiras.

## 21 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 2016 foi efetuado um acordo entre o Grupo e uma entidade especialista no processamento e embalagem de carnes com o objetivo de concretizar uma parceria (joint-venture) para operar o Centro de Processamento de Carnes. Esta parceria foi concretizada em janeiro de 2017, razão pela qual em 31 de dezembro de 2016 transferimos os ativos e passivos relacionados para as rubricas de ativos e passivos detidos para venda. O detalhe destes valores é como segue:

Valores em euros	31 dez 2016
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	17.057.018
Ativos por impostos diferidos (Nota 19)	166.792
Inventários	1.850.977
Outros ativos correntes	445.762
Caixa e equivalentes de caixa	2.000
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>19.522.549</b>
Passivos por impostos diferidos (Nota 19)	284.632
Fornecedores	2.802.583
Outros passivos correntes	8.639.528
<b>Passivos não correntes detidos para venda</b>	<b>11.726.743</b>

## 22 Capital social

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

## Cash Settled Equity Swap

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae Holding detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, contratou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae Holding, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação, incluindo as alterações subsequentes, permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae Holding optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outras dívidas a terceiros" (Nota 30), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desreconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das ações que se mantêm abrangidas pelo referido contrato.

Em novembro de 2014 foi efetuada nova renovação por um período adicional de um ano renovável automaticamente, mantendo-se as restantes condições inalteradas. No exercício de 2017 o Grupo solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 5.934.409 ações Sonae SGPS que originou pagamentos de 16.203.904 euros (34.516.740 euros em 31 de dezembro de 2016), incluídos na rubrica "Outros" das Atividades de Investimento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Adicionalmente as variações de preço deste instrumento representaram em 2017 recebimentos no montante de 37.012.040 euros (26.167.985 euros em 31 de dezembro de 2016) incluídos também nas Atividades de Investimento como "Outros".

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 103.700.000 euros (Nota 30) (87.721.109 euros em 31 de dezembro de 2016) relativo ao valor de mercado de 104.406.608 ações Sonae SGPS (110.341.017 ações em 31 de dezembro de 2016).

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae Holding sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente.

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos e reservas distribuídas pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. Durante o exercício de 2017 o valor de dividendos atribuídos pela Sonae SGPS ascendeu a 80.000.000 euros tendo sido atribuídos às ações Sonae SGPS, SA no âmbito deste contrato 4.203.696 euros, que foram creditados em capitais próprios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não se verificou distribuição de dividendos.



## Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2017:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,48

## 23 Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe dos “Interesses sem Controlo” é o seguinte:

	31 dez 2017				
	Capital próprio <sup>(2)</sup>	Resultado líquido <sup>(2)</sup>	Valor contabilístico dos interesses sem controlo	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses sem controlo
<b>Sonae Retailho</b>					
Sonae MC	3.666.888	766.953	4.592.402	212.251	-
Worten	2.756.310	751.757	1.102.522	300.702	-
Sonae Sports & Fashion	67.870.269	7.806.086	32.826.507	3.935.968	(1.050.475)
Sonae RP	124.016.739	15.965.998	2.601.245	336.708	(408.900)
Maxmat	44.394.344	4.198.323	22.187.936	2.099.161	-
<b>Sonae IM</b>					
Sonaeacom, SGPS, SA (consolidado)	1.012.610.908	26.239.058	104.097.279	2.739.449	(2.442.162)
<b>Sonae FS</b>					
MDS, SGPS, SA <sup>(1)</sup>	-	1.890.664	-	945.143	(173.339)
<b>Outros</b>					
	5.876.431	(7.231.383)	402.103	(2.114.226)	-
<b>Total</b>	<b>1.261.191.889</b>	<b>50.387.456</b>	<b>167.809.994</b>	<b>8.455.156</b>	<b>(4.074.876)</b>

(1) Entidade sobre a qual o Grupo perdeu o controlo em 30 de junho de 2017;

(2) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

FIRMA	31 dez 2016 Reexpresso				
	Capital próprio <sup>(2)</sup>	Resultado líquido <sup>(2)</sup>	Valor contabilístico dos interesses sem controlo	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses sem controlo
<b>Sonae Retailho</b>					
Sonae MC	2.314.323	1.333.057	526.934	333.264	-
Worten	2.004.554	370.265	801.820	148.106	-
Sonae Sports & Fashion	61.824.414	6.797.721	29.570.669	3.277.641	21
Sonae RP	127.352.715	25.829.928	2.783.406	563.549	(638.933)
Maxmat	40.254.190	1.921.983	20.117.859	960.991	-
<b>Sonae IM</b>					
Sonaeacom, SGPS, SA (consolidado)	1.016.780.952	55.954.610	102.772.762	5.445.105	(1.809.412)
<b>Sonae FS</b>					
MDS, SGPS, SA	20.506.341	(2.460.384)	11.630.167	(1.229.946)	(282.387)
<b>Outros</b>					
	2.773.394	(8.225.479)	836.569	(2.588.362)	-
<b>Total</b>	<b>1.273.810.883</b>	<b>81.521.701</b>	<b>169.040.186</b>	<b>6.910.348</b>	<b>(2.730.711)</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos Interesses sem Controlo foi o seguinte:

	31 dez 2017								
	Sonae Retailho					Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonae com, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	526.934	801.820	29.570.669	2.783.406	20.117.859	102.772.762	11.630.167	836.569	169.040.186
Dividendos distribuídos	-	-	(1.050.475)	-	-	(2.442.162)	(173.339)	-	(3.665.976)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(408.900)	-	-	-	-	(408.900)
Aquisição de filiais (Nota 5.2)	3.772.948	-	-	-	-	-	-	-	3.772.948
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	(110.864)	-	16.327	-	-	(94.537)
Constituição de Filiais	-	-	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-	-	-	(13.090.263)	-	(13.090.263)
Variação resultante da conversão cambial	-	-	-	-	-	(217.872)	2.346.684	11.903	2.140.715
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	67.586	(8.813)	-	58.773
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	895	5.201	(25.742)	34.798	-	15.152
Entradas de capital	-	-	-	-	-	1.207.700	-	-	1.207.700
Variação das reservas de cobertura	78.909	-	(26.576)	-	(34.285)	-	-	-	18.048
Outras variações	1.360	-	(3.079)	-	-	(20.769)	(1.684.377)	1.667.857	(39.008)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	212.251	300.702	3.935.968	336.708	2.099.161	2.739.449	945.143	(2.114.226)	8.455.156
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>4.592.402</b>	<b>1.102.522</b>	<b>32.826.507</b>	<b>2.601.245</b>	<b>22.187.936</b>	<b>104.097.279</b>	<b>-</b>	<b>402.103</b>	<b>167.809.994</b>

	31 dez 2016 Reexpresso								
	Sonae Retailho					Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonae com, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	165.412	653.714	762.978	3.003.900	19.140.112	98.805.878	12.619.188	1.152.537	136.303.719
Dividendos distribuídos	-	-	21	(28.703)	-	(1.809.412)	(282.387)	-	(2.120.481)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(610.230)	-	-	-	-	(610.230)
Aquisições de filiais	-	-	25.530.031	-	-	-	67.537	-	25.597.568
Variação de percentagem por aquisição de ações	-	-	-	14.363	-	2.514.646	(15.140)	133.909	2.647.778
Variação resultante da conversão cambial	-	-	-	-	-	56.496	2.335.535	25.736	2.417.767
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(2.313.099)	-	-	(2.313.099)
Entrega de ações aos colaboradores por extinção de obrigação	-	-	-	(3.324)	(14.989)	34.147	(16.953)	(2.902)	(4.021)
Entradas de capital	-	-	-	-	-	39.000	296.000	-	335.000
Variação das reservas de cobertura	27.027	-	-	-	31.744	-	-	-	58.771
Outras variações	1.231	-	(2)	(156.149)	1	1	(2.143.667)	2.115.651	(182.934)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	333.264	148.106	3.277.641	563.549	960.991	5.445.105	(1.229.946)	(2.588.362)	6.910.348
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>526.934</b>	<b>801.820</b>	<b>29.570.669</b>	<b>2.783.406</b>	<b>20.117.859</b>	<b>102.772.762</b>	<b>11.630.167</b>	<b>836.569</b>	<b>169.040.186</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi adquirido 50% do capital social da IVN – Serviços Partilhados, SA detentora da marca Salsa, esta transação gerou um impacto nos interesses sem controlo no valor de 25,5 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controlo é como segue:

	31 dez 2017							
	Sonae Retailho					Sonae IM	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonae com, SGPS, SA	Outros	Total
Total do ativo não corrente	687.357	6.407.769	124.746.002	122.103.353	30.731.921	818.628.771	5.776.045	1.109.081.218
Total do ativo corrente	8.753.344	10.624.536	52.996.066	3.916.363	36.049.316	257.360.460	9.922.930	379.623.015
Total do passivo não corrente	23.405	6.835.930	69.880.218	(53.754)	760.119	16.655.798	1.765.865	95.867.581
Total do passivo corrente	5.750.408	7.440.065	39.991.581	2.056.731	21.626.774	46.722.525	8.056.679	131.644.763
<b>Capital próprio</b>	<b>3.666.888</b>	<b>2.756.310</b>	<b>67.870.269</b>	<b>124.016.739</b>	<b>44.394.344</b>	<b>1.012.610.908</b>	<b>5.876.431</b>	<b>1.261.191.889</b>

31 dez 2016 Reexpresso									
	Sonae Retalho					Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonaecom, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Total do ativo não corrente	47.772	6.665.482	125.793.311	126.193.923	31.094.347	791.123.247	51.156.904	5.130.504	1.137.205.490
Total do ativo corrente	5.333.708	8.325.197	48.209.493	3.764.735	30.378.988	287.500.935	15.432.124	7.688.611	406.633.791
Total do passivo não corrente	-	7.092.392	72.061.310	(30.807)	760.325	17.807.813	22.290.402	2.166.494	122.147.929
Total do passivo corrente	3.067.157	5.893.733	40.117.080	2.636.750	20.458.820	44.035.417	23.792.285	7.879.227	147.880.469
<b>Capital próprio</b>	<b>2.314.323</b>	<b>2.004.554</b>	<b>61.824.414</b>	<b>127.352.715</b>	<b>40.254.190</b>	<b>1.016.780.952</b>	<b>20.506.341</b>	<b>2.773.394</b>	<b>1.273.810.883</b>

31 dez 2017									
	Sonae Retalho					Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonaecom, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Volume de negócios	8.000.499	50.754.215	141.612.978	293.276	78.491.561	110.598.426	-	16.647.127	406.398.082
Outros rendimentos operacionais	48.843.728	368.150	1.786.748	20.414.709	3.248.517	9.707.267	-	5.401.752	89.770.870
Gastos operacionais	(55.811.193)	(50.022.367)	(133.025.574)	(4.443.127)	(76.954.228)	(126.278.515)	-	(28.734.884)	(475.269.887)
Resultados financeiros	(16.191)	(121.514)	(1.473.252)	(1)	(30.757)	(776.111)	-	(162.425)	(2.580.251)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	35.708.166	-	45.449	35.753.615
Resultados relativos a investimentos	37	-	-	-	-	298	-	(59.202)	(58.867)
Imposto sobre o rendimento	(249.927)	(226.727)	(1.094.814)	(298.859)	(556.770)	(2.720.473)	-	(369.200)	(5.516.770)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>766.953</b>	<b>751.757</b>	<b>7.806.086</b>	<b>15.965.998</b>	<b>4.198.323</b>	<b>26.239.058</b>	<b>-</b>	<b>(7.231.383)</b>	<b>48.496.792</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	1.890.664	-	1.890.664
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>80.269</b>	<b>-</b>	<b>(29.655)</b>	<b>-</b>	<b>(34.285)</b>	<b>(171.055)</b>	<b>2.217.264</b>	<b>115.990</b>	<b>2.178.528</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>847.222</b>	<b>751.757</b>	<b>7.776.431</b>	<b>15.965.998</b>	<b>4.164.038</b>	<b>26.068.003</b>	<b>4.107.928</b>	<b>(7.115.393)</b>	<b>52.565.984</b>

31 dez 2016 Reexpresso									
	Sonae Retalho					Sonae IM	Sonae FS	Outros	Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonaecom, SGPS, SA	MDS, SGPS, SA	Outros	Total
Volume de negócios	1.038.745	41.579.344	85.580.148	232.671	71.509.727	103.170.419	-	62.553.571	365.664.625
Outros rendimentos operacionais	30.989.668	368.274	5.609.944	31.829.392	2.628.823	17.599.072	-	7.264.282	96.289.455
Gastos operacionais	(30.101.312)	(41.511.377)	(80.410.644)	(4.408.160)	(71.751.146)	(125.813.337)	-	(73.198.033)	(427.194.009)
Resultados financeiros	(338.327)	(147.696)	(939.641)	(26.139)	(150.204)	(6.813.499)	-	(1.640.874)	(10.056.380)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	53.801.945	-	238.389	54.040.334
Resultados relativos a investimentos	-	-	59	-	-	1.771.968	-	(4.755.960)	(2.983.933)
Imposto sobre o rendimento	(255.717)	81.720	(2.632.754)	(1.797.836)	(315.217)	12.238.042	-	1.313.146	8.631.384
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>1.333.057</b>	<b>370.265</b>	<b>7.207.112</b>	<b>25.829.928</b>	<b>1.921.983</b>	<b>55.954.610</b>	<b>-</b>	<b>(8.225.479)</b>	<b>84.391.476</b>
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	(409.391)	-	-	-	(2.460.384)	-	(2.869.775)
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>28.258</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(156.149)</b>	<b>31.745</b>	<b>(2.256.605)</b>	<b>2.309.700</b>	<b>13.555</b>	<b>(29.497)</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>1.361.315</b>	<b>370.265</b>	<b>6.797.720</b>	<b>25.673.779</b>	<b>1.953.728</b>	<b>53.698.005</b>	<b>(150.684)</b>	<b>(8.211.924)</b>	<b>81.492.204</b>

## 24 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	36.390.000	166.250.000	162.000.000	144.000.000
Sonae SGPS, SA / 2016/2023	-	50.000.000	-	-
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	7.500.000	182.500.000	148.000.000	121.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2014/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2015/2020	-	20.000.000	-	55.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2015/2019	5.000.000	30.000.000	5.000.000	35.000.000
Filial da Sonae Investimentos / 2017/2022	-	31.000.000	-	-
Sonae Investimentos / 2017/2018	100.000.000	-	-	-
Filial da Sonae Holding / 2014/2018	40.000.000	-	-	40.000.000
Filial da Sonae Holding / 2014/2021	10.000.000	20.000.000	-	30.000.000
MDS, SGPS, SA - papel comercial (Nota 33)	-	-	6.875.000	13.125.000
Filial da MDS SGPS, SA / 2011/2016 (Nota 33)	-	-	4.081.000	-
Outros	6.144.402	24.093.006	6.678.849	20.540.714
	<b>205.034.402</b>	<b>573.843.006</b>	<b>332.634.849</b>	<b>508.665.714</b>
Descobertos bancários (Nota 20)	2.819.107	-	17.730.231	-
Custos de montagem de financiamentos	(105.502)	(402.455)	-	(781.540)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>207.748.007</b>	<b>573.440.551</b>	<b>350.365.080</b>	<b>507.884.174</b>
<b>Empréstimos por obrigações</b>				
Obrigações Sonae SGPS /2015/2022	-	100.000.000	-	100.000.000
Obrigações Sonae SGPS /2016/2023	-	60.000.000	-	60.000.000
Obrigações Sonae Investments BV / 2014/2019	-	203.466.710	-	198.892.884
Obrigações Sonae Investimentos / Junho 2013/2018	50.000.000	-	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Maio 2015/2020	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Junho 2016/2021	-	95.000.000	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / Setembro 2016/2021	3.000.000	9.000.000	3.000.000	12.000.000
Obrigações IVN 2016/2023	5.000.000	25.000.000	5.000.000	30.000.000
Custos de montagem de financiamentos	(29.194)	(3.799.668)	(1.483)	(5.089.605)
<b>Empréstimos por obrigações</b>	<b>57.970.806</b>	<b>643.667.042</b>	<b>7.998.517</b>	<b>695.803.279</b>
Outros empréstimos	1.278.626	2.244.793	1.411.067	4.676.660
Instrumentos derivados (Nota 26)	1.248.119	-	358.117	-
<b>Outros empréstimos</b>	<b>2.526.745</b>	<b>2.244.793</b>	<b>1.769.184</b>	<b>4.676.660</b>
Credores por locações financeiras (Nota 25)	832.895	881.956	1.079.629	1.463.520
	<b>269.078.453</b>	<b>1.220.234.342</b>	<b>361.212.410</b>	<b>1.209.827.633</b>

Em junho de 2014 uma subsidiária da Sonae SGPS, SA emitiu obrigações que poderão ser convertíveis (Sonae Investments BV / 2014/2019) em ações Sonae já emitidas e integralmente subscritas ou a serem objeto de posterior emissão.

O justo valor da componente de capital próprio, calculado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ascende a 22.313.000 euros e foi determinado por uma entidade independente da Sonae, tomando por base o diferencial face ao justo valor de passivos idênticos sem a opção de conversão, tendo sido determinada uma taxa de mercado para descontar os fluxos do referido passivo. Tal mensuração a justo valor corresponde a uma mensuração de Nível 3 de acordo com o IAS 39. A componente do passivo encontra-se registada pelo custo amortizado tomando por base uma taxa de mercado determinada aquela data.

As obrigações foram emitidas ao par com um valor nominal de 100.000 euros (2.105 obrigações), com prazo de 5 anos e com um cupão fixo de 1,625% por ano, pago postecipadamente e semestralmente.

As obrigações poderão ser convertidas mediante solicitação do obrigacionista quando a cotação da Sonae SGPS, SA, nos termos da ficha técnica, exceda 1,636 euros por ação, preço este que está sujeito a ajustamentos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente quando o dividendo exceda 0,0284 euros por ação.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, com exceção do empréstimo obrigacionista convertível em ações cujo justo valor é determinado pelo preço de mercado à data do balanço.

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 1,27% (1,32% em 31 de dezembro de 2016). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 <sup>a)</sup>	267.965.030	18.176.095	360.854.294	19.864.500
N+2	266.186.915	14.514.432	134.813.933	17.251.598
N+3	242.942.827	11.837.792	263.494.503	13.667.802
N+4	296.490.957	7.625.492	334.769.210	10.026.308
N+5	278.889.510	4.032.644	286.814.675	5.171.670
Após N+5	146.959.544	1.739.800	207.415.055	2.914.747
	<b>1.499.434.783</b>	<b>57.926.255</b>	<b>1.588.161.670</b>	<b>68.896.625</b>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização e inclui o valor a amortizar em 2019 relativamente ao empréstimo obrigacionista convertível atualizado para a referida data e cujo justo valor do passivo não amortizado ascende a 7 milhões de euros (11,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

A 31 de dezembro de 2017 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2017, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes, do valor de 365 milhões de euros (341 milhões de euros em 2016) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
<b>Montantes de linhas disponíveis</b>				
Sonae Retailho	94.443.125	242.750.000	52.769.017	348.000.000
Sonae IM	-	-	-	1.250.000
Holding & Outros	147.802.076	50.000.000	56.695.242	90.000.000
	<b>242.245.201</b>	<b>292.750.000</b>	<b>109.464.259</b>	<b>439.250.000</b>
<b>Montantes de linhas contratadas</b>				
Sonae Retailho	105.760.000	537.500.000	218.260.000	511.000.000
Sonae IM	-	-	6.625.000	14.625.000
Holding & Outros	152.195.242	216.250.000	218.695.242	184.000.000
	<b>257.955.242</b>	<b>753.750.000</b>	<b>443.580.242</b>	<b>709.625.000</b>

## 25 Credores por locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	864.939	1.138.417	832.895	1.079.629
N+2	574.170	805.044	566.129	782.989
N+3	209.394	514.564	206.702	506.810
N+4	87.965	137.695	87.266	136.601
N+5	21.927	36.514	21.859	36.349
Após N+5	-	771	-	771
	1.758.395	2.633.005	1.714.851	2.543.149
Juros futuros	(43.544)	(89.856)		
	1.714.851	2.543.149		
<b>Componente de curto prazo</b>			<b>832.895</b>	<b>1.079.629</b>
<b>Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo</b>			<b>881.956</b>	<b>1.463.520</b>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objeto de locação financeira	31 dez 2017	31 dez 2016
Terrenos e edifícios	83.707	360.323
Equipamento básico	862.844	1.008.857
Equipamento transporte	666.754	720.726
Equipamento administrativo	330.638	573.093
<b>Total de ativos fixos tangíveis</b>	<b>1.943.943</b>	<b>2.662.999</b>
Software	208.111	378.670
<b>Total de ativos intangíveis</b>	<b>208.111</b>	<b>378.670</b>
	<b>2.152.054</b>	<b>3.041.669</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendia a 4.227.538 euros (4.556.218 euros em 31 de dezembro de 2016).

## 26 Instrumentos financeiros derivados

### Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.248.119 euros, e no ativo de 179.881 euros (358.117 euros no passivo e 4.207.972 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2016).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

## Derivados de taxa de juro

A Sonae não tem contratado instrumentos financeiros de cobertura de gestão de risco de taxa de juro a 31 de dezembro de 2017.

## Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

## Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

Derivados	Ativos		Passivos	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	179.881	4.207.972	1.248.119	358.117
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de câmbio	-	-	-	-
	179.881	4.207.972	1.248.119	358.117

## 27 Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Acionistas	155.732	415.382
Fornecedores de ativos fixos	1.151.347	406.872
Outras dívidas a terceiros não correntes	1.771.080	1.720.153
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 7)</b>	<b>3.078.159</b>	<b>2.542.407</b>
Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten (Nota 2.16)	7.551.397	15.101.455
Outros acréscimos e diferimentos	2.819.762	3.913.526
<b>Outros passivos não correntes</b>	<b>13.449.318</b>	<b>21.557.388</b>

A rubrica de “Acionistas” corresponde a valores de financiamento de acionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Sonae Retalho e da Sonae IM. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

Estima-se que os valores incluídos em “Outras dívidas a terceiros não correntes” sejam aproximadamente o seu justo valor.

## 28 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

A Sonae concedeu em 2017 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2017, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2017, 2016 e 31 de dezembro de 2015 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o número total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto podem ser resumidos como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Sonae SGPS		Número de ações	
		Número de participantes	Cotação na data de atribuição	31 dez 2017	31 dez 2016
2014	2017	-	1,343	-	4.340.464
2015	2018	240	1,278	3.620.437	3.619.285
2016	2019	261	0,970	4.472.331	4.964.016
2017	2020	94	0,906	4.394.822	-
				<b>12.487.590</b>	<b>12.923.765</b>



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae	
	Número agregado de participantes	Nº de ações
Saldo a 31 de dezembro de 2016	763	12.923.765
Atribuídas	98	4.143.004
Vencidas	(200)	(4.186.325)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas <sup>(1)</sup>	(66)	(392.854)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>595</b>	<b>12.487.590</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o justo valor total das ações atribuídas das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor*	
		31 dez 2017	31 dez 2016
		Sonae SGPS	Sonae SGPS
2014	2017	-	4.210.250
2015	2018	4.076.612	2.340.471
2016	2019	3.357.230	1.605.032
2017	2020	1.649.523	-
	<b>Total</b>	<b>9.083.365</b>	<b>8.155.753</b>

\* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	2.535.536	1.785.772
Registado em exercícios anteriores	5.776.008	6.825.062
	<b>8.311.544</b>	<b>8.610.834</b>
Valor registado em Outras reservas	8.311.544	8.610.834
	<b>8.311.544</b>	<b>8.610.834</b>

## 29 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2017	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
<b>Fornecedores conta corrente</b>			
Sonae Retalho			
Sonae MC	633.808.748	633.364.284	444.464
Worten	367.730.269	367.730.269	-
Sonae Sports & Fashion	75.957.293	75.237.297	719.996
Sonae RP	98.526	97.579	947
Maxmat	14.335.703	14.335.703	-
Sonae IM	12.223.120	12.223.120	-
Sonae SF	564.154	564.154	-
Outros	6.796.086	6.365.690	430.396
	<b>1.111.513.899</b>	<b>1.109.918.096</b>	<b>1.595.803</b>
<b>Fornecedores, faturas em recepção e conferência</b>	<b>80.986.042</b>	<b>80.986.042</b>	<b>-</b>
	<b>1.192.499.941</b>	<b>1.190.904.138</b>	<b>1.595.803</b>

	31 dez 2016 Reexpresso	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
<b>Fornecedores conta corrente</b>			
Sonae Retalho			
Sonae MC	618.133.744	618.133.744	-
Worten	324.275.868	324.275.868	-
Sonae Sports & Fashion	82.066.848	81.916.575	150.273
Sonae RP	79.059	55.417	23.642
Maxmat	13.723.844	13.723.844	-
Sonae IM	11.027.755	11.027.755	-
Sonae SF	1.015.851	965.047	50.804
Outros	6.608.706	6.289.483	319.223
	<b>1.056.931.675</b>	<b>1.056.387.733</b>	<b>543.942</b>
<b>Fornecedores, faturas em recepção e conferência</b>	<b>79.723.572</b>	<b>79.723.572</b>	<b>-</b>
	<b>1.136.655.247</b>	<b>1.136.111.305</b>	<b>543.942</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contábilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A Sonae mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores dos Segmentos incluídos na Sonae Retalho o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de manuseio, mediante a confirmação pela Sonae da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contábilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

## 30 Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2017	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	67.664.713	66.596.753	709.290	358.670
Outras dívidas	153.565.166	49.493.445	139.469	103.932.252
	221.229.879	116.090.198	848.759	104.290.922
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	221.229.879	116.090.198	848.759	104.290.922

	31 dez 2016	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	67.208.877	65.926.664	600.122	682.091
Outras dívidas	133.431.355	44.299.688	1.104.459	88.027.208
	200.640.232	110.226.352	1.704.581	88.709.299
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	200.640.232	110.226.352	1.704.581	88.709.299

A rubrica "Outras dívidas" inclui:

- 103.700.000 euros (87.721.109 euros em 31 de dezembro de 2016) referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22;
- 10.421.939 euros (8.344.127 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 16.150.935 euros (15.042.306 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 3.447.882 euros (3.992.919 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32); e
- 383.343 euros (811.244 euros a 31 de dezembro de 2016) relativos a valores a pagar relacionados com operações de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

## 31 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Gastos com o pessoal	128.309.674	122.568.080
Outros fornecimentos e serviços externos	39.766.899	32.121.742
Diferimento do rédito de extensões de garantia (Nota 2.16)	57.862.718	45.073.283
Publicidade e propaganda	15.660.724	11.807.052
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6.c) e 8)	17.728.428	17.558.769
Receitas antecipadas de clientes	9.993.106	10.615.437
Rendas e alugueres	7.028.035	8.092.102
Gastos com compras	4.133.909	6.238.536
Encargos financeiros a liquidar	2.079.044	2.449.632
Seguros a liquidar	513.698	632.982
Outros	14.911.586	13.842.767
	<b>297.987.821</b>	<b>271.000.382</b>

## 32 Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31 dez 2016 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Variações de perímetro	Saldo em 31 dez 2017
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11 e 12)	9.054.576	3.011.792	(62.784)	(8.683.892)	3.319.692
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	119.100.221	853.597	(5.744.050)	169.243	114.379.011
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	2.638.761	998.779	(858.758)	(382.139)	2.396.643
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	10.272.280	4.235.593	(2.008.966)	(15.668)	12.483.239
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	7.598.754	1.225.221	(1.531.235)	(29.510)	7.263.230
Provisões não correntes	25.848.118	1.139.726	(4.277.928)	(3.754.291)	18.955.625
Provisões correntes	3.558.708	4.302.362	(2.084.667)	(166.020)	5.610.383
	<b>178.071.418</b>	<b>15.767.070</b>	<b>(16.568.388)</b>	<b>(12.862.277)</b>	<b>164.407.823</b>

Rubricas	Saldo em 31 dez 2015	Aumentos	Diminuições	Aquisição de subsidiárias	Saldo em 31 dez 2016
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11 e 12)	1.886.603	7.249.229	(81.256)	-	9.054.576
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	133.564.363	8.964.672	(23.428.814)	-	119.100.221
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9)	1.497.024	1.141.737	-	-	2.638.761
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	7.119.812	3.241.294	(2.360.331)	2.271.505	10.272.280
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	11.566.045	594.402	(4.596.353)	34.660	7.598.754
Provisões não correntes	39.710.058	6.971.026	(25.979.216)	5.146.250	25.848.118
Provisões correntes	3.083.990	674.607	(199.889)	-	3.558.708
	<b>198.427.895</b>	<b>28.836.967</b>	<b>(56.645.859)</b>	<b>7.452.415</b>	<b>178.071.418</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o movimento de “Variações de perímetro” inclui (13.031.521) euros referentes ao desreconhecimento decorrentes da perda de controlo da MDS (Nota 5.1).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor do reforço de provisões e perdas por imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Provisões e perdas por imparidade na demonstração dos resultados	10.486.042	17.300.593
Perdas por imparidade em "Outros investimentos financeiros" (Notas 11, 12 e 37)	2.900.748	7.249.229
Provisões técnicas de resseguros	-	651.577
Variações cambiais	(15.479)	2.726.895
Outros	2.395.759	908.673
	<b>15.767.070</b>	<b>28.836.967</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor de diminuições de provisões por perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 39)	(5.004.636)	(11.229.959)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(3.765.057)	(3.516.197)
Provisão técnica de resseguros	(275.256)	(20.053.711)
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(4.854.094)	(7.448.463)
Utilizações e reversões registados em ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	-	(13.949.808)
Reversão de imparidades em investimentos financeiros	(62.784)	(81.256)
Conversão cambial	(2.033.460)	-
Outras responsabilidades	(573.101)	(366.465)
	<b>(16.568.388)</b>	<b>(56.645.859)</b>

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Provisão técnicas de resseguros (a)	786.208	1.061.465
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (b)	7.358.151	8.521.318
Provisão de marca própria e garantias de clientes (c)	1.056.471	1.449.195
Processos judiciais em curso	4.577.787	2.270.177
Passivos contingentes relativos às filiais adquiridas	7.811.959	7.811.959
Outras responsabilidades	2.975.432	8.292.712
	<b>24.566.008</b>	<b>29.406.826</b>

- (a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida, o valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" (Nota 13) e "Outras dívidas de terceiros" (Nota 16).
- (b) As rubricas "Provisões não correntes" incluem 7.358.151 euros (8.521.318 euros em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.
- (c) A rubrica de "Provisões correntes" inclui a 31 de dezembro de 2017 a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo diretamente em resultados, da venda de produtos de marca própria nas lojas do segmento de negócio da Worten.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

## 33 Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 é como se segue:

	Credores por locações financeiras (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)	Empréstimos de partes relacionadas (Nota 44)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	2.543.149	1.568.138.777	(3.849.855)	443.382
Fluxos de caixa:				
Recebimentos de dívida financeira	-	6.969.262.977	-	-
Pagamentos de dívida financeira	-	(7.018.150.115)	-	(27.000)
Descobertos Bancários	-	(14.911.124)	-	-
Amortizações Capital Leasing	(828.298)	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	4.573.826	4.918.093	-
Alteração do método de consolidação	-	(24.081.000)	-	-
Gastos de montagem dos financiamentos	-	1.535.809	-	-
Transferências para capital	-	-	-	(260.000)
Diferenças de câmbio	-	-	-	4.204
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.714.851</b>	<b>1.486.369.150</b>	<b>1.068.238</b>	<b>160.586</b>

## 34 Ativos e passivos contingentes

Detalham-se de seguida os passivos contingente a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

### Garantias e Fianças Prestadas

	31 dez 2017	31 dez 2016
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	1.133.241.313	1.153.774.789
por processos judiciais em curso	398.390	887.275
por processos autárquicos em curso	9.126.363	8.048.110
contratuais por bom cumprimento	12.318.637	21.516.088
outras garantias	8.117.670	9.261.512

#### a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 531,7 milhões de euros (556,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) relativos aos períodos de 2004 a 2013, relacionados com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.
- Processos referentes a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 146,6 milhões de euros (142,9 milhões de euros em 2016) a favor da Administração Fiscal relativos aos exercícios de 2007 a 2014. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer

da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 16,4 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 48 milhões de euros (190,9 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

#### **b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco**

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 26,3 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento (Nota 13).

#### **c) Outros passivos contingentes**

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,5 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2017 a 32 milhões de euros (32,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 56,1 milhões de euros (60,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae Investimentos, a Sonae MC e a Modelo Continente, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano EDP/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à

Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão, sendo expectativa do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 47.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

## 35 Locações operacionais

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, ascenderam a 10.123.670 euros e 7.811.239 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	2.888.363	2.279.926
N+1	7.067.596	5.333.931
N+2	5.867.981	4.563.589
N+3	4.934.059	3.355.334
N+4	3.902.687	2.453.356
N+5	3.388.640	1.556.643
Após N+5	13.710.831	5.179.130
	<b>41.760.157</b>	<b>24.721.909</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 155.647.598 euros (135.864.890 euros em 31 de dezembro de 2016) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	37.151.438	32.416.193
N+1	113.462.803	104.309.175
N+2	105.966.213	96.651.908
N+3	100.670.355	91.418.163
N+4	92.981.500	85.821.305
N+5	83.605.167	78.240.242
Após N+5	695.972.547	654.336.715
	<b>1.229.810.023</b>	<b>1.143.193.701</b>

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.



## 36 Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Vendas de mercadorias	5.456.798.579	5.120.879.449
Vendas de produtos	58.627.302	38.187.961
	5.515.425.881	5.159.067.410
Prestações de serviços	194.726.055	170.424.206
<b>Vendas e prestações de serviços (Nota 6)</b>	<b>5.710.151.936</b>	<b>5.329.491.616</b>

## 37 Rendimentos e gastos relativos a investimentos

Os rendimentos e gastos relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
<b>Dividendos</b>	130.748	1.864.240
Alienação da Imoconti	-	6.773.227
Correção ao custo de aquisição de filiais	1.111.020	-
Outros	(7.456)	(346.498)
<b>Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas</b>	<b>1.103.564</b>	<b>6.426.729</b>
<b>Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>(3.125)</b>	<b>14.824</b>
Imparidade de investimentos em associadas (Notas 11 e 32)	(2.900.748)	-
Reversão de Imparidade de investimentos financeiros	9.987	-
<b>Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos</b>	<b>(2.890.761)</b>	<b>-</b>
<b>Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos</b>	<b>(1.659.574)</b>	<b>8.305.793</b>

Em 31 de dezembro de 2016 na rubrica “Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais” está incluída a alienação da filial Imoconti a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra.

Em 31 de dezembro de 2017 na rubrica “Imparidades de investimentos em associadas” está incluída a imparidade da participação na MOVVO no valor de 2.843.436 euros como consequência do processo de insolvência em que esta se encontra.

## 38 Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser detalhados como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(8.303.634)	(9.438.551)
relativos a obrigações não convertíveis	(11.541.059)	(15.992.293)
relativos a contratos de locação financeira	(55.148)	(151.196)
outros	(5.757.818)	(5.942.285)
	(25.657.659)	(31.524.325)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(8.571.996)	(8.320.413)
Justo valor da parte ineficiente dos derivativos de cobertura	-	(326.290)
Encargos de emissão de dívida	(5.857.332)	(8.568.596)
Outros	(3.050.663)	(2.381.232)
	(43.137.650)	(51.120.856)
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	31.388	66.425
outros	487.939	545.495
	519.327	611.920
Diferenças de câmbio favoráveis	6.208.570	4.725.585
Descontos de pronto pagamento obtidos	46.572	37.706
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria (Notas 11.3 e 12)	-	9.362.943
Outros rendimentos e ganhos financeiros	345.629	1.012.585
	7.120.098	15.750.739
Ganhos e (perdas) em investimentos ao justo valor através de resultados (Nota 12)	-	(15.681.846)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(36.017.552)</b>	<b>(51.051.963)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria” é relativo à mais valia gerada com a venda das ações da NOS tal como descrito na Nota 11.

## 39 Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Proveitos suplementares	690.442.768	632.432.711
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.570.069	24.646.164
Diferenças câmbio favoráveis	28.006.672	19.860.909
Trabalhos para a própria empresa (Nota 9)	17.016.851	14.565.826
Ganhos na alienação de ativos	13.679.296	63.197.788
Reversão de perdas de imparidade e provisões (Nota 32)	5.004.636	11.229.959
Benefícios de penalidades contratuais	5.521.757	85.444
Indemnizações relativas a sinistros	955.475	202.159
Subsídios	1.154.206	752.282
Outros	6.898.155	5.149.423
	793.249.885	772.122.665

A rubrica de “Proveitos Suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, participadas pelos parceiros da Sonae.

Em 31 de dezembro de 2017, na rubrica de “Ganhos na alienação de ativos” estão incluídos os ganhos relativos à operação de “Sale & Leaseback” no valor de 10,8 milhões de euros (63,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016).

## 40 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Rendas e alugueres	186.536.538	169.868.011
Publicidade e propaganda	104.519.354	107.069.088
Eletricidade e combustíveis	66.226.351	58.026.717
Transportes de mercadorias	62.877.383	57.919.088
Trabalhos especializados	75.345.714	76.711.098
Subcontratos	19.728.999	23.020.973
Conservação e reparação	26.274.393	24.850.158
Custos com terminais pagamento automático	13.228.694	11.873.307
Vigilância e segurança	21.469.053	20.371.572
Limpeza, higiene e conforto	24.411.544	23.019.047
Materiais de consumo	13.650.195	13.441.395
Deslocações e estadas	18.332.610	17.167.952
Comissões	13.056.525	12.244.863
Seguros	6.860.294	6.492.458
Comunicação	11.750.271	11.444.765
Entregas ao domicílio	7.154.888	6.479.543
Outros	66.200.725	63.796.089
	<b>737.623.531</b>	<b>703.796.124</b>

## 41 Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Remunerações	604.547.040	564.822.980
Encargos sobre remunerações	127.869.010	118.611.720
Seguros	13.201.958	11.274.216
Gastos com ação social	4.731.773	4.665.424
Outros gastos com pessoal	13.841.837	14.954.623
	<b>764.191.618</b>	<b>714.328.963</b>

## 42 Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Variação cambial	26.959.379	19.684.760
Cartão Galp/Continente	12.952.898	12.995.805
Perdas na alienação e abates de ativos	14.080.303	11.848.543
Impostos indiretos e taxas	9.984.766	9.687.045
Donativos	7.823.351	8.033.596
Imposto municipal sobre imóveis	2.356.778	1.891.745
Dívidas incobráveis	858.664	858.664
Outros gastos	7.916.630	8.208.049
	<b>82.932.769</b>	<b>73.208.207</b>

## 43 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são detalhados como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Imposto corrente	4.359.495	8.208.159
Imposto diferido (Nota 19)	11.764.475	18.488.609
	<b>16.123.970</b>	<b>26.696.768</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Resultado antes de impostos	172.222.211	251.560.840
Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras	(4.495.588)	(19.237.645)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	(77.550.493)	(101.905.066)
Imparidade de goodwill (Nota 10)	-	369.402
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2.843.864	-
<b>Lucro tributável</b>	<b>93.019.994</b>	<b>130.787.531</b>
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(26.127.598)	(13.932.775)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	38.714.219	4.328.720
	<b>105.606.615</b>	<b>121.183.476</b>
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%
	<b>22.177.389</b>	<b>25.448.530</b>
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(12.139.713)	(12.907.157)
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	17.457.039	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(5.816.680)	-
Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 19)	-	28.306.619
Impacto de liquidação de sociedades	-	(17.547.730)
Utilização de benefícios fiscais	(3.673.407)	(2.985.031)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(13.261.077)	(11.464.249)
Tributação autónoma	3.518.722	3.560.741
Derrama	6.561.800	10.512.953
Outros	1.299.897	3.772.092
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>16.123.970</b>	<b>26.696.768</b>

## 44 Partes relacionadas

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas, prestações de serviços e outros rendimentos		Compras e serviços recebidos	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Empresa - Mãe	237.925	210.773	540.705	716.561
Empreendimentos conjuntos	86.190.388	17.667.706	312.189.577	44.892.547
Empresas associadas	35.771.366	34.859.664	31	13.688
Entidades parceiras, acionistas e participadas	62.068.713	58.863.841	17.593.337	19.679.076
	<b>184.268.392</b>	<b>111.601.984</b>	<b>330.323.650</b>	<b>65.301.872</b>

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Empresa - Mãe	-	-	43.548	168.233
Empreendimentos conjuntos	215	-	-	-
Empresas associadas	12.566	-	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	-	-	-	63.538
	12.781	-	43.548	231.771

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Empresa - Mãe	51.947	25.136	512.593	688.294
Empreendimentos conjuntos	14.904.259	29.377.178	42.584.035	15.192.431
Empresas associadas	8.479.551	6.583.207	1.843	147.945
Entidades parceiras, acionistas e participadas	19.066.434	16.965.780	7.631.440	10.405.360
	42.502.191	52.951.301	50.729.911	26.434.030

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dez 2017	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2016
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	1.000	-	-
Empresas associadas	-	-	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	160.586	442.382	3.570	3.570
	160.586	443.382	3.570	3.570

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sonaecom vendeu a participação direta na NOS (2,14%) à ZOPT. Esta operação gerou uma mais valia de 18.725.887 euros, tendo sido 50% desta mais valia registada na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” e os remanescentes 50% anulados por contrapartida de reservas (Nota 11).

Em dezembro de 2016, o Grupo alienou a sua filial Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra. Esta operação gerou um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,8 milhões de euros (Nota 37).

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, ZOPT SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA, assim como outros acionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, tem a seguinte composição:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica <sup>(a)</sup>	Conselho de Administração	Direção Estratégica <sup>(a)</sup>
Benefícios a curto prazo	1.635.500	6.725.295	1.594.100	6.380.285
Benefícios com base em ações	567.200	1.888.000	530.600	1.965.700
	2.202.700	8.613.295	2.124.700	8.345.985

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding).

## 45 Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2017		31 dez 2016 Reexpresso	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
<b>Resultados</b>				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	148.588.229	17.165.686	216.509.123	(1.435.174)
Efeito das ações potenciais	-	-	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	8.587.542	-	7.778.796	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	157.175.771	17.165.686	224.287.919	(1.435.174)
<b>Número de ações</b>				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.893.848.246	1.893.848.246	1.887.410.072	1.887.410.072
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	128.667.482	128.667.482	127.113.527	127.113.527
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	12.487.590	12.487.590	12.923.765	12.923.765
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(4.877.179)	(4.877.179)	(5.319.084)	(5.319.084)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	2.030.126.139	2.030.126.139	2.022.128.280	2.022.128.280
<b>Resultado por ação</b>				
Básico	0,078458	0,009064	0,114712	(0,000760)
Diluído	0,077422	0,008455	0,110917	(0,000710)

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 considera 104.406.608 ações como ações próprias (110.341.017 ações em 31 de dezembro de 2016) (Nota 22).

## 46 Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser analisadas como segue:

### - Atividades de Investimento

Recebimentos	31 dez 2017	31 dez 2016
Recebimento da alienação da Imoconti em 2016	21.009.032	-
Recebimento relativo à alienação da Raso SGPS	537.500	2.500.000
Acerto preço aquisição da Losan	-	1.416.954
	21.546.532	3.916.954

Pagamentos	31 dez 2017	31 dez 2016
Aquisição de participação na Artic Wolf Networks, Inc	3.830.113	-
Aquisição de participação na Secucloud Networks GmbH	4.000.000	-
Aquisição da GoWell, SA (Nota 5.2)	3.788.464	-
Prestação Suplementar da S2 Mozambique, SA	1.078.154	-
Aumento Capital na Ulabox, SL	2.007.819	2.667.132
Aumento capital Fundo Armilar III	1.409.696	-
Fundo Compensação Trabalho	1.323.730	-
Aquisição da Brio, SA (Nota 5.2)	931.023	-
Aquisição de participação OMETRIA, Ltd	854.165	-
Aquisição de participação na Probe.ly	514.959	-
Aumento de capital na Movvo	380.783	2.260.746
Aquisição da Salsa	-	65.588.931
Aquisição de participação na Armilar Venture Funds	-	31.749.338
Aumento capital na S2 Mozambique SA	-	1.607.217
Aquisição da Iberosegur, lda	-	256.417
Aquisição SYSVALUE	-	346.128
Aquisição da INOVRETAIL, Lda	-	653.346
Aquisição de participação na Filhet Allard	-	629.751
Acerto preço aquisição da Elergone	-	600.562
Outros	890.839	73.905
	<b>21.009.745</b>	<b>106.433.473</b>

## - Atividades de Financiamento

Recebimentos	31 dez 2017	31 dez 2016
Alienação de unidades de participação do Fundo Imosonae Dois	1.124.447	173.261
Outros	88.740	170.853
	<b>1.213.187</b>	<b>344.114</b>

Pagamentos	31 dez 2017	31 dez 2016
Aquisição de unidades de participação do Fundo Imosonae Dois	1.267.876	-
Outros	236.377	584.004
	<b>1.504.253</b>	<b>584.004</b>

## 47 Provisões e passivos contingentes relativamente aos empreendimentos conjuntos

### Grupo Sonae Sierra

#### a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, os principais passivos contingentes da Sonae Sierra respeitavam às seguintes situações:

- Em 2014, a Sonae Sierra comprometeu-se de, em caso de quebra do contrato de compra e venda para a venda do hipermercado, realizado entre a Parklake Shopping, SA e o Carrefour Romania SA, efetuar o pagamento de um valor máximo de 4 milhões de euros.
- Em 2015, a Sonae Sierra assumiu o compromisso perante o banco que financiou a entidade Parklake Shopping SA para a construção do centro comercial Parklake de efetuar o pagamento do serviço da dívida até um máximo de 9,3 milhões de euros, no caso de impossibilidade da empresa o efetuar.
- Em dezembro de 2013 a subsidiária Gli Orsi recebeu uma notificação fiscal, na qual é solicitado o pagamento de 19,5 milhões de euros, relativo a Imposto sobre Transmissões de Imóveis no montante de 9,5 milhões de euros e 10 milhões de euros relativo a penalidades e juros, acrescido de gastos a incorrer com honorários no montante de 0,9 milhões de euros. De acordo a opinião do especialista fiscal contratado pela Empresa para assessorar o Grupo neste processo existem razões válidas para considerar a solicitação infundada, pelo que o

Grupo apelou para o Supremo Tribunal. No caso concreto das penalidades requeridas pelas autoridades fiscais, o especialista fiscal é da opinião que as mesmas não serão devidas. Em 2013 a Sonae Sierra reconheceu nas suas contas o custo de 10,4 milhões de euros (referente ao Imposto sobre Transmissões de Imóveis 9,5 milhões de euros e aos honorários 0,9). Em 2016, a Sonae Sierra assumiu o compromisso perante o banco ING Bank N. V. (Milão) que financia a entidade Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl de efetuar o pagamento destas dívidas fiscais que possam vir a ser devidas até um máximo de 25 milhões de euros, no caso de impossibilidade da empresa o efetuar.

- Entre 2008-2015 a Sonae Sierra recebeu notificações fiscais referentes à dedutibilidade dos encargos financeiros para os anos de 2005, 2008, 2009, 2010 e 2011 no montante de 9,3 milhões de euros. Sobre estas notificações foram apresentadas reclamações pela Sonae Sierra tendo sido prestadas garantias do mesmo valor pela subsidiária Sierra Investments SGPS S.A. à Administração Fiscal Portuguesa. Não foi registada pela Sonae Sierra nenhuma provisão por ser entendimento que o risco desta contingência não é provável. O facto de a Sonae Sierra ter recebido em 2015 e 2017 decisões favoráveis (tribunal em sede de 2ª instância e de 1ª instância, respetivamente para 2015 e 2017) relativamente à dedutibilidade dos encargos financeiros incorridos no ano de 2004 e 2009, comprova a avaliação efetuada pela Sonae Sierra sobre estas contingências.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas pelo Grupo a terceiros:

Valores em milhares de euros	31 dez 2017	31 dez 2016
Garantias prestadas		
por processos fiscais em curso	1,927	2,775
por processos judiciais em curso	-	74
por bom cumprimento da construção de vários projetos	1,271	1,180
por bom cumprimento do reembolso das prestações do contrato de promessa de compra e venda com o Carrefour Romania	15,978	15,978
outras garantias	398	409

Relativamente às garantias bancárias referentes a processos fiscais, não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco dos mesmos não é provável.

## b) Compromissos assumidos com a alienação de participadas sujeita a revisões de preço

No âmbito da alienação de 49,9% das ações da Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. (Sierra BV) a um grupo de Investidores, ocorrida em 2003, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV, desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra às Luxcos ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na Sierra BV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 105,8 milhões de euros;
- no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 52,9 milhões de euros;



- (iii) no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV (“Net Asset Value”).

Compromissos semelhantes foram assumidos pela Sonae Sierra em relação às sociedades transferidas para a Sierra BV após 2003 e também em relação à CBRE aquando da alienação de 50% do Vasco da Gama àquela entidade.

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foi acordado que a Sierra BV existiria por um período de 10 anos (que acabaram em outubro de 2013), os quais poderiam ser estendidos por dois períodos adicionais de 1 ano, a contar a partir de 2013. Em setembro de 2013, todos os acionistas da Sierra BV aprovaram uma alteração desses acordos relativamente à continuação das operações por um período de até mais 5 anos, a findar em outubro de 2018. Em 2018, os acionistas da Sierra BV acordaram em agendar uma série de reuniões a serem realizadas em cada um dos ativos core – Colombo, Norteshopping, Vasco da Gama, Cascaishopping e Plaza Mayor – para definir em mais detalhe a estratégia de longo prazo, tendo em vista um acordo para uma futura extensão da operação do Fundo. O Grupo continua a analisar várias alternativas de alienação das propriedades detidas pela Sierra BV, mas não existem intenções de proceder a vendas forçadas.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas do SPF, aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o SPF existiria por um período de 10 anos (que terminarão em 2018), sendo que a partir de 2014, os acionistas (não Sonae Sierra) têm a opção de redimir as suas ações, desde que cumpridas algumas condições. O Grupo não tem, contudo, conhecimento de qualquer intenção nesse sentido por parte dos acionistas do SPF. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 2020.

É entendimento da Sonae Sierra que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

## Grupo ZOPT

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT (empreendimento conjunto que controla a NOS) e da NOS a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são incorporadas nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6 e Nota 11).

### a) Provisões do Grupo ZOPT

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

- Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária referente ao período de 2008, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Neste sentido, atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Na base desta correção está o entendimento de que o acréscimo efetuado, em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, logo, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos, para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões

referentes aos exercícios de 2008 a 2013. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

- ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da ANACOM em 26 de outubro de 2005, sobre o tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima à NOS SA, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, por deliberação do Conselho de Administração da ANACOM de abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (com fundamento em violação do direito de defesa da NOS SA). Posteriormente, em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base os mesmos factos, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente deduzida contra a NOS SA, e que, em setembro do mesmo ano, veio a culminar na aplicação de uma nova coima à NOS SA, novamente no montante de cerca de 6,5 milhões de euros. Esta decisão foi, por sua vez, impugnada judicialmente pela NOS SA, tendo em maio de 2015 sido proferida sentença absolutória pelo Tribunal de 1ª Instância, que revogou integralmente a decisão condenatória da ANACOM e, bem assim, a coima aplicada. A ANACOM interpôs, na sequência disso, em maio de 2015, recurso da sentença, recurso esse que por decisão sumária de maio de 2017 foi julgado totalmente improcedente pelo Tribunal da Relação de Lisboa, assim confirmando a absolvição total da NOS SA. Nem a ANACOM, nem o Ministério Público recorreram da decisão, tendo o processo transitado em julgado no final de maio de 2017. Durante o exercício de 2017, foi revertida a totalidade da provisão constituída, no montante de 6,5 milhões de euros.

- Prestações acessórias

Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no nº 1 do artigo 58º do Código do IRC (atual artigo 63.º), ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. No que respeita ao período de 2004, o Tribunal pronunciou-se a favor da NOS tendo sido já transitada em julgado a presente decisão (concluído favoravelmente), tendo originado uma reversão de provisões, em 2016, no montante de 1,3 milhões de euros acrescido de juros. Relativamente ao exercício de 2006 e 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido das decisões, aguardando-se a decisão dos processos.

- Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CLSU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada administrativamente pelo governo (isto é, escolhida para prestador do serviço universal de comunicações eletrónicas sem recurso a procedimento concursal). Tal configura uma ilegalidade, aliás, reconhecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da MEO. De acordo com o Artigo 18º da referida Lei nº 35/2012, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está, com efeito, abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode, de acordo com a lei, ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão impugnada pela Empresa. Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação no montante de 18,6 milhões de euros as quais foram devidamente impugnadas pela NOS e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2014 a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação à Empresa no montante de 13 milhões de euros as quais também foram já impugnadas pela NOS e em relação às quais foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2012 e 2013, num montante total de cerca de 26 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, decisão também impugnada pela Empresa. Em dezembro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de 13,6 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

Em outubro de 2016, a ANACOM procedeu à aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos da prestação do serviço universal relativos ao período de janeiro a junho de 2014, assegurado pela MEO, no montante de 7,7 milhões de euros, que a NOS impugnou nos termos habituais, em janeiro de 2017. Em dezembro de 2017, foi notificado à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores o sentido provável de decisão da ANACOM relativo às entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e à fixação dos valores das contribuições referentes aos CLSU a compensar relativos a 2014, o qual prevê para o conjunto dessas empresas uma contribuição no montante de 2,4 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o SU que lhe são exigidas, e que respeitam ao período anterior à designação do prestador de serviço universal por concurso, violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no ordenamento jurídico português. Por estas razões, a NOS continuará a impugnar judicialmente quer a aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos do serviço universal relativo ao período de pré-concurso, quer as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas, sendo convicção do Conselho de Administração de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar neste âmbito.

## **b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt**

- Processos com entidades reguladoras

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas sendo além disso peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. As liquidações referentes ao ano 2017 encontram-se em prazo de impugnação.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS SA: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros e 2017: 9.099 milhares de euros.

- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros; 2010: 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros e 2017: 104 milhares de euros.
- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros e 2017: 187 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira invocam, nomeadamente, i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas, por, esta por efeito de processos judiciais intentados contra esta (incluindo estas mesmas impugnações da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, inequivocamente sujeita à regulação da ANACOM, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos.

Foram proferidas duas únicas sentenças sobre a matéria, a saber, em 18 de dezembro de 2012 e em 29 de setembro de 2017, no âmbito da impugnação da Taxa Anual de 2009 e da impugnação da Taxa Anual de 2012, respetivamente. A primeira sentença julgou procedente a impugnação respetiva, mas tendo apenas por base o vício da falta de audiência prévia e condenando a ANACOM a pagar juros. Dessa decisão, a ANACOM apresentou recurso, mas o Tribunal de recurso, por decisão de julho de 2013, não deu provimento ao mesmo. A segunda sentença julgou também, e por sua vez, procedente a impugnação respetiva, mas desta feita por razões de fundo, anulando o ato impugnado por ilegalidade, com as legais consequências, designadamente impondo a devolução à NOS do tributo pago ainda não devolvido e condenando a ANACOM no pagamento de juros indemnizatórios. Esta decisão foi objeto de recurso pela ANACOM para o Tribunal Central Administrativo -Sul.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a NOS foi notificada, pela ANACOM, da instauração de processo de contraordenação relacionado com comunicações de atualização de preços, no final de 2016. À data, não é possível determinar qual vai ser o âmbito do processo de contraordenação.

- Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2016, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2014. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede de IRC, do IVA e do Imposto de selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 19 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros. Este montante ficou registado, nas contas da NOS, como “Imposto a recuperar” não corrente deduzido de provisão constituída.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

- Ações da MEO contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

Em 2011, a MEO (PT) intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, tendo-se iniciado prova pericial, que o Tribunal veio, entretanto, a julgar sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no final de abril e início de maio, tendo sido proferida sentença em setembro último, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento, não na existência de portabilidades indevidas, mas de mero atraso no envio da documentação. Condenou a NOS ao pagamento de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual apenas a NOS recorreu e que está pendente no Tribunal da Relação de Lisboa.

A MEO (PT) efetuou três notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013, julho de 2015 e março de 2016), três à NOS Açores (março e junho de 2013 e maio de 2016) e três à NOS Madeira (março e junho de 2013 e maio de 2016), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela MEO e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos de portabilidade.

A MEO não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, o valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, o valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.

Em 2011, a NOS SA intentou contra a MEO (PT), no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, já tendo sido notificado às partes o relatório pericial e apresentadas pelas partes as respetivas reclamações/pedidos de esclarecimento aos Senhores Peritos. Paralelamente, foi solicitada pela NOS e aceite pelo Tribunal a realização de perícia económico-financeira, a qual já se iniciou.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto da MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação. Na eventualidade, contudo, da ação ser julgada totalmente improcedente, as custas processuais, da responsabilidade da NOS podem ascender a mais de 1.150 milhares de euros.

- Ação contra a NOS SGPS

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SGPS por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, que pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. Essa ação foi julgada improcedente com fundamento em ilegitimidade passiva da NOS SGPS, decisão que veio a ser confirmada pelos Tribunais superiores e que, entretanto, já transitou em julgado. Posteriormente, a mesma empresa intentou nova ação com base nos mesmos factos, mas desta vez contra a NOS Comunicações. Foi apresentada contestação em setembro de 2016 e realizada a audiência prévia, em maio de 2017, na qual foram indeferidas duas exceções arguidas pela NOS, indeferimentos esses de que a NOS recorreu. A audiência final está agendada para fevereiro de 2018. Sobre a questão de fundo, é convicção do Conselho de Administração da NOS que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo.

- Ações contra a SPORT TV

Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de

março de 2011, especificamente pelo excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença. A NOS contestou a ação, tendo tido lugar audiência prévia no princípio de junho. Na sequência da apresentação, pelas partes ao Tribunal, de propostas de formulação de questões para efeitos de reenvio prejudicial ao TJUE, o Tribunal veio a acolher integralmente as sugestões da NOS.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos seus advogados que acompanham o processo, de que, designadamente por motivos de índole formal, não é provável que a NOS seja diretamente responsabilizada neste processo.

A Cabovisão intentou uma ação contra a Sport TV, na qual pede a esta última uma indemnização por alegados prejuízos decorrentes de abuso de posição dominante, no montante de 18 milhões de euros, mais capital e juros que se vierem a vencer a partir de 31 de dezembro de 2014 e lucros cessantes. O Conselho de Administração da Sport TV e os seus advogados que acompanham o processo preveem um desfecho favorável do mesmo, não se estimando impactos nas contas, para além dos que já se encontram registados.

- Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de dezembro de 2017, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores destas indemnizações faturadas ascende a um total de 71.799 milhares de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 1.540 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida aquando da faturação.

- Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2017, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37 milhões de euros e 29,9 milhões de euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira e Segunda Instâncias o resultado foi totalmente favorável à NOS SA. Não obstante, a MEO voltou a recorrer desta decisão, primeiro para o Supremo Tribunal de Justiça e depois, em dois recursos diferentes para o Tribunal Constitucional. Todos os recursos foram julgados improcedentes, estando em curso no que respeita aos dois últimos o prazo para o trânsito em julgado.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo ZOPT estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

### **c) Outros Compromissos do Grupo Zopt**

Em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. relativo aos direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica Tv. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Também em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. para a cessão dos seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos direitos mencionados em 4) com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 9 épocas.

Durante o ano de 2016, foram ainda celebrados contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) C. D. Tondela – Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Clube Futebol União da Madeira, Futebol, SAD

- 3) Grupo Desportivo de Chaves – Futebol, SAD
- 4) Sporting Clube da Covilhã Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Clube Desportivo Feirense Futebol, SAD
- 6) Sport Clube de Freamunde Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube Olhanense Futebol, SAD
- 8) Futebol Clube de Penafiel, SDUQ, Lda
- 9) Portimonense Futebol, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 3 épocas desportivas.

Em maio de 2016, a NOS e a Vodafone acordaram na disponibilização recíproca, por várias épocas desportivas, de conteúdos desportivos (nacionais e internacionais) detidos pelas empresas, tendo como objetivo assegurar a ambas as empresas a disponibilização dos direitos de transmissão dos jogos em casa dos clubes, bem como dos direitos de transmissão e distribuição de canais de desporto e de canais de clubes, cujos direitos sejam detidos por cada uma das partes em cada momento. O acordo produziu os seus efeitos logo a partir da época desportiva 16/17, garantindo que os clientes da NOS e da Vodafone podem ter acesso ao canal do Benfica e aos jogos do Benfica em casa, independentemente do canal onde estes jogos sejam transmitidos.

Tendo em conta a possibilidade que o acordo celebrado previa de se alargar aos outros operadores, em julho de 2016 a MEO e a Cabovisão aderiram ao mesmo, pondo designadamente fim à falta de disponibilização na grelha da NOS do Porto Canal e garantindo que todos os clientes de televisão paga em Portugal podem ter acesso a todos os conteúdos desportivos relevantes, independentemente do operador de telecomunicações que utilizem.

No âmbito do acordo celebrado com os restantes operadores, como contrapartida pela disponibilização recíproca dos direitos, os custos globais são repartidos de acordo com as receitas retalhistas de telecomunicações e as quotas de mercado de Pay Tv.

Os cash-flows estimados resumem-se como segue:

Épocas	2017/18	Seguintes
Cash-flows estimados com os contratos celebrados pela NOS com as sociedades desportivas*	50,1 milhões de euros	1.098 milhões de euros
Cash-flows estimados da NOS, para os contratos celebrados pela NOS (líquidos dos montantes debitados aos operadores) e para os contratos celebrados pelos restantes operadores.	22,5 milhões de euros	624 milhões de euros

\*Inclui direitos de transmissão de jogos e canais, publicidade e outros.

## 48 Apresentação da demonstração consolidada de resultados

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.



Os Resultados indiretos incluem os resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, Underlying EBITDA e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	31 dez 2017			31 dez 2016 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.710.151.936	-	5.710.151.936	5.329.491.616	-	5.329.491.616
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	130.748	-	130.748	1.864.330	1.762.005	102.325
Imparidades (nota 11)	(2.843.436)	(2.843.436)	-	-	-	-
Outros	1.053.113	1.111.019	(57.906)	13.690.691	-	13.690.691
Outros proveitos						
Reversão de perdas por imparidade	3.282.503	-	3.282.503	9.204.743	-	9.204.743
Reversão de provisões para extensões de garantia	1.737.441	-	1.737.441	-	-	-
Outros	773.923.702	-	773.923.702	697.649.277	-	697.649.277
<b>Total de proveitos</b>	<b>6.487.436.007</b>	<b>(1.732.417)</b>	<b>6.489.168.424</b>	<b>6.051.900.657</b>	<b>1.762.005</b>	<b>6.050.138.652</b>
<b>Total de gastos</b>	<b>(6.149.046.342)</b>	<b>(1.123.135)</b>	<b>(6.147.923.207)</b>	<b>(5.729.127.594)</b>	<b>(1.056.883)</b>	<b>(5.728.070.711)</b>
Amortizações e depreciações	(197.659.331)	-	(197.659.331)	(179.646.000)	-	(179.646.000)
Ganhos e Perdas em ativos tangíveis e intangíveis	(10.534.220)	-	(10.534.220)	(11.787.603)	-	(11.787.603)
Provisões e perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Provisões para extensões de garantia	(1.344.717)	-	(1.344.717)	1.914.139	-	1.914.139
Outras	(9.141.325)	-	(9.141.325)	(15.016.419)	-	(15.016.419)
<b>Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não usuais</b>	<b>119.710.072</b>	<b>(2.855.552)</b>	<b>122.565.624</b>	<b>118.237.180</b>	<b>705.122</b>	<b>117.532.058</b>
Resultados não usuais	2.179.064	-	2.179.064	52.993.486	-	52.993.486
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	(15.681.846)	(15.681.846)	-
Resultados financeiros	(36.017.552)	-	(36.017.552)	(35.370.117)	9.362.943	(44.733.060)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros						
Sonae Sierra	54.487.230	22.177.174	32.310.056	86.809.343	58.361.250	28.448.093
Armilar Venture Funds	8.800.135	8.800.135	-	36.726.300	36.726.300	-
ZOPT	27.234.000	-	27.234.000	17.075.644	-	17.075.644
Outros	(4.170.739)	-	(4.170.739)	(1.979.921)	-	(1.979.921)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>172.222.210</b>	<b>28.121.757</b>	<b>144.100.453</b>	<b>258.810.069</b>	<b>89.473.769</b>	<b>169.336.300</b>
Impostos sobre o rendimento	(16.123.970)	(1.991.482)	(14.132.488)	(26.696.768)	(8.263.418)	(18.433.350)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>156.098.240</b>	<b>26.130.275</b>	<b>129.967.965</b>	<b>232.113.301</b>	<b>81.210.351</b>	<b>150.902.950</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>18.110.829</b>	<b>16.220.165</b>	<b>1.890.664</b>	<b>(2.869.775)</b>	<b>(409.391)</b>	<b>(2.460.384)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>174.209.071</b>	<b>42.350.440</b>	<b>131.858.631</b>	<b>229.243.526</b>	<b>73.551.730</b>	<b>155.691.796</b>
Atribuível aos acionistas	165.753.915	41.467.417	124.286.498	215.073.949	82.197.705	132.876.244
Interesses sem controlo	8.455.156	883.023	7.572.133	6.920.348	(1.396.745)	8.317.093
"Underlying" EBITDA (b)			336.487.249			314.675.012
EBITDA (a)			395.930.294			408.751.930
EBIT (c)			181.877.921			211.506.651

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos da Sonae Sierra, ZOPT e outras participadas) + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;
- (b) “Underlying” EBITDA = EBITDA– efeito do método da equivalência patrimonial – resultados considerados não recorrentes;

- (c) EBIT = EBT - resultado financeiro - dividendos;
- (d) EBT = Resultado direto antes de impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Resultado indireto da Sonae Sierra	22.177.174	58.361.250
Valorização da NOS ao justo valor	-	(15.681.846)
Goodwill negativo reconhecido na aquisição da Armilar Venture Funds, líquido de impostos	-	28.436.582
Ganho na alienação de investimentos financeiros (Nota 11.3)	-	9.362.943
Imparidade em investimentos financeiros (Nota 11.3)	(2.843.436)	(7.249.229)
Dividendos de empreendimentos conjuntos	-	1.762.005
Resultado indireto da Armilar Venture Funds líquido de imposto	6.808.654	-
Operações descontinuadas	16.220.165	(409.391)
Outros	(12.117)	(1.030.584)
<b>Total</b>	<b>42.350.440</b>	<b>73.551.730</b>

O “Underlying EBITDA Direto” e os resultados não usuais podem ser analisados como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
EBITDA direto	395.930.294	408.751.930
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros	(55.373.317)	(43.543.816)
Operações descontinuadas (Nota 5.1)	(1.890.664)	2.460.384
Resultados não usuais		
Mais valias na alienação de ativos fixos	(10.760.430)	(63.144.814)
Mais valia com a alienação da Imoconti	-	(6.389.099)
Outros gastos considerados não recorrentes	8.581.366	16.540.427
	(2.179.064)	(52.993.486)
<b>"Underlying" EBITDA Direto</b>	<b>336.487.249</b>	<b>321.924.241</b>

## 49 Eventos subsequentes

Em 9 de março de 2017 a Sonae, através de uma das suas subsidiárias, assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), retalhista líder no Reino Unido em marcas de desporto, moda e outdoor, e a JD Sprinter Holdings 2010 (JD Sprinter), que previa a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a SDSR – Sports Division SR, SA (Sport Zone). Este MoU estabelecia os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que teria como acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente. Conforme acordo celebrado iniciaram-se procedimentos de determinação dos ativos, passivos e operações a ser objeto desta transação.

Em 14 de setembro de 2017 a Sonae MC Modelo continente SGPS, SA chegou a um acordo com a com a JD Sports Fashion Plc, a Balaico Firaja Invest S.L. e a JD Sprinter Holdings 2010, S.L. (JD Sprinter) que prevê a combinação da JD Sprinter e da Sport Zone nos termos acima descritos. No entanto a concretização desta transação entrava-se sujeita ao cumprimento de condições suspensivas dependentes de terceiros, nomeadamente aprovação por parte da Direção

Geral da Concorrência da Comissão Europeia, a autorização da alteração acionista por parte dos proprietários das lojas locados do negócio Sport Zone bem como das garantias bancárias.

A aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência ocorreu em 18 janeiro de 2018 e o cumprimento das restantes condições suspensivas ocorreu até 31 de janeiro de 2018, data em que o Grupo considerou que se concretizou a transação e a respetiva perda de controlo.

Tendo em consideração as referidas condições suspensivas a Sonae considerou que a 31 de dezembro de 2017 não estão reunidas as condições para considerar a Sport Zone como um ativo detido para venda e considerar a respetiva atividade como descontinuada.

Em 2018, e considerando a perda de controlo na Sport Zone, a Sport Zone e suas participadas deixaram de ser incluídas pelo método de consolidação integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, e passaremos a incluir a participação na nova parceria pelo método da equivalência patrimonial.

Os principais impactos estimados desta transação podem ser analisados como segue:

- Na demonstração da posição financeira:

Valores em euros	Sport Zone e participadas	
	31-jan-18	31 dez 2017
<b>Ativos líquidos</b>		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	54.333.770	54.659.282
Goodwill	3.642.943	3.642.943
Ativos por impostos diferidos	6.878.552	6.593.675
Inventários	53.757.633	54.408.789
Clientes e outros ativos	8.162.466	9.836.456
Caixa e equivalentes de caixa	6.062.386	6.679.540
Financiamentos obtidos MLP	(6.445.557)	(45.948.953)
Passivos por impostos diferidos	(973.004)	(963.072)
Financiamentos obtidos CP	(2.236.375)	(21.619.782)
Fornecedores e outros passivos	(49.235.829)	(52.809.981)
Suprimentos dos accionistas	-	60.883.601
<b>Total de ativos líquidos alienados</b>	<b>73.946.985</b>	<b>75.362.498</b>
Ajuste ao preço	(5.037.587)	
Justo valor de recebimentos futuros estimados	5.000.000	
Ganho na operação	9.533.015	
<b>Justo valor da participação</b>	<b>83.442.413</b>	

- Na demonstração consolidada de resultados serão transferidos para resultados das operações descontinuadas os seguintes valores:

Valores em euros	Sport Zone	
	31 jan 2018	31 dez 2017
Vendas e prestações de serviços	16.510.977	225.204.616
Outros rendimentos	409.024	2.841.993
Custo das vendas	(9.566.671)	(131.701.289)
Fornecimentos e serviços externos	(4.787.791)	(64.999.689)
Outros gastos e perdas	(4.224.728)	(48.798.968)
Resultado financeiro	(25.380)	(1.208.847)
<b>Resultado antes impostos</b>	<b>(1.684.569)</b>	<b>(18.662.184)</b>
Imposto sobre o rendimento	269.048	167.312
<b>Resultado líquido</b>	<b>(1.415.521)</b>	<b>(18.494.872)</b>

## 50 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

## 51 Empresas Filiais incluídas na consolidação

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2017		31 dez 2016	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>Sonae - SGPS, S.A.</b>	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
<b>Sonae MC</b>					
BB Food Service, SA	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Brio - Produtos de Agricultura Biológica, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
Continente Hipermercados, SA	a) Lisboa (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos (Portugal)	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Selecção, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Go Well – Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, SA	a) Lisboa (Portugal)	51,00%	51,00%	-	-
MCCARE – Serviços de Saúde, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Make Notes Design, Lda	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) SK – Skin Health Cosmetics	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
4) Sohi Meat Solutions-Distribuição de Carnes, SA	a) Santarém (Portugal)	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio e Distribuição, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	a) Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ZYEvolution-Invest.Desenv., SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Worten</b>					
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a) Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, SA	a) Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canárias, SL	a) Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Worten - Equipamento para o Lar, SA	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

## Sports & Fashion

5)	Aduanas Caspe, S.L.U.	a)	Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Bright Brands SportsGoods, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
	Comercial Losan Polonia SP Z.O.O	a)	Varsóvia (Polónia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Comercial Losan, S.L.U.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6)	Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%
	Fashion Division, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Global Usebti, S.L.	a)	Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
	Irmãos Vila Nova, SA	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	IVN – Serviços Partilhados, SA	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	IVN Asia Limited	b)	Hong Kong (China)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Losan Colombia, S.A.S	a)	Bogotá (Colombia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Losan Overseas Textile, S.L.	a)	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Losan Rusia	a)	Moscovo (Rússia)	100,00%	100,00%	-	-
	Losan Tekstil Urunleri V e Dis Ticaret, L.S.	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Salsa Canarias	b)	Tenerife (Espanha)	60,00%	30,00%	-	-
	Salsa DE GmbH	b)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa Distribution USA LLC	b)	New York (EUA)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa France, S.A.R.L.	b)	Paris (França)	100,00%	50,00%	99,99%	50,00%
	Salsa Luxembourg, Sàrl	b)	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	b)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sport Zone Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
	Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses (Portugal)	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (México)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Sonae RP</b>						
Arat Inmuebles, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Asprela Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	-	-
Azulino Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia (Portugal)	98,00%	98,00%	97,91%	97,91%
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predilugar- Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%
	Sonaerp - Retail Properties, SA	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	<b>Maxmat</b>						
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	<b>Sonae IM</b>						
	Bright Development Studio, SA	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Bright Ventures Capital SCR	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
7)	Bright Vector I – Fundo Capital de Risco	a)	Lisboa (Portugal)	50,13%	45,10%	-	-
	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia (Portugal)	75,10%	67,56%	75,10%	67,56%
	Inovretail, Lda	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	S21 Sec Brasil, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	99,99%	89,96%	99,99%	89,96%
8)	S21 Sec Ciber Seguridad SA de CV	a)	Cidade do México (México)	-	-	100,00%	89,97%
	S21 Sec Gestion, SA	a)	Navarra (Espanha)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	S21 Sec Information Security Labs, S.L.	a)	Navarra (Espanha)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
8)	S21 Sec México, SA de CV	a)	Cidade do México (México)	-	-	100,00%	89,97%
	S21 Sec SA de CV	a)	Cidade do México (México)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	S21SEC Portugal – Cybersecurity and Intelligence Services, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Saphety – Transacciones Electronicas SAS	a)	Bogota (Colombia)	100,00%	78,27%	100,00%	78,27%
	Saphety Brasil Transações Eletrônicas Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	78,27%	100,00%	78,27%
	Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia (Portugal)	86,99%	78,27%	86,99%	78,27%
	Sonaecom-Cyber Security and Int., SGPS, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Sonaecom - Serviços Partilhados, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Sonaecom - Sistemas de Información España, SL	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia (Portugal)	90,15%	89,97%	90,15%	89,97%
	Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Tecnológica Telecomunicações, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	89,87%	99,99%	89,87%
	We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	89,88%	99,91%	89,88%

	We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Americas, Inc.	a)	Delaware (EUA)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Sydney (Austrália)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México (México)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	We Do Technologies BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
<b>Sonae FS</b>							
9)	Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA	a)	Porto (Portugal)	70,00%	35,00%	70,00%	35,01%
9)	Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	a)	Santa Catarina (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
9)	Herco, Consultoria de Risco, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
9)	HighDome PCC Limited	a)	Valetta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
9)	Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	a)	Porto (Portugal)	60,00%	30,00%	100,00%	50,01%
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9)	Larim Corretora de Resseguros Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	50,00%	99,99%	50,01%
9)	Lazam/mds Correctora Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
	Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9)	MDS África, SGPS, SA	a)	Porto (Portugal)	50,00%	25,00%	50,00%	25,05%
9)	MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
9)	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	a)	Porto (Portugal)	50,01%	25,00%	50,01%	25,01%
9)	MDS Malta Holding Limited	a)	Valetta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
9)	MDS RE – Mediador de resseguros, SGPS, SA	a)	Porto (Portugal)	100,00%	25,00%	100,00%	25,05%
9)	MDS, SGPS, SA	a)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,01%	50,01%
9)	Moneris Seguros - Mediação de Seguros, Lda	a)	Oeiras (Portugal)	60,00%	30,01%	60,00%	30,01%
	SFS – Serviços de Gestão e Marketing, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Financial Services, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Outros</b>							
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
	Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto (Portugal)	100,00%	89,97%	100,00%	89,97%
10)	SCBRASIL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%



Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Center Serviços II, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investimentos, SGPS, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
Sonaecenter Serviços, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC – Modelo Continente SGPS, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae SR Malta Holding Limited	a)	Valetta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SONAESR – Serviços e Logística, SA	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	70,71%	70,71%	70,71%	70,71%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia (Portugal)	100,00%	70,71%	100,00%	70,71%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	70,71%	100,00%	70,71%

\*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

- 1) Filial adquirida no período;
- 2) Ex- MJB Design, Lda;
- 3) Filial constituída no período;
- 4) No dia 3 de janeiro de 2017, foi constituída uma Joint Ventures entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir deste momento, a Sohimeat é consolidada pelo método de equivalência patrimonial;
- 5) Filiais absorvidas por fusão na Comercial Losan, SL;
- 6) Filial fusionada na sociedade SDSR – Sports Division SR, SA;
- 7) Fundo constituído em setembro de 2017;
- 8) Filial fusionada na sociedade S21 Sec SA de CV;
- 9) Em 31 de março de 2017, foi assinado um acordo para alienação de ações da MDS SGPS, SA à IPLF Holding SA e alterado o acordo parassocial, passando a Sonae a deter controlo conjunto sobre a referida filial, este acordo teve a não oposição das entidades que regulamentam a atividade de seguros em junho de 2017, tornando-se efetiva a perda de controlo a partir dessa data (Nota 5.1);
- 10) Ex- Sonae Capital Brasil, Ltda.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

## 52 Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

### 52.1 Empreendimentos conjuntos

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2017		31 dez 2016	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>Sonae MC</b>					
1) Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, SA	Santarém (Portugal)	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%
<b>Sonae Sierra</b>					
2) 3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia (Portugal)	20,00%	10,00%	100,00%	25,05%
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	11,25%	100,00%	11,25%
Aegean Park Constructions Real Estate and Development, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
ALBCC – Albufeirashopping – Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	11,25%	100,00%	11,25%
3) ALBRP Albufeira Retail Park, Lda	Maia (Portugal)	100,00%	5,00%	-	-
3) Albufeira RP (Luxembourg) 1, Sarl	Luxemburgo	100,00%	5,00%	-	-
3) Albufeira RP (Luxembourg) 2, Sarl	Luxemburgo	100,00%	5,00%	-	-
ALEXA Asset GmbH & Co, KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	4,50%	9,00%	4,50%
ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	5,00%	100,00%	5,00%
3) Area Sur Shopping, SL	Madrid (Espanha)	15,00%	7,50%	-	-
ARP Alverca Retail Park, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
4) Axnae Spain Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	-	-
Candotal Spain S.L.U	Madrid (Espanha)	100,00%	5,00%	100,00%	50,00%
Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	28,62%	100,00%	28,62%
5) Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	28,62%
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
6)	Colombo Towers Holding, BV	The Hague (Holanda)	-	-	50,00%	25,00%
	DOC Malaga Holdings S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	DOC Malaga SITECO S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
6)	Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
	Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	5,00%	100,00%	5,00%
	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center	Rio de Janeiro (Brasil)	50,00%	10,34%	50,00%	10,34%
	Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro	Rio de Janeiro (Brasil)	87,61%	15,78%	87,61%	15,78%
	Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
2)	Guimarãeshopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	10,00%	100,00%	25,05%
3)	Haciarrriba – Projetos, Negócios e Promoções, SA	Maia (Portugal)	100,00%	1,88%	-	-
	Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
7)	Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	49,81%	12,48%
	Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA	Amesterdão (Holanda)	10,00%	5,00%	10,00%	5,00%
	Iberian Holdings Spain, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100,00%	5,00%	-	-
	Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Land Retail, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	32,19%	100,00%	32,19%
	Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	LCC – Leiriashopping – Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	11,25%	100,00%	11,25%
	Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	10,00%	5,00%	10,00%	5,00%
	Loop5 Shopping Centre GmbH & Co KG	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	4,50%	9,00%	4,50%
	Loureshopping – Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	50,00%	5,63%	50,00%	5,63%
	Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%

	Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	5,00%	100,00%	5,00%
	Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal (Portugal)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
2)	Maiashopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	10,00%	100,00%	25,05%
	Microcom Doi, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Norte Shopping Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
4)	Olimpo Asset 1, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	1,88%	-	-
3)	Olimpo Asset 2, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	1,88%	-	-
	Olimpo Real Estate Socimi, SA	Madrid (Espanha)	3,75%	1,88%	3,75%	1,88%
	Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Park Avenue Development of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Parklake Shopping, SA	Bucareste (Roménia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada (Portugal)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Sertório Shopping, Ltda	Manaus (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Pátio Uberlândia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plenerg Srl	Bucareste (Roménia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	100,00%	11,25%	100,00%	11,25%
3)	Portitail – Investimentos Imobiliários, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	1,88%	-	-
	Project Guia, SA	Maia (Portugal)	100,00%	5,00%	100,00%	5,00%
	Project Sierra 10 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Project Sierra 11 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 12 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 8, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	5,00%	100,00%	5,00%
	Project Sierra Cúcuta, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Four, SA	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Project Sierra Two, Srl	Bucareste (Roménia)	-	-	100,00%	50,00%
	Proyecto Cúcuta S.A.S	Santiago de Cali (Colombia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Rio Sul – Centro Comercial, SA	Lisboa (Portugal)	50,00%	5,63%	50,00%	5,63%
	River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Serra Shopping – Centro Comercial, SA	Lisboa (Portugal)	50,00%	5,63%	50,00%	5,63%
	Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Sierra Asia Limited	Hong Kong	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Berlin Holding BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	24,50%	49,00 %	24,50%
	Sierra Core Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,05%	50,00%	25,05%
	Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
	Sierra Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra GP, Limited	Guernesey (U.K.)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Management, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Maroc, SARL	Casablanca (Marrocos)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Maroc Services, SARL	Casablanca (Marrocos)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Sierra Parma Project BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	-	-
	Sierra Portugal, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Project Nürnberg BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Real Estate Greece BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Retail Ventures BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Services Holland BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Solingen Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain Malaga Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain – Shopping Centers Services, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Turkey Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danışmanlık Anonim Şirket	Istambul (Turquia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Zenata Project B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Solingen Shopping Center GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra Brasil, SA	São Paulo (Brasil)	66,65%	16,66%	66,65%	16,66%
	Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Luxemburgo	22,50%	11,25%	22,50%	11,25%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
8)	VdG Holding BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia (Portugal)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Weierstadt Shopping BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Zenata Commercial Project, SA	Mohammedia (Marrocos)	11,00%	5,5%	11,00%	5,5%
<b>ZOPT (NOS)</b>						
	Big Picture 2 Films, SA	Oeiras (Portugal)	20,00%	4,69%	20,00%	4,69%
	Big Picture Films, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	4,69%	-	-
	Canal 20 TV, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	11,73%	50,00%	11,73%
	Dreamia Holding BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	11,73%	50,00%	11,73%
	Dreamia Serviços de Televisão, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	11,73%	100,00%	11,73%
9)	East Star Ltd	Port Louis (Mauricias)	-	-	30,00%	7,04%
	Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, SA	Luanda (Angola)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
	Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, SA	Lisboa (Portugal)	99,87%	23,43%	99,87%	23,43%
	Lusomundo Imobiliária 2, SA	Lisboa (Portugal)	99,87%	23,43%	99,87%	23,43%
	Lusomundo Moçambique, Lda	Maputo (Moçambique)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	MSTAR, SA	Maputo (Moçambique)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
	NOS Açores Comunicações, SA	Ponta Delgada (Portugal)	83,82%	19,66%	83,82%	19,66%
	NOS Communications Sàrl	Luxemburgo	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Comunicações, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Inovação, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
3)	NOS Internacional, SGPS, S.A	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	-	-
	NOS Lusomundo Audiovisuais, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Lusomundo Cinemas, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Lusomundo TV, Lda	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Madeira Comunicações, SA	Funchal (Portugal)	77,95%	18,29%	77,95%	18,29%
	NOS SGPS, SA	Lisboa (Portugal)	52,15%	23,46%	52,15%	23,46%
	NOS Sistemas España, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOS Sistemas, SA	Maia (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
	NOSPUB – Publicidade e Conteúdos, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%

NOS Technology – Conceção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Per-Mar – Sociedade de Construções, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA	Lisboa (Portugal)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Sport TV Portugal	Lisboa (Portugal)	25,00%	5,86%	33,33%	7,82%
Teliz Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	23,46%	100,00%	23,46%
Upstar Comunicações, SA	Vendas Novas (Portugal)	30,00%	7,04%	30,00%	7,04%
ZAP Cinemas, SA	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZAP Media, SA	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZAP Publishing, SA	Luanda (Angola)	100,00%	7,04%	100,00%	7,04%
ZOPT, SGPS, SA	Porto (Portugal)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%

#### Sonae IM

Intelligent Big Data, SL	Gipuzcoa (Espanha)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%
--------------------------	--------------------	--------	--------	--------	--------

#### Sonae FS

10)	Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA	Porto (Portugal)	70,00%	35,00%	70,00%	35,01%
11)	Brokerslink Management AG	Zug (Suíça)	20,00%	10,00%	20,00%	10,00%
3)	BUZZEE Insure, Lda	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	-	-
11)	Filhet Allard España Correduria de Seguros S.L.	Madrid (Espanha)	35,00%	17,50%	35,00%	17,50%
11)	Flexben, Lda	Porto (Portugal)	45,00%	22,50%	-	-
10)	Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	Santa Catarina (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
10)	Herco, Consultoria de Risco, SA	Maia (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
10)	HighDome PCC Limited	Valetta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
10)	Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	Porto (Portugal)	60,00%	30,00%	100,00%	50,01%
10)	Larim Corretora de Resseguros Ltda	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	50,00%	99,99%	50,01%
10)	Lazam/mds Correctora Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
10)	MDS África, SGPS, SA	Porto (Portugal)	50,00%	25,00%	50,00%	25,05%
10)	MDS - Corretor de Seguros, SA	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
10)	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Porto (Portugal)	50,01%	25,00%	50,01%	25,01%
10)	MDS Malta Holding Limited	Valetta (Malta)	100,00%	50,00%	100,00%	50,01%
3)	MDS Partners Corretor de Seguros, SA	Porto (Portugal)	100,00%	50,00%	-	-



10)	MDS RE – Mediador de Resseguros, SGPS, SA	Porto (Portugal)	100,00%	25,00%	100,00%	25,05%
10)	MDS, SGPS, SA	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,01%	50,01%
10)	Moneris Seguros - Mediação de Seguros, Lda	Oeiras (Portugal)	60,00%	30,01%	60,00%	30,01%

#### Outros

SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto (Portugal)	50,00%	44,99%	45,00%	40,49%
Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia (Portugal)	50,00%	44,99%	50,00%	44,99%

\*\*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

- No dia 3 de janeiro de 2017, foi constituída uma Joint Ventures entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir deste momento, a Sohimeat é consolidada pelo método de equivalência patrimonial;
- Em dezembro de 2017 o Grupo alienou 30.1% das empresas retendo um interesse minoritário de 20%;
- Filial adquirida no exercício;
- Filial constituída no exercício;
- Filial fusionada na subsidiária Cascaishopping-Centro Comercial, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2017;
- Filial liquidada no exercício;
- A empresa adquiriu a totalidade dos minoritários.
- Ex- Sierra VDG Holding BV;
- Filial dissolvida no exercício;
- Filiais consolidadas pelo método de equivalência patrimonial a partir de junho de 2017 (Nota 5.1);
- Associadas que a partir de junho de 2017, passam a estar incluídas nos empreendimentos conjuntos por via da perda de controlo da MDS.

## 52.2 Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2017		31 dez 2016	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>Sonae MC</b>					
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa (Portugal)	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
1) Sonae S2 Africa Limited	La Valetta (Malta)	30,00%	30,00%	-	-
S2 Mozambique, SA	Maputo (Moçambique)	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%

Ulabox, S.L.	Barcelona (Espanha)	41,89%	41,89%	39,18%	39,18%
<b>Sonae IM</b>					
Armilar Venture Partners – Sociedade de Capital de Risco, SA	Lisboa (Portugal)	35,00%	31,49%	35,00%	31,49%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II	Lisboa (Portugal)	50,74%	45,65%	50,21%	45,17%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III	Lisboa (Portugal)	42,64%	38,36%	41,99%	37,78%
Fundo de Capital de Risco Espirito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização	Lisboa (Portugal)	37,54%	33,77%	37,54%	33,77%
MOVVO, SA	Porto (Portugal)	25,58%	25,58%	25,58%	25,58%
1) Probe.ly	Lisboa (Portugal)	22,88%	20,58%	-	-
2) Secucloud Network GmbH	Hamburgo (Alemanhal)	27,45%	24,70%	-	-
<b>Sonae FS</b>					
3) Brokerslink Management AG	Zug (Suíça)	20,00%	10,00%	20,00%	10,00%
3) Filhet Allard España Correduria de Seguros S.L.	Madrid (Espanha)	35,00%	17,50%	35,00%	17,50%
3) Flexben, Lda	Porto (Portugal)	45,00%	22,50%	-	-
<b>Outros</b>					
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.	Porto (Portugal)	22,75%	22,75%	22,75%	22,75%

\*a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

- 1) Associada constituída no período;
- 2) Associada adquirida no período.
- 3) Associadas que a partir de junho de 2017, passam a estar incluídas nos empreendimentos conjuntos por via da sua estrutura de participação.

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de março de 2018

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do CA e e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administradora Não-Executiva

Tsega Gebreyes, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Dag Johan Skattum, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva



DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS  
Detalhe: Especificar  
para Clarificar

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso (nota 5)	01 jan 2016 Reexpresso (nota 5)
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Ativos fixos tangíveis	6	68.906	65.375	90.243
Ativos intangíveis	7	20	47	2.153
Investimentos em empresas do grupo, associadas e empreendimentos conjuntos	8	3.824.883.407	3.806.520.407	3.851.880.407
Outros investimentos	4, 9	49.880	49.880	52.426
Ativos por impostos diferidos	33	7.755.724	966.895	-
Outros ativos não correntes	4, 10	110.649.867	173.092.867	347.400.000
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>3.943.407.804</b>	<b>3.980.695.471</b>	<b>4.199.425.229</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>				
Clientes	4, 11	531.855	715.428	500.159
Outras dívidas de terceiros	4, 12	28.342.353	41.504.643	44.464.350
Estado e outros entes públicos	13	13.704.653	20.425.842	25.714.649
Outros ativos correntes	4, 14	2.245.319	2.760.665	2.166.828
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	170.739	950.886	390.501
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>44.994.919</b>	<b>66.357.464</b>	<b>73.236.487</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.988.402.723</b>	<b>4.047.052.935</b>	<b>4.272.661.716</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	18	247.276.603	244.211.592	244.211.592
Outras reservas	19	1.042.902.457	1.064.634.250	1.344.393.827
Resultados transitados		101.174.851	146.534.851	(133.137.559)
Resultado líquido do exercício		93.223.270	15.940.218	-
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>3.484.577.181</b>	<b>3.471.320.911</b>	<b>3.455.467.860</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>				
Empréstimos obrigacionistas	4, 21	158.758.711	158.361.552	207.406.442
Empréstimos bancários	4, 21	215.983.190	143.678.553	180.000.000
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>374.741.901</b>	<b>302.040.105</b>	<b>387.406.442</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>				
Empréstimos bancários	4, 21	36.390.000	162.000.000	159.300.000
Fornecedores	4	286.234	545.724	403.764
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	4, 22	77.494.244	38.642.000	201.328.447
Outras dívidas a terceiros	4, 23	3.789.922	53.280.686	42.828.123
Estado e outros entes públicos	13	8.919.178	15.749.775	20.205.511
Outros passivos correntes	4, 24	2.204.063	3.473.734	5.721.569
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>129.083.641</b>	<b>273.691.919</b>	<b>429.787.414</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>3.988.402.723</b>	<b>4.047.052.935</b>	<b>4.272.661.716</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso (nota 5)
Prestações de serviços	28	523.066	479.662
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	29	75.572.196	13.636.853
Rendimentos e ganhos financeiros	30	3.243.663	29.483.595
Outros rendimentos		1.617.563	2.345.021
Fornecimentos e serviços externos	31	(3.574.692)	(3.786.607)
Gastos com o pessoal	32	(1.938.085)	(1.967.496)
Depreciações e amortizações	6, 7	(31.950)	(35.508)
Provisões e perdas por imparidade		-	(1.913)
Gastos e perdas financeiras	30	(7.396.261)	(14.204.643)
Outros gastos e perdas		(587.785)	(792.278)
Resultado antes de impostos		67.427.715	25.156.686
Imposto sobre o rendimento	33	25.795.555	(9.216.468)
Resultado líquido do exercício		93.223.270	15.940.218
Resultados por ação			
Básico	34	0,046612	0,007970
Diluído	34	0,046593	0,007968

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso (nota 5)
Resultado líquido do exercício		93.223.270	15.940.218
Outro rendimento integral do exercício		-	-
<b>Total rendimento integral do exercício</b>		<b>93.223.270</b>	<b>15.940.218</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Outras reservas				Resultados transitados	Resultado líquido	Total
					Reservas de justo valor	Reserva para planos pagamento baseados em ações	Reservas livres	Total reservas			
Saldo em 1 de janeiro de 2016		2.000.000.000	-	244.211.592	260.223.788	958.268	1.343.435.559	1.604.617.615	(279.672.410)	-	3.569.156.797
Efeito da reexpressão		-	-	-	(260.223.788)	-	-	(260.223.788)	146.534.851	-	(113.688.937)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016 - Reexpresso</b>		<b>2.000.000.000</b>	<b>-</b>	<b>244.211.592</b>	<b>-</b>	<b>958.268</b>	<b>1.343.435.559</b>	<b>1.344.393.827</b>	<b>(133.137.559)</b>	<b>-</b>	<b>3.455.467.860</b>
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	15.940.218	15.940.218
Aplicação do resultado de 2015:											
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	(279.672.410)	(279.672.410)	279.672.410	-	-
Cumprimento de obrigação por terceiro	20	-	(1.118.141)	-	-	-	-	-	-	-	(1.118.141)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	20	-	-	-	-	524.900	-	524.900	-	-	524.900
Ações alienadas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	20	-	1.118.141	-	-	(404.600)	(207.467)	(612.067)	-	-	506.074
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reexpresso</b>		<b>2.000.000.000</b>	<b>-</b>	<b>244.211.592</b>	<b>-</b>	<b>1.078.568</b>	<b>1.063.555.682</b>	<b>1.064.634.250</b>	<b>146.534.851</b>	<b>15.940.218</b>	<b>3.471.320.911</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2017		2.000.000.000	-	244.211.592	-	1.078.568	1.063.555.682	1.064.634.250	146.534.851	15.940.218	3.471.320.911
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	93.223.270	93.223.270
Aplicação do resultado de 2016:											
Transferência para reserva legal		-	-	3.065.011	-	-	-	-	-	(3.065.011)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	(58.235.207)	(58.235.207)
Distribuição de reservas livres		-	-	-	-	-	(21.764.793)	(21.764.793)	-	-	(21.764.793)
Transferência para resultados transitados efeito da reexpressão de 2016		-	-	-	-	-	-	-	(45.360.000)	45.360.000	-
Cumprimento de obrigação por terceiro	20	-	(466.211)	-	-	-	-	-	-	-	(466.211)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	20	-	-	-	-	475.900	-	475.900	-	-	475.900
Ações alienadas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	20	-	466.211	-	-	(541.400)	98.500	(442.900)	-	-	23.311
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>2.000.000.000</b>	<b>-</b>	<b>247.276.603</b>	<b>-</b>	<b>1.013.068</b>	<b>1.041.889.389</b>	<b>1.042.902.457</b>	<b>101.174.851</b>	<b>93.223.270</b>	<b>3.484.577.181</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		706.639	264.393
Pagamentos a fornecedores		(3.867.851)	(3.637.472)
Pagamentos ao pessoal		(1.903.085)	(2.125.002)
Fluxos gerados pelas operações		(5.064.297)	(5.498.081)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(14.754.977)	(9.023.787)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		1.511.840	1.388.351
Fluxos das atividades operacionais (1)		(18.307.434)	(13.133.517)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	2.102
Ativos fixos tangíveis		603	2.084
Juros e rendimentos similares		657.501	30.457.232
Dividendos	12, 29	54.809.596	49.555.660
Outros		2.399.600	790.387
Empréstimos concedidos		2.482.084.000	2.646.654.272
		2.539.951.300	2.727.461.737
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(35.456)	(8.536)
Empréstimos concedidos		(2.419.641.000)	(2.451.503.139)
		(2.419.676.456)	(2.451.511.675)
Fluxos das atividades de investimento (2)		120.274.844	275.950.062
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	35	4.813.773.244	5.943.700.455
Outros		-	5.616
		4.813.773.244	5.943.706.071
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	35	(4.828.281.000)	(6.189.686.902)
Juros e gastos similares		(8.229.388)	(16.275.329)
Dividendos		(80.010.413)	-
		(4.916.520.801)	(6.205.962.231)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(102.747.557)	(262.256.160)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(780.147)	560.385
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	950.886	390.501
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	170.739	950.886

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração

# SONAE, SGPS, SA

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

---

### 1. Nota introdutória

---

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

#### 1.1 Alteração da valorização dos investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2017 a Empresa decidiu voluntariamente alterar a política de valorização dos investimentos financeiros deixando de aplicar o IAS 39 e passando a aplicar o IAS 27 conforme descrito em maior detalhe na nota 5.

---

### 2. Principais políticas contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras separadas são as seguintes:

#### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

## **Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras**

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2017, e que se encontram divulgados na nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras anexas dado, na sua maioria não serem aplicáveis às demonstrações financeiras separadas da Empresa.

A emenda à IAS 7 - demonstração de fluxos de caixa IAS - foi aplicada pela primeira vez no corrente exercício. As alterações preconizam a divulgação de informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nos passivos resultantes das atividades de financiamento, independentemente das referidas alterações terem ou não impacto nos fluxos de caixa. Os passivos da Empresa relativos à atividade de financiamento incluem os empréstimos (nota 21) e os empréstimos obtidos de empresas do grupo (nota 22). A conciliação entre os saldos iniciais e finais destas rubricas consta da nota 35.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, bem como normas ainda não aprovadas pela União Europeia, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não se estima virem a implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa, encontrando-se em finalização a análise de possíveis impactos decorrentes da aplicação da IFRS 9. A descrição de tais normas encontra-se igualmente na nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.2 Investimentos em empresas do grupo, associadas e empreendimentos conjuntos**

Os investimentos em partes de capital de empresas do grupo, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa, deduzido do justo valor dos passivos da subsidiária.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao justo valor dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

### **2.3 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

### **2.4 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

### **2.5 Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

### **2.6 Ativos não correntes detidos para venda**

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

### **2.7 Instrumentos financeiros**

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

## a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

#### **b) Empréstimos e contas a receber**

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 4.

#### **c) Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é considerado que o efeito de desconto seria imaterial.

#### **d) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **e) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios,

conforme política definida na nota 2.9. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

#### **f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

#### **g) Instrumentos derivados**

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação ser coberta no início da cobertura;
- Transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afetam diretamente as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os instrumentos de acolhimento não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

#### **h) Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

#### **i) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

#### **j) Método da taxa de juro efetiva**

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

#### **k) Imparidade**

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do investimento.



Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com exceção de ativos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

## **2.8 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

## **2.9 Rédito e especialização dos exercícios**

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

## **2.10 Eventos subsequentes**

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 2.11 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

## 2.12 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

## 2.13 Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo, pelo que, desde 2017, apenas a sociedade dominante releva os montantes correspondentes a tais prejuízos fiscais, sem que dê origem a qualquer fluxo financeiro, sendo certo que até ao exercício anterior (2016) esses prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do grupo eram compensados pela entidade dominante do grupo. Desta forma, o referido efeito é reconhecido como rendimento na Empresa na rubrica de imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são

calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### **2.14 Transações com entidades relacionadas**

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 27.

---

## **3. Gestão de risco financeiro**

---

### **3.1 Introdução**

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

### **3.2 Risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfolio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

### **3.3 Risco de liquidez**

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2017, o total da dívida bruta era de 411 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2016 era de 464 milhões de euros) (nota 21), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 90 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2017 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 4,5 anos (em 31 de dezembro de 2016 era de 4,4 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 381,3 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (395,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). A 31 de dezembro de 2017, o montante de empréstimos com vencimento em 2018 é de 36,4 milhões de euros (162 milhões de euros com vencimento em 2017). Adicionalmente tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2017 encontram-se disponíveis 210,6 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2016 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 139,5 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2017 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na nota 15.

A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

## 3.4 Risco de taxa de juro

### 3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado,

construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;

- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

### **3.4.2 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae

(contas separadas) em 31 de dezembro de 2017 seria inferior em cerca de 1,9 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2016 seria inferior em cerca de 5 milhões euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 75 pontos base superiores, a 31 de dezembro de 2017 não teria impacto (sem impacto em 31 de dezembro de 2016), excluindo o efeito em resultados líquidos.

### 3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

### 3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na nota 8.

## 4. Classes de instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2.7 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros	31 dez 2017					
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Outros investimentos	9	-	49.880	49.880	-	49.880
Outros ativos não correntes	10	110.649.867	-	110.649.867	-	110.649.867
		110.649.867	49.880	110.699.747	-	110.699.747
<b>Ativos correntes</b>						
Clientes	11	531.855	-	531.855	-	531.855
Outras dívidas de terceiros	12	28.342.353	-	28.342.353	-	28.342.353
Outros ativos correntes	14	1.472.606	-	1.472.606	772.713	2.245.319
Caixa e equivalentes de caixa	15	170.739	-	170.739	-	170.739
		30.517.553	-	30.517.553	772.713	31.290.266
		141.167.420	49.880	141.217.300	772.713	141.990.013



31 dez 2016 Reexpresso						
Ativos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Outros investimentos	9	-	49.880	49.880	-	49.880
Outros ativos não correntes	10	173.092.867	-	173.092.867	-	173.092.867
		173.092.867	49.880	173.142.747	-	173.142.747
<b>Ativos correntes</b>						
Clientes	11	715.428	-	715.428	-	715.428
Outras dívidas de terceiros	12	41.504.643	-	41.504.643	-	41.504.643
Outros ativos correntes	14	2.041.758	-	2.041.758	718.907	2.760.665
Caixa e equivalentes de caixa	15	950.886	-	950.886	-	950.886
		45.212.715	-	45.212.715	718.907	45.931.622
		218.305.582	49.880	218.355.462	718.907	219.074.369

31 dez 2017					
Passivos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos obrigacionistas	21	158.758.711	158.758.711	-	158.758.711
Empréstimos bancários	21	215.983.190	215.983.190	-	215.983.190
		374.741.901	374.741.901	-	374.741.901
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	21	36.390.000	36.390.000	-	36.390.000
Fornecedores		286.234	286.234	-	286.234
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	22	77.494.244	77.494.244	-	77.494.244
Outras dívidas a terceiros	23	3.789.922	3.789.922	-	3.789.922
Outros passivos correntes	24	2.204.063	2.204.063	-	2.204.063
		120.164.463	120.164.463	-	120.164.463
		494.906.364	494.906.364	-	494.906.364

31 dez 2016 Reexpresso					
Passivos Financeiros	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos obrigacionistas	21	158.361.552	158.361.552	-	158.361.552
Empréstimos bancários	21	143.678.553	143.678.553	-	143.678.553
		302.040.105	302.040.105	-	302.040.105
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	21	162.000.000	162.000.000	-	162.000.000
Fornecedores		545.724	545.724	-	545.724
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	22	38.642.000	38.642.000	-	38.642.000
Outras dívidas a terceiros	23	53.280.686	53.280.686	-	53.280.686
Outros passivos correntes	24	3.473.734	3.473.734	-	3.473.734
		257.942.144	257.942.144	-	257.942.144
		559.982.249	559.982.249	-	559.982.249

## 5. Alterações de políticas contabilísticas

Como referido na nota 1.1 a Empresa procedeu a alteração do método de valorização dos investimentos financeiros de justo valor para custo histórico deduzido de eventuais perdas de imparidade.

A referida alteração justifica-se tendo em consideração que, com base na análise efetuada, essa é a política comumente utilizada por entidades holding para efeitos de mensuração dos seus investimentos financeiros e tendo em consideração que os princípios que presidiam à definição da política contabilística, nomeadamente as subsidiárias serem empresas cotadas, já não se verificam.

Os impactos desta alteração são como se segue:

Demonstrações separadas da posição financeira	31 dez 2016			01 jan 2016		
	Antes da reexpressão	Reexpressão	Após reexpressão	Antes da reexpressão	Reexpressão	Após reexpressão
<b>ATIVO</b>						
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>						
Ativos fixos tangíveis	65.375	-	65.375	90.243	-	90.243
Ativos intangíveis	47	-	47	2.153	-	2.153
Investimentos em empresas do grupo, associadas e empreend. conjuntos	4.124.887.745	(318.367.338)	3.806.520.407	3.965.569.344	(113.688.937)	3.851.880.407
Outros investimentos	49.880	-	49.880	52.426	-	52.426
Ativos por impostos diferidos	966.895	-	966.895	-	-	-
Outros ativos não correntes	173.092.867	-	173.092.867	347.400.000	-	347.400.000
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>4.299.062.809</b>	<b>(318.367.338)</b>	<b>3.980.695.471</b>	<b>4.313.114.166</b>	<b>(113.688.937)</b>	<b>4.199.425.229</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>						
Clientes	715.428	-	715.428	500.159	-	500.159
Outras dívidas de terceiros	41.504.643	-	41.504.643	44.464.350	-	44.464.350
Estado e outros entes públicos	20.425.842	-	20.425.842	25.714.649	-	25.714.649
Outros ativos correntes	2.760.665	-	2.760.665	2.166.828	-	2.166.828
Caixa e equivalentes de caixa	950.886	-	950.886	390.501	-	390.501
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>66.357.464</b>	<b>-</b>	<b>66.357.464</b>	<b>73.236.487</b>	<b>-</b>	<b>73.236.487</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.365.420.273</b>	<b>(318.367.338)</b>	<b>4.047.052.935</b>	<b>4.386.350.653</b>	<b>(113.688.937)</b>	<b>4.272.661.716</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>						
Capital social	2.000.000.000	-	2.000.000.000	2.000.000.000	-	2.000.000.000
Reservas legais	244.211.592	-	244.211.592	244.211.592	-	244.211.592
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	1.484.176.439	(419.542.189)	1.064.634.250	1.604.617.615	(260.223.788)	1.344.393.827
Resultados transitados	-	146.534.851	146.534.851	-	146.534.851	146.534.851
Resultado líquido do exercício	61.300.218	(45.360.000)	15.940.218	(279.672.410)	-	(279.672.410)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3.789.688.249</b>	<b>(318.367.338)</b>	<b>3.471.320.911</b>	<b>3.569.156.797</b>	<b>(113.688.937)</b>	<b>3.455.467.860</b>
<b>PASSIVO:</b>						
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>						
Empréstimos obrigacionistas	158.361.552	-	158.361.552	207.406.442	-	207.406.442
Empréstimos bancários	143.678.553	-	143.678.553	180.000.000	-	180.000.000
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>302.040.105</b>	<b>-</b>	<b>302.040.105</b>	<b>387.406.442</b>	<b>-</b>	<b>387.406.442</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>						
Empréstimos bancários	162.000.000	-	162.000.000	159.300.000	-	159.300.000
Fornecedores	545.724	-	545.724	403.764	-	403.764
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	38.642.000	-	38.642.000	201.328.447	-	201.328.447
Outras dívidas a terceiros	53.280.686	-	53.280.686	42.828.123	-	42.828.123
Estado e outros entes públicos	15.749.775	-	15.749.775	20.205.511	-	20.205.511
Outros passivos correntes	3.473.734	-	3.473.734	5.721.569	-	5.721.569
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>273.691.919</b>	<b>-</b>	<b>273.691.919</b>	<b>429.787.414</b>	<b>-</b>	<b>429.787.414</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>4.365.420.273</b>	<b>(318.367.338)</b>	<b>4.047.052.935</b>	<b>4.386.350.653</b>	<b>(113.688.937)</b>	<b>4.272.661.716</b>

Os impactos ao nível da demonstração da posição financeira justificam-se pela anulação dos efeitos positivos da mensuração a justo valor dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, líquido das situações em que é aceitável a reversão de imparidades registadas sobre investimentos da mesma categoria e cuja reversão não era permitida no âmbito do IAS 39.

Demonstrações separadas dos resultados	31 dez 2016		
	Antes da reexpressão	Reexpressão	Após reexpressão
Prestações de serviços	479.662	-	479.662
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	58.996.853	(45.360.000)	13.636.853
Rendimentos e ganhos financeiros	29.483.595	-	29.483.595
Outros rendimentos	2.345.021	-	2.345.021
Fornecimentos e serviços externos	(3.786.607)	-	(3.786.607)
Gastos com o pessoal	(1.967.496)	-	(1.967.496)
Depreciações e amortizações	(35.508)	-	(35.508)
Provisões e perdas por imparidade	(1.913)	-	(1.913)
Gastos e perdas financeiras	(14.204.643)	-	(14.204.643)
Outros gastos e perdas	(792.278)	-	(792.278)
Resultado antes de impostos	70.516.686	(45.360.000)	25.156.686
Imposto sobre o rendimento	(9.216.468)	-	(9.216.468)
Resultado líquido do exercício	61.300.218	(45.360.000)	15.940.218
Resultados por ação			
Básico	0,030651	(0,022680)	0,007970
Diluído	0,030642	(0,022674)	0,007968

A 31 de dezembro de 2016 constatou-se uma perda por imparidade para a participação financeira na Sontel, BV (tendo sido registada uma reversão de imparidade a 1 de janeiro de 2016).

O valor líquido de imparidades em 1 de janeiro de 2016, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 encontra-se divulgado na nota 8.

Demonstrações separadas do resultado líquido e do outro rendimento integral	31 dez 2016		
	Antes da reexpressão	Reexpressão	Após reexpressão
Resultado líquido do exercício	61.300.218	(45.360.000)	15.940.218
Variação no justo valor dos ativos disponíveis para venda	159.318.401	(159.318.401)	-
Outro rendimento integral do exercício	159.318.401	(159.318.401)	-
Total rendimento integral do exercício	220.618.619	(204.678.401)	15.940.218

## 6. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 reexpresso	132.742	194.768	1.651.037	723	-	1.979.270
Aumentos	-	3.690	761	-	4.085	8.536
Diminuições	-	(177.637)	(2)	-	-	(177.639)
Transferências / abates	-	-	4.085	-	(4.085)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	132.742	20.821	1.655.881	723	-	1.810.167
Aumentos	-	-	27.615	-	7.841	35.456
Diminuições	-	-	(1.398)	-	-	(1.398)
Transferências / abates	1.601	-	6.240	-	(7.841)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	134.343	20.821	1.688.338	723	-	1.844.225
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 reexpresso	78.752	194.768	1.614.784	723	-	1.889.027
Aumentos	13.229	615	19.558	-	-	33.402
Diminuições	-	(177.637)	-	-	-	(177.637)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	91.981	17.746	1.634.342	723	-	1.744.792
Aumentos	12.748	3.075	16.100	-	-	31.923
Diminuições	-	-	(1.396)	-	-	(1.396)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	104.729	20.821	1.649.046	723	-	1.775.319
<b>Valor líquido</b>						
A 31 de dezembro de 2016 reexpresso	40.761	3.075	21.539	-	-	65.375
A 31 de dezembro de 2017	29.614	-	39.292	-	-	68.906

## 7. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Total ativos intangíveis
<b>Ativo bruto</b>			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 reexpresso	187.305	2.837	190.142
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	187.305	2.837	190.142
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	187.305	2.837	190.142
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016 reexpresso	185.247	2.742	187.989
Aumentos	2.058	48	2.106
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	187.305	2.790	190.095
Aumentos	-	27	27
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	187.305	2.817	190.122
<b>Valor líquido</b>			
A 31 de dezembro de 2016 reexpresso	-	47	47
A 31 de dezembro de 2017	-	20	20

## 8. Investimentos em empresas do grupo, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo, associadas e empreendimentos conjuntos era o seguinte:

Empresa	31 dez 2017					
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	19,60%	30.000.544	-	-	-	30.000.544
Sonae Investimentos, SGPS, SA	25,03%	532.246.696	-	-	-	532.246.696
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	1.232.059	-	-	249.000	1.481.059
Sonae Sierra SGPS, SA	50,00%	490.113.339	-	-	-	490.113.339
Sonaecom, SGPS, SA	26,02%	111.098.824	-	-	-	111.098.824
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	1.530.231.545	-	-	6.990.000	1.537.221.545
Sontel, BV	35,87%	275.631.099	-	-	11.124.000	286.755.099
<b>Total</b>		<b>3.806.520.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.363.000</b>	<b>3.824.883.407</b>

Empresa	31 dez 2016 Reexpresso					
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo final
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	19,60%	30.000.544	-	-	-	30.000.544
Sonae Investimentos, SGPS, SA	25,03%	532.246.696	-	-	-	532.246.696
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	1.082.059	-	-	150.000	1.232.059
Sonae Sierra SGPS, SA	50,00%	490.113.339	-	-	-	490.113.339
Sonaecom, SGPS, SA	26,02%	111.098.824	-	-	-	111.098.824
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	1.496.231.545	-	-	34.000.000	1.530.231.545
Sontel, BV	35,87%	355.141.099	-	-	(79.510.000)	275.631.099
<b>Total</b>		<b>3.851.880.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(45.360.000)</b>	<b>3.806.520.407</b>

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contábilística referida em 2.7 k) e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuadas por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

Os pressupostos utilizados correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A imparidade acumulada a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como se segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso	01 jan 2016 Reexpresso
Sonae RE, SA	2.191.000	2.440.000	2.590.000
Sonaecenter Serviços, SA	300.010.000	307.000.000	341.000.000
Sontel, BV	118.886.000	130.010.000	50.500.000
<b>Total</b>	<b>421.087.000</b>	<b>439.450.000</b>	<b>394.090.000</b>

## 9. Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos outros investimentos era o seguinte:

Empresa	31 dez 2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
<b>Total</b>	<b>49.880</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.880</b>

Empresa	31 dez 2016 Reexpresso			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	2.546	-	(2.546)	-
<b>Total</b>	<b>52.426</b>	<b>-</b>	<b>(2.546)</b>	<b>49.880</b>

## 10. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	110.649.867	173.092.867
	<b>110.649.867</b>	<b>173.092.867</b>

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo a 31 de dezembro de 2017 vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.7.

## 11. Clientes

O saldo de clientes, respetivamente 531.855 euros e 715.428 euros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

## 12. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Empresas do grupo		
Juros	2.630.955	44.793
Sonae Investments, BV	2.630.955	44.793
Impostos - RETGS	25.532.297	41.289.044
Outros devedores		
Outros	179.101	170.806
	<b>28.342.353</b>	<b>41.504.643</b>

O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

## 13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

Saldos devedores	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Pagamentos por conta	8.172.423	8.400.836
Retenções na fonte	3.738.704	10.687.395
Outros	1.793.526	1.337.611
	<b>13.704.653</b>	<b>20.425.842</b>

Saldos credores	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Imposto estimado	8.737.183	15.574.542
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	24.988	20.810
Outros rendimentos	3.750	9.268
Imposto sobre o valor acrescentado	137.119	129.113
Contribuições para a segurança social	16.138	16.042
	<b>8.919.178</b>	<b>15.749.775</b>

O valor inscrito na rubrica de imposto estimado corresponde à estimativa de imposto sobre o rendimento apurado pelo grupo de sociedades tributadas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades de que a Empresa é dominante.

---

## 14. Outros ativos correntes

---

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Acréscimos de rendimentos	1.472.606	2.041.758
Gastos diferidos	772.713	718.907
	2.245.319	2.760.665

O valor registado na rubrica de acréscimos de rendimentos corresponde à especialização de juros relativos a empréstimos concedidos e comissões de fianças prestadas a participadas.

---

## 15. Caixa e equivalentes de caixa

---

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Numerário	953	2.233
Depósitos bancários	169.786	948.653
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	170.739	950.886
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	170.739	950.886

---

## 16. Capital social

---

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

---

## 17. Ações próprias

---

A 31 de dezembro de 2017 a Sonae não detém direta ou indiretamente ações próprias.

---

## 18. Reservas legais

---

A Sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais.



## 19. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Reservas livres	1.041.889.389	1.063.555.682
Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 20)	1.013.068	1.078.568
	1.042.902.457	1.064.634.250

Os movimentos ocorridos em 2017 e em 2016 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

## 20. Responsabilidade por pagamento baseado em ações

A Sonae concedeu em 2017 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, ao Conselho de Administração prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o Administrador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31 dez 2017		31 dez 2016 Reexpresso	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2013	2014	2017	-	-	2	472.175
Plano 2014	2015	2018	2	400.869	2	368.547
Plano 2015	2016	2019	2	336.710	2	345.689
Plano 2016	2017	2020	2	480.838	-	-

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Plano 2013	2014	2017	541.400	-	412.681
Plano 2014	2015	2018	578.200	451.378	322.110
Plano 2015	2016	2019	455.100	379.135	302.132
Plano 2016	2017	2020	394.400	541.424	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número de ações	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Saldo inicial	1.186.411	1.693.650
Movimento do exercício:		
Atribuídas	435.320	469.176
Vencidas	(497.027)	(769.166)
Cancelados / Extintos / Ajustados	93.713	(207.249)
<b>Saldo final</b>	<b>1.218.417</b>	<b>1.186.411</b>

Em valor	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Valor registrado em gastos com pessoal do exercício	475.900	524.900
Valor registrado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	537.168	553.668
	<b>1.013.068</b>	<b>1.078.568</b>

## 21. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Obrigações Sonae, SGPS 2015/2022	100.000.000	100.000.000
Obrigações Sonae, SGPS 2016/2023	60.000.000	60.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(1.241.289)	(1.638.448)
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>	<b>158.758.711</b>	<b>158.361.552</b>
Sonae SGPS - Papel comercial	166.250.000	144.000.000
Sonae SGPS - empréstimos bancários	50.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(266.810)	(321.447)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>215.983.190</b>	<b>143.678.553</b>
<b>Empréstimos não correntes</b>	<b>374.741.901</b>	<b>302.040.105</b>
Sonae SGPS - Papel comercial	36.390.000	162.000.000
Empréstimos bancários	36.390.000	162.000.000
<b>Empréstimos correntes</b>	<b>36.390.000</b>	<b>162.000.000</b>

A maior parte dos empréstimos estão indexados a taxas variáveis. Estima-se que o valor contábilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

## Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:

	31 dez 2017		31 dez 2016 Reexpresso	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	36.390.000	4.185.658	162.000.000	3.735.801
N+2	4.000.000	4.162.803	-	3.483.874
N+3	76.750.000	4.079.569	-	3.487.627
N+4	83.000.000	3.309.021	55.000.000	3.481.854
N+5	113.000.000	2.135.533	59.000.000	2.942.644
após N+5	99.500.000	967.039	190.000.000	2.535.039

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de dezembro.

A 31 de dezembro de 2017 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

Ao abrigo das linhas de crédito e programas de papel comercial com compromissos firmes, a Sonae mantinha 190,6 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

	31 dez 2017		31 dez 2016 Reexpresso	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	145.000.000	216.250.000	211.500.000	184.000.000
Montante de linhas disponíveis	140.610.000	50.000.000	49.500.000	90.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média 1,01% (0,95% em 31 de dezembro de 2016).

## 22. Empréstimos obtidos de empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
	Sontel, BV	20.030.244
Sonae RE, SA	1.199.000	1.596.000
Sonaecenter Serviços, SA	56.265.000	32.792.000
	77.494.244	38.642.000

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor.

## 23. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Empresas do grupo		
Impostos - RETGS	3.690.603	53.092.883
Acionistas	97.223	107.636
Outros	2.096	80.167
	<b>3.789.922</b>	<b>53.280.686</b>

## 24. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	498.616	497.092
Juros a liquidar	792.064	2.141.837
Outros	913.383	834.805
	<b>2.204.063</b>	<b>3.473.734</b>

## 25. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	146.570.558	142.932.296
por processos judiciais em curso	70.766	70.766
Fianças prestadas favor de subsidiárias (a)	375.078.359	386.112.500

- a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2014. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

## 26. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	262.561	259.653
N+1	21.533	2.236
N+2	21.533	-
N+3	21.533	-
N+4	21.533	-
N+5	16.150	-
	<b>364.843</b>	<b>261.889</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 267.378 euros (280.041 euros em 31 de dezembro de 2016) relativo a contratos de locação operacional.

## 27. Entidades relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

Saldos	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Empresas subsidiárias	29.929.831	52.150.959
Empresas controladas conjuntamente	218.605	420.628
Outras partes relacionadas	98.000	98.000
Contas a receber	30.246.436	52.669.587
Empresa mãe	512.593	688.281
Empresas subsidiárias	4.241.261	63.662.351
Empresas controladas conjuntamente	-	85
Outras partes relacionadas	6.941	6.615
Contas a pagar	4.760.795	64.357.332
Empresas subsidiárias	110.649.867	173.092.867
Empréstimos concedidos	110.649.867	173.092.867
Empresas subsidiárias	77.494.244	38.642.000
Empréstimos obtidos	77.494.244	38.642.000

Transações	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Empresas subsidiárias	1.743.261	2.379.371
Empresas controladas conjuntamente	223.066	219.662
Outras partes relacionadas	100.000	100.000
Prestação de serviços e outros rendimentos	2.066.327	2.699.033
Empresa mãe	540.705	716.561
Empresas subsidiárias	1.337.149	1.495.434
Empresas controladas conjuntamente	-	85
Outras partes relacionadas	42.206	14.396
Compras e serviços recebidos	1.920.060	2.226.476
Empresas subsidiárias	3.243.663	29.479.647
Juros auferidos	3.243.663	29.479.647
Empresa mãe	-	56.341
Empresas subsidiárias	1.099.011	4.121.493
Juros suportados	1.099.011	4.177.834
Empresas subsidiárias	17.418.496	25.007.590
Empresas controladas conjuntamente	37.391.100	12.355.320
Dividendos (Nota 29)	54.809.596	37.362.910
Empresas subsidiárias	2.399.600	790.388
Rendimentos unidades de participação	2.399.600	790.388
Empresas subsidiárias	-	368.244.000
Alienação obrigações	-	368.244.000

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA (empresa mãe) e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA (outras partes relacionadas).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 tem a seguinte composição:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Benefícios a curto prazo	1.309.500	1.274.000
Benefícios com base em ações	425.100	394.400
	1.734.600	1.668.400

Em 2017 e 2016, não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

## 28. Prestações de serviços

Os montantes de 523.066 euros e 479.662 euros relativos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respeitam a serviços prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

## 29. Ganhos ou perdas relativos a investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Dividendos (Nota 27)	54.809.596	37.362.910
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	-	20.843.555
Perdas de imparidade (Nota 8)	-	(79.510.000)
Reversão perdas de imparidade (Nota 8)	18.363.000	34.150.000
Rendimentos unidades de participação	2.399.600	790.388
	<b>75.572.196</b>	<b>13.636.853</b>

Os dividendos foram atribuídos pelas filiais Sonae Investimentos, SGPS, SA (11.123.853 euros), Sonaegest, SA (55.875 euros), Sonae Sierra, SGPS, SA (37.391.100 euros) e Sonaecom SGPS, SA (6.238.768 euros).

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica ganhos / (perdas) na alienação de investimentos corresponde essencialmente ao ganho na alienação de obrigações Sonae Investimentos (20.844.000 euros).

## 30. Ganhos ou perdas financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(2.177.490)	(3.046.673)
Relativos a obrigações não convertíveis	(2.137.348)	(3.226.578)
Outros	(1.099.011)	(4.177.834)
Encargos com emissão de dívida	(1.827.820)	(3.634.005)
Outros gastos e perdas financeiras	(154.592)	(119.553)
<b>Gastos e perdas financeiras</b>	<b>(7.396.261)</b>	<b>(14.204.643)</b>
Juros obtidos	3.243.663	29.483.595
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>	<b>3.243.663</b>	<b>29.483.595</b>

## 31. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Rendas e alugueres	425.914	439.024
Trabalhos especializados	2.131.031	2.119.047
Outros fornecimentos e serviços	1.017.747	1.228.536
	<b>3.574.692</b>	<b>3.786.607</b>

## 32. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Remunerações	1.699.075	1.745.250
Encargos sobre remunerações	160.301	170.648
Outros gastos com o pessoal	78.709	51.598
	<b>1.938.085</b>	<b>1.967.496</b>

## 33. Imposto sobre o rendimento

O valor do imposto sobre o rendimento pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Imposto corrente	(503.745)	(9.173.073)
Imposto diferido	3.281.349	-
Economia de imposto no âmbito do RETGS	23.017.951	(43.395)
	<b>25.795.555</b>	<b>(9.216.468)</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como se segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Resultado antes de imposto	67.427.715	25.156.686
Efeito da reexpressão a 31 dezembro de 2016	-	45.360.000
Acréscimos/(Reduções) à matéria coletável:		
Dividendos não sujeitos a tributação	(54.809.596)	(37.362.910)
Perdas de imparidade	(18.363.000)	-
Outros	24.547	(180.554)
Matéria coletável	(5.720.334)	32.973.222
Taxa de imposto aplicável	21%	21%
Imposto calculado	-	(6.924.377)
Economia de imposto no âmbito do RETGS	23.017.951	(43.395)
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal apurado pelo grupo no âmbito do RETGS	3.281.349	-
Insuficiência de estimativa de imposto	(499.676)	(293.608)
Derrama	-	(1.948.259)
Tributações autónomas	(4.069)	(6.829)
Imposto do exercício	<b>25.795.555</b>	<b>(9.216.468)</b>

A rubrica economia de imposto no âmbito do RETGS corresponde ao efeito dos prejuízos fiscais apurados pelas subsidiárias relevados contabilisticamente pela sociedade dominante do Grupo de Sociedades sem que tal dê origem a qualquer fluxo financeiro conforme nota 2.13.



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos ativos por impostos diferidos e respetivo movimento pode ser detalhado como se segue:

Ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
Saldo inicial	966.895	-
Reconhecimento de ativos por impostos diferidos	3.281.349	966.895
Efeito do excesso / (insuficiência) do exercício anterior	3.507.480	-
<b>Saldo final</b>	<b>7.755.724</b>	<b>966.895</b>

De acordo com a legislação portuguesa os prejuízos fiscais para os quais foram reconhecidos impostos diferidos ativos são como segue:

	31 dez 2017	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2016	21.306.549	2028
Gerados em 2017	15.625.470	2022
	<b>36.932.019</b>	

## 34. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2017	31 dez 2016 Reexpresso
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	93.223.270	15.940.218
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
<b>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>93.223.270</b>	<b>15.940.218</b>
<b>Numero de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	2.000.000.000	1.999.966.007
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido (Nota 20)	1.218.417	1.186.411
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(436.212)	(592.432)
<b>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>2.000.782.205</b>	<b>2.000.559.986</b>
<b>Resultado por ação</b>		
Básico	0,046612	0,007970
Diluído	0,046593	0,007968

---

## 35. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

---

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 é como se segue:

	Empréstimos obtidos (nota 21)	Empresas do grupo (nota 22)
Saldo 1 de janeiro de 2017	464.040.105	38.642.000
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos bancários	(53.360.000)	-
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	38.852.244
Gastos em empréstimos bancários	54.637	-
Gastos em empréstimos obrigacionistas	397.159	-
<b>Saldo 31 de dezembro de 2017</b>	<b>411.131.901</b>	<b>77.494.244</b>

---

## 36. Dividendos

---

Relativamente ao exercício de 2017, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,042 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 84.000.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

---

## 37. Aprovação das demonstrações financeiras

---

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

---

## 38. Cumprimento de disposições legais

---

### Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Elergone Energia, Lda

MCCARE, Serviços de Saúde, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA

SK Skin Health Cosmetics, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sonae Investimentos, SGPS, SA

Sonae RE, SA  
Sonaecenter, Serviços, SA  
Sonaecom - Serviços Partilhados, SA  
Sonaecom, SGPS, SA  
Sontel BV

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	Saldo final
Sonae Investments, BV	110.649.867
<b>Total</b>	<b>110.649.867</b>

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	Saldo final
Sonae RE, SA	1.199.000
Sonaecenter Serviços, SA	56.265.000
Sontel, BV	20.030.244
<b>Total</b>	<b>77.494.244</b>

### Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2017 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 38.845 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de março de 2018

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do CA e e Co-Presidente da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Co-Presidente da Comissão Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Andrew Eustace Clavering Campbell, Administrador Não-Executivo

Christine Cross, Administradora Não-Executiva

Tsega Gebreyes, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Dag Johan Skattum, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE  
CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA  
**Aprovação: Exigência  
no Cumprimento**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEPARADAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas de Sonae, SGPS, S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidenciam um total de 5.604.652.236 euros e 3.988.402.723 euros, respetivamente um total de capital próprio de 2.135.038.133 euros e 3.484.577.181 euros, respetivamente, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-mãe de 165.753.915 euros e um resultado líquido da Entidade de 93.223.270 euros, respetivamente), as demonstrações consolidada e separada dos resultados, as demonstrações consolidada e separada do rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada e separada da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e separados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas:

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados</b>
-------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

**Imparidade de Goodwill e outros ativos não correntes**

(Notas 2.2, 2.9, 2.13 a), 8 a 12, 32 e 37 do Anexo às das demonstrações financeiras consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico de goodwill ascendia a 634 milhões de euros, de ativos fixos tangíveis a 1.651 milhões de euros e de ativos intangíveis a 368 milhões de euros.

Conforme indicado nas Notas 2.2 e 2.9, o Grupo reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico.

Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.

Em determinadas situações, nomeadamente perante ativos imobiliários, o Grupo procede à determinação do valor de venda (menos custos de alienação), recorrendo, nestes casos, essencialmente, a avaliações realizadas por especialistas. Tais processos de avaliação envolvem igualmente diversos pressupostos.

Como resultado do seu processo de análise, o Grupo registou, nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017, perdas de imparidade no montante de 2 milhões de euros em relação a ativos fixos tangíveis e intangíveis e de 3 milhões de euros relativamente a investimentos em associadas (Nota 37).

Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos ativos não correntes do Grupo, avaliação da recuperabilidade dos montantes de goodwill e unidades geradoras de caixa com goodwill associado, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas de imparidade nas situações em que o Grupo identifica indícios de imparidade em ativos não correntes.

No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pelo Grupo no processo de avaliação de imparidade, a nossa análise incluiu:

- avaliação dos critérios definidos pelo Grupo para determinação das unidades geradoras de caixa;
- obtenção dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética desses modelos;
- avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável;
- avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, envolvendo, quando considerado necessário, especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos utilizados, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento de curto e longo prazo utilizadas, para além dos próprios fluxos de caixa previsionais;
- realização de discussões com os órgãos de gestão e seus representantes;
- execução de análises de sensibilidade à robustez dos pressupostos e previsões utilizados;
- análise dos procedimentos levados a cabo por auditores das componentes significativas para os quais o assunto é aplicável nos termos referidos na Matéria relevante de auditoria abaixo.

Relativamente aos ativos que foram alvo de avaliações com base em valores de mercado, avaliamos os pressupostos de rendas e yields utilizados pelo Grupo e pelos seus avaliadores na sua determinação, avaliando a adequacidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com as avaliações realizadas em exercícios anteriores.

Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

**Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas**

(Notas 2.2. b), 6.2, 6.3 e 11 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2017, a Sonae detém investimentos significativos em empreendimentos conjuntos e em associadas, cujo valor contabilístico ascende a 1.414 milhões de euros, fundamentalmente correspondentes aos investimentos na Sonae Sierra (601 milhões de euros), na NOS, via ZOPT, SGPS, S.A. (688 milhões de euros) e num conjunto de fundos de capital de risco (79 milhões de euros).

Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:

- Obtenção das demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos e das associadas referidas, e obtenção da última Certificação Legal de Contas e/ou Relatório de Auditoria disponível;
- Validação da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos financeiros nas referidas entidades;

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados</b>
<p>O Grupo reconhece os interesses nos referidos empreendimentos conjuntos e associadas através do método de equivalência patrimonial (Nota 2.2.b), pelo que existe o risco de tais investimentos apresentarem erros de mensuração derivados de: (i) não reconhecimento de perdas de imparidade sobre os referidos ativos que potencialmente possam existir; e de (ii) erros na elaboração de demonstrações financeiras daquelas empresas.</p> <p>Ao nível da análise de imparidade sobre os referidos investimentos cumpre realçar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso da ZOPT, SGPS, S.A., estes testes têm por base pressupostos de rentabilidade futura dos negócios relacionados, projetados a taxas de crescimento de curto e longo prazo e atualizados de acordo com taxas de desconto determinadas (Nota 11.3).</li> </ul> <p>Conforme referido na Nota 11.3 a ZOPT, SGPS, S.A. apresenta ainda uma exposição significativa ao mercado africano através de empresas associadas presentes em Angola e Moçambique e cujo valor contabilístico ascende a, aproximadamente, 195 milhões de euros tendo o Grupo efetuado testes de imparidade àqueles investimentos financeiros com base em projeções financeiras nas moedas funcionais das referidas associadas.</p> <p>As atuais condições económicas daqueles mercados, nomeadamente o facto de a economia angolana ser considerada hiperinflacionária em 2017, aportam um risco adicional de existência de imparidade sobre aqueles investimentos, tendo sido efetuados testes de sensibilidade aos principais pressupostos, encontrando-se os resultados divulgados na referida nota.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso da Sonae Sierra SGPS, S.A., o seu valor de realização é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das suas propriedades de investimento, determinado por avaliações realizadas por entidades especializadas (Notas 6.2 e 11.3.) e de acordo com as orientações estabelecidas para o cálculo do NAV ("Net Asset Value") previstas pelo INREV (European Association for Investors in Non-Listed Real Estate Vehicles).</li> <li>No que respeita aos fundos de capital de risco, a análise é efetuada com base nos seus capitais próprios tendo em consideração que os mesmos mantêm os seus investimentos financeiros mensurados pelo justo valor (Nota 11.1)</li> </ul> <p>No que respeita aos riscos de distorção material nas demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos acima referidos, importa referir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ao nível da Sonae Sierra, SGPS, S.A.: o risco e complexidade associado à mensuração das propriedades de investimento a justo valor;</li> <li>ao nível da NOS, SGPS, S.A.: i) o reconhecimento da receita e complexidade associada, bem como</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificação dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada empreendimento conjunto e associada, análise da correção aritmética desses modelos;</li> <li>Comparação do valor contabilístico da ZOPT, SGPS, S.A. com o valor de mercado dos ativos por esta detida (NOS);</li> <li>Relativamente à avaliação da ZOPT, SGPS, S.A. e das associadas por esta detida nos mercados africanos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>avaliámos os pressupostos subjacentes aos modelos, incluindo as taxas de desconto utilizadas, as taxas de crescimento de longo prazo e fluxos de caixa previsionais;</li> <li>consultámos especialistas da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos, as taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas;</li> <li>avaliámos ainda a consistência do exercício de valorização que nos foi providenciado com os exercícios de valorização e análise de imparidade usados ao nível da Sonaecom, ZOPT e NOS analisados aquando da revisão dos papéis de trabalho dos auditores respetivos;</li> <li>tendo em consideração as atuais condições económicas, nomeadamente, o facto da classificação da economia angolana como hiperinflacionária, e a incerteza associada à evolução dos cenários macroeconómicos, obtivemos as análises de sensibilidade preparadas pelos órgãos de gestão a alguns pressupostos utilizados na valorização das referidas associadas, tendo verificado que variações razoáveis em determinados pressupostos, podem provocar uma alteração significativa no valor recuperável estimado das referidas participações para 61% a 156% do seu valor contabilístico (Nota 11.3);</li> <li>análise dos procedimentos de validação dos ajustamentos decorrentes da economia angolana ter sido considerada hiperinflacionária em 2017.</li> </ul> </li> <li>analisámos o exercício de valorização da participação na Sonae Sierra, SGPS, S.A., sendo que para o efeito, entre outros:             <ul style="list-style-type: none"> <li>obtivemos as avaliações efetuadas por parte das entidades especializadas contratadas pelo Grupo para avaliação do justo valor dos ativos classificados como propriedades de investimento;</li> <li>realizámos reuniões com as entidades especializadas, analisando os principais pressupostos assumidos por estes, nomeadamente montantes de rendas usados e as yields implícitas nos processos de valorização;</li> <li>para uma amostra de ativos avaliados, efetuámos uma análise sobre a informação providenciada às entidades especializadas, validando a sua exatidão.</li> </ul> </li> </ul> <p>Adicionalmente, a Sonaecom, SGPS, S.A., a ZOPT, SGPS, S.A. e os fundos de capital de risco são auditados por outros auditores. Nesse sentido procedemos ao envio de instruções de auditoria para os auditores dessas entidades conforme previsto na ISA 600 – Auditoria de demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Avaliámos a competência técnica dos auditores em questão, estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e procedemos, quando considerado relevante, à revisão dos papéis de trabalho dos auditores garantindo que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados, tendo analisado as conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos, nomeadamente no</p>

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados</b>
<p>a recuperação das contas a receber do Grupo; ii) o risco associado à capitalização indevida de ativos, determinação de vidas úteis ou recuperabilidade dos mesmos atendendo ao volume significativo de ativos intangíveis (1.141 milhões de euros, incluindo valor de goodwill) e ativos tangíveis (1.137 milhões de euros) existentes (Nota 6.3); e iii) a complexidade de julgamento associado a passivos contingentes existentes ao nível da NOS (Nota 47);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ao nível dos fundos de capital de risco: a valorização a justo valor dos seus investimentos financeiros (Nota 11.3).</li> </ul> <p>O risco de que possam existir perdas de imparidade de valor material, ou de incorreções na mensuração a justo valor, dado o valor das rubricas acima referidas e a natureza complexa e o julgamental envolvido nas estimativas utilizadas consiste uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>que se refere aos testes aos sistemas de controlo interno sobre as áreas em análise, e os testes sobre os sistemas de informação envolvidos, nomeadamente ao nível do reconhecimento de receita.</p> <p>Analisámos o processo de conclusão da auditoria das demonstrações financeiras, tendo igualmente procedido à análise dos relatórios emitidos pelos auditores das empresas em questão debatendo com os mesmos as respetivas conclusões e seu suporte.</p>

## **Recuperação de ativos não correntes e impostos diferidos ativos nas operações de retalho do Grupo em Espanha**

(Notas 6.1 e 19 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>O Grupo mantém um montante de, aproximadamente, 20 milhões de euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais registado nas suas demonstrações financeiras referente às suas operações de retalho em Espanha, tendo, durante o exercício reconhecido passivos por impostos diferidos no montante de 17,5 milhões de euros relativos à mesma geografia (Nota 19), sendo que o valor de ativos não correntes naquela geografia ascende a, aproximadamente, 111 milhões de euros (Nota 6.1).</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos depende do sucesso da concretização dos planos de negócios estimados para as entidades tributadas em Espanha de acordo com o regime de grupos de sociedades, sendo que a análise da recuperabilidade dos mesmos é uma área de elevado grau de julgamento e incerteza, nomeadamente tendo em linha de conta o histórico de perdas assumidas ao nível do negócio de retalho em Espanha e bem assim o prazo alargado estimado de recuperação dos ativos por impostos diferidos (10 anos) (Nota 19).</p> <p>Pelas razões acima descritas, consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Obtivemos a documentação com a estimativa do órgão de gestão sobre a recuperação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais na área de retalho em Espanha. Sobre esta documentação realizamos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>validamos a correção aritmética da estimativa e sua adequação com as regras fiscais vigentes em Espanha;</li> <li>verificamos a consistência do plano de recuperação dos prejuízos fiscais registados com os planos de negócio providenciados pelo Grupo para análise e avaliação de perdas de imparidade sobre goodwill e ativos não correntes;</li> <li>analisamos a evolução dos processos fiscais em Espanha relativos a prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores para os quais não se encontram registados os respetivos impactos fiscais, bem como os eventuais impactos da sua resolução ao nível dos resultados tributáveis futuros do Grupo;</li> <li>efetuamos uma análise específica sobre as operações de Espanha, nomeadamente verificando a capacidade das empresas tributadas pelo regime do consolidado fiscal em Espanha gerarem resultados tributáveis positivos, capazes de absorver os prejuízos fiscais acumulados para os quais foram registados ativos por impostos diferidos;</li> <li>avaliamos os principais pressupostos utilizados pela Gestão relativamente às operações de retalho do Grupo em Espanha.</li> </ul> <p>Analisamos igualmente as divulgações efetuadas sobre esta matéria.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores**

(Notas 2.11, 2.17, 14, 18 e 39 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme descrito nas Notas 2.11 e 2.17 do Anexo às demonstrações financeiras o Grupo Sonae, através dos seus Segmentos operacionais da área de retalho, efetua</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a análise do desenho e implementação de controlos na área de receitas comerciais, bem como a avaliação da operacionalidade dos controlos considerados como relevantes.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados</b>
<p>um conjunto significativo de contratos com fornecedores que originam receitas comerciais com os mesmos.</p> <p>Os rendimentos obtidos junto de fornecedores é uma área de foco de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, complexidade e volume das transações efetuadas.</p> <p>Genericamente, este tipo de rendimento tem essencialmente duas naturezas:</p> <p>(i) Em função de compras a fornecedores, sendo os descontos recebidos registados como dedução aos valores de custo das vendas sempre que não relacionados com campanhas específicas. A determinação do volume de compras efetuadas e a multiplicidade de critérios na determinação dos produtos abrangidos por tais acordos incrementa significativamente a complexidade de cálculo dos referidos acordos;</p> <p>(ii) Associadas a contratos promocionais relativos a ações específicas, colocação de artigos em loja em localizações determinadas, em função de vendas a clientes finais entre outras naturezas, não diretamente associados a processos de compra de mercadoria, que são registados pelo Grupo como Outros rendimentos (Notas 2.17 e 39).</p> <p>O registo contabilístico de cada uma das naturezas de rendimentos acima identificados implica a existência de contratos formalizados, uma análise detalhada dos termos definidos no contrato, exercício de julgamento na sua classificação, e tempestividade do registo da receita, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais sendo o registo contabilístico maioritariamente diário e automático com base nas referidas tipologias de acordos.</p> <p>Dada a natureza das operações do Grupo na área de retalho, a materialidade dos montantes em análise, e os julgamentos implícitos no processo de registo dos contratos estabelecidos com os fornecedores, consideramos existir um risco de que os contratos não se encontrem devidamente formalizados com os fornecedores ou que os mesmos não estejam corretamente relevados nas demonstrações financeiras do Grupo conforme as políticas contabilísticas utilizadas.</p> <p>Desta forma consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A análise dos controlos implementados pelo Grupo incluiu não só a análise de procedimentos estabelecidos sobre os contratos, sua realização, aprovação e acordo com fornecedor, mas também procedimentos de controlo estabelecidos sobre sistemas de suporte, e interfaces de informação com base nos quais são efetuados cálculos, como é o caso dos contratos cujo valor é calculado em função dos volumes de compras, de forma a garantir a plenitude e correção dos dados.</p> <p>Adicionalmente, realizamos ainda os seguintes procedimentos, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>realização de diversos procedimentos analíticos, nomeadamente envolvendo análise de evoluções mensais, análise de rácios de receita sobre compras, comparação de rácios com os verificados em exercícios anteriores;</li> <li>para uma amostra de contratos, selecionados de acordo com critérios qualitativos e quantitativos, realizamos uma avaliação dos mesmos, verificando que os mesmos se encontravam devidamente contratualizados e acordados com os respetivos fornecedores;</li> <li>para a amostra acima referida, efetuámos o recálculo dos valores de desconto implícitos por contrato, realizando o seu confronto com os registos contabilísticos do Grupo e, quando aplicável, validamos igualmente os dados de compras usados no processo de cálculo;</li> <li>para a amostra acima referida, validamos a adequacidade do tratamento contabilístico dado aos referidos contratos;</li> <li>selecionamos ainda uma amostra específica sobre contratos cujo valor do rendimento se encontra especializado no final do exercício, validando a contratualização e acordo com o fornecedor e adequacidade da especialização efetuada. Adicionalmente, efetuamos ainda procedimentos específicos de validação do correto corte de operações, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados;</li> <li>adicionalmente efetuamos procedimentos com o objetivo de identificar transações não frequentes, nomeadamente as que pelo seu quantitativo ou frequência não estão de acordo com o padrão habitual de registo ou ajustamentos manuais ao processo de reconhecimento de receitas. Para essas situações, efetuamos uma amostra de maior dimensão, atendendo ao maior risco de distorção, e validamos a natureza dos mesmos, obtendo justificação para o seu registo não ter seguido o processo habitual de reconhecimento de receita, bem como suporte para o seu reconhecimento como proveito.</li> </ul> <p>Para além dos procedimentos acima descritos, solicitamos a confirmação de saldos e outras informações para uma amostra de fornecedores do Grupo, selecionados de acordo com a sua relevância nas compras do Grupo, mas também tomando em linha de conta critérios qualitativos identificados pela equipa de auditoria. Analisamos, quando aplicável, a reconciliação entre a informação constante nas respostas obtidas e os registos contabilísticos do Grupo.</p>
<p><b>Imparidade de inventários</b></p> <p>(Notas 2.11 e 14 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p>	
<p>Conforme referido na Nota 14, a 31 de dezembro de 2017, o Grupo Sonae detém, aproximadamente, 713 milhões de euros registados na rubrica de Inventários, sendo que a análise do valor de recuperação de inventários é necessariamente uma área</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria compreenderam a análise do processo de valorização de inventários realizado pelo Grupo, verificando a sua adequação com o normativo contabilístico:</p>

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados</b>
<p>de julgamento significativa, e cuja complexidade é incrementada pelo facto de tais inventários estarem dispersos por mais de 1.300 lojas e por diversos entrepostos, bem como pelo facto do Grupo operar em diversos setores de retalho, desde retalho alimentar, eletrónica, vestuário e desporto.</p> <p>A definição de um critério de identificação de itens que possam ser classificados como obsoletos ou de rotação reduzida e consequentemente o seu valor líquido de realização possa ser inferior ao seu valor de custo, assim como os critérios de ajustamento definidos, são uma área de julgamento significativo. Desta forma consideramos que a imparidade de inventários é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisamos os critérios definidos pelo Grupo para a identificação de itens com rotação reduzida ou obsoletos, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir os valores de inventários ao seu valor de realização;</li> <li>• Testámos a eficácia operacional dos controlos estabelecidos pelo Grupo no que respeita a inventários, incluindo a correta integração dos sistemas de informação envolvidos e os controlos informáticos aplicáveis a esses sistemas;</li> <li>• Obtivemos do Grupo Sonae a sua análise interna sobre o critério definido, realizado através do confronto dos critérios estabelecidos face à informação histórica recente;</li> <li>• Efetuamos testes à correção aritmética da aplicação do critério providenciado.</li> </ul>

## Contingências fiscais

(Notas 2.12, 2.14, 2.15, 32 e 34 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme descrito na Nota 34, o Grupo mantém conjunto de posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes para os quais, a esta data, se encontram providenciadas garantias ou fianças de montante superior a 1.100 milhões de euros (as quais consideraram para além do tributo o valor de outros encargos estimados), parte das quais (532 milhões de euros) relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre Valor Acrescentado ("IVA").</p> <p>A classificação da litigância em concreto como passivo contingente ou como provisão bem como a sua mensuração são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais, e com o apoio dos nossos especialistas fiscais, incluem os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtivemos do departamento fiscal corporativo do Grupo, e para a as subsidiárias significativas do Grupo, uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação de contingência;</li> <li>• Para uma amostra de situações existentes, com base em critérios qualitativos e quantitativos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ obtivemos a documentação dos processos em análise;</li> <li>○ efetuamos uma análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais, avaliamos as reclamações efetuadas pelo Grupo e as contestações, no caso de processos que já se encontram em Tribunal;</li> <li>○ debatemos os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão;</li> <li>○ efetuamos a avaliação dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação da contingência com base em evidência e correspondência existente relacionada com esses processos.</li> </ul> </li> <li>• Procedemos à avaliação das divulgações sobre estas matérias.</li> </ul>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Aplicáveis às demonstrações financeiras separadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p><b>Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas e alteração de política contabilística</b> (Notas 2.2, 5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Conforme referido na Nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras separadas, a Entidade procedeu à alteração da sua política contabilística de valorização de investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, passando a mensurar tais investimentos ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, quando até 31 de dezembro de 2016, mensurava os referidos investimentos ao justo valor, nas situações em que era possível estimar com fiabilidade tal montante.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa detinha investimentos financeiros mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidade, nas suas demonstrações financeiras separadas, no montante de 3.825 milhões de euros.</p> <p>Tendo em vista a relevância dos ativos em análise para as demonstrações financeiras separadas, a complexidade inerente à alteração da política contabilística e bem assim o nível de estimativas envolvidas ao nível da determinação de imparidade consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Verificamos a adequacidade dos procedimentos utilizados pela Entidade para efeitos de reexpressão das demonstrações financeiras comparativas, tendo validado os dados históricos utilizados para o efeito, bem como a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela Entidade em resultado da alteração da política contabilística referida na Nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras separadas.</p> <p>O nosso exame sobre os testes de imparidade efetuados pela Entidade baseia-se no trabalho efetuado ao nível dos testes de imparidade de Goodwill e outros ativos não correntes, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, bem como na análise da exatidão aritmética dos testes efetuados e análise dos restantes pressupostos utilizados e metodologias seguidas, nomeadamente no que se refere à avaliação de ativos imobiliários do Grupo.</p> <p>Analisamos a adequação das divulgações efetuadas.</p>

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e os seus fluxos de caixa consolidados e separados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade e do Grupo em se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade e do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, nº7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório e contas a qual é apresentada na secção "Relatório de Sustentabilidade".

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída na secção "Relatório de Sustentabilidade" do relatório e contas de 2017.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, S.A. na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2003 para um primeiro mandato completo compreendido entre 2003 e 2006, e que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2015 para o mandato em curso que decorre até 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 29 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade e ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 29 de março de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC



RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL

Conclusões:  
Aconselhamento  
e Conhecimento

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

### 1 – Relatório

#### 1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### 1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou quatorze reuniões, seis das quais presenciais, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, pronunciou-se favoravelmente sobre a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

Nos termos da lei e da sua política, o Conselho Fiscal deu cumprimento ao disposto na al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e no artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, tendo organizado um processo de seleção alargado, isento de qualquer influência externa, e livre de qualquer cláusula contratual do tipo



referido no n.º 6 do mencionado dispositivo legal, que culminou na elaboração de uma proposta de eleição a apresentar à Assembleia Geral Ordinária.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação V.2 da CMVM, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações da CMVM II.2.1, II.2.2, II.2.3, II.2.4 e II.2.5, relativas ao Governo das Sociedades. Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos referidos dispositivos.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

## 2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 29 de março de 2018

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Manuel Heleno Sismeiro

Maria José Martins Lourenço da Fonseca